

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANIELA DE OLIVEIRA

**Quando o Estado solta a mão: habilidades sociais da
UNISOL/RS no campo da economia solidária**

Porto Alegre
2023

DANIELA DE OLIVEIRA

**Quando o Estado solta a mão: habilidades sociais da
UNISOL/RS no campo da economia solidária**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo André Niederle

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Daniela de
Quando o Estado solta a mão: habilidades sociais da UNISOL/RS no campo da economia solidária / Daniela de Oliveira. -- 2023.
166 f.
Orientador: Paulo André Niederle.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Economia Solidária. 2. Campos de Ação Estratégica. 3. Habilidades Sociais. I. Niederle, Paulo André, orient. II. Título.

Daniela de Oliveira

QUANDO O ESTADO SOLTA A MÃO:
Habilidades sociais da UNISOL/RS no campo da economia solidária

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Dr. Paulo André Niederle

Aprovada em Porto Alegre, 28 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Paulo André Niederle - Orientador

Dra. Ivette Tatiana Castilla Carrascal
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(IHL/UNILAB)

Dra. Ana Mercedes Sarria Icaza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/UFRGS)

Dr. Marcelo Kunrath Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Em 1999, quando encerrava a minha graduação, cheia de inquietações e fechando um ciclo de quatro anos na Unisinos, fã de Maria Bethânia que sempre fui, não escapei de comprar seu álbum recém-lançado à época *A força que nunca seca*. Ao chegar na faixa *Agradecer e abraçar*, ali fui tomada por um sentimento de plenitude na alma e sacolejo no corpo. Tomei para mim que essa canção me acompanharia para todas as caminhadas da vida, porque sei o quanto não ando só.

Os caminhos trilhados até se chegar ao final de uma tese não são nada lineares, ao contrário, por vezes bem tortuosos. Tive picos de exaustão, de choros, e de muitas dúvidas sobre minha capacidade de escrever depois de mais de 10 anos fora das salas de aulas de uma universidade, e já quarentona.

Enquanto tive a oportunidade de frequentar as aulas, as bibliotecas, os RUs, fui tirando de letra, pois me abastecia das trocas, dos olhares, dos salgados das cantinas e dos chazinhos que aqueciam as dúvidas, as leituras, as escritas e as reuniões com o orientador.

No entanto, o país começou a degradingolar e eu quase fui junto e só não fui porque muita gente não soltou a minha mão, em especial, a partir de 2018. De lá pra cá foram quatro mudanças de casas, e trocentos bicos e tentativas de conciliar trabalho, escrita, resistência, revolta, amor e todos os tipos de sustento, somado ao isolamento pandêmico e a escrita solitária.

Nunca faltou abraço, sempre tive um braço para poder me segurar, uma mão para me apoiar, mesmo sem o toque, muito em tela ou com máscara e álcool gel. Perdemos mais de 650 mil brasileiros. Atravessamos os piores momentos e, mesmo assim, não conseguia atravessar o doutoramento, fantasmas gigantes.

Fechar esse ciclo é sobre agradecer e abraçar, é sobre ter conseguido deixar Dona Alvorada chegar para se banhar e possibilitar fazer o dia sorrir. Nunca foi sozinha.

Agradeço primeiramente às pessoas que foram minhas interlocutoras neste processo de pesquisa e foram sempre muito generosas e acolhedoras.

Agradeço ao PPGS, ao colegiado e equipe administrativa, pela excelência do curso e, sobremaneira, pela compreensão de extensão de prazos e de cuidados.

Ao Prof. Paulo Niederle, pela orientação respeitosa e empática.

Agradeço a banca composta por pessoas tão queridas e especiais:

À Prof. Ivette Tatiana, por sua generosidade, compreensão e sororidade.

À minha mestra de vida, Prof. Ana Mercedes, amiga e companheira de tantas jornadas, regadas de muita intensidade, com muito amor e admiração. Muitas lições teóricas e militantes de quem não deixa a história passar sem fazer acontecer.

Ao Prof. Marcelo Kunrath, com quem nutro muito carinho e admiração por sua compreensão do “ofício da/o socióloga/o” para além da Academia.

Agradeço minhas amigadas lindas, irmandades para a vida toda:

À Rosana Kirsch, pela amorosidade e pela parceria nos momentos de lutas e de incertezas (e de pé quebrado).

À Lise e ao Leboutte, amigos que o Governo Olívio me deu, pelas acolhidas, risadas e análises conjunturais e existenciais.

À Mônica Barbosa, amizade selada no PPGS, por seu sorriso largo e sua cumplicidade.

Ao Valdir Lara, por ter assumido o papel de melhor amigo, tão logo da partida de meu mano de coração, Marcelo Muniz. Ao Marcelo, minha eterna saudade.

À Fê Poletto, poetagoga, amiga que me deu morada no seu coração e no seu apê.

Ao trio Dani Tolfo, Le Balester e Gil Neves, companheiras do Camp, amigas comprometidas de papos gostosos e cerveja gelada.

À Marcia Duarte, minha irmã do Cerrado, parceira para toda hora.

As Anas queridas que cuidaram da minha saúde mental:

Ana Marcela, e sua lindeza de condução do Body Talk e sensibilidade e compreensão dos processos.

Ana Luiza Neuenfeldt, a quem tenho o privilégio de ter como psicanalista há 10 anos. Por sua escuta preciosa, seu profissionalismo que nunca, nunca me deixou na mão. Seu “então, tá, nos vemos semana que vem” sempre foram

pérolas que, entre dores e afagos, fazem desse processo terapêutico o principal achado da vida e que, sim, tem me transformado para melhor.

Ao Leonardo, por tudo, por tanto, grande companheiro que enfrentou junto comigo, de forma parcimoniosa e muito amorosa, toda as fases deste trabalho.

A todos, todos e todes que partilham das lutas por um mundo melhor, os que vieram antes, os de hoje e os de amanhã, em especial, ao povo da economia solidária.

Enfim, aos meus pais, Maria Luiza e José Emir, por tanto amor, por tanta resiliência, pelo amor incondicional. Amores meus.

A todas, todos e todes, minha eterna gratidão e meu abraço demorado.

RESUMO

Este trabalho analisa as habilidades sociais e estratégias de atuação de uma entidade de representação e de apoio aos empreendimentos econômicos solidários atuante no campo da economia solidária no estado do Rio Grande do Sul - a UNISOL/RS -, visando identificar as reconfigurações desta entidade para superar a crise instalada no campo da economia solidária frente ao arrefecimento de sua atuação no campo estatal. Norteado por este objetivo analisou-se a UNISOL/RS desde o seu surgimento, em 2012, até 2021, investigando suas estratégias, em especial a partir do Golpe Parlamentar de 2016, do governo Bolsonaro de 2018 e da pandemia de 2020. Foi utilizado pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas realizadas entre 2020 e 2022, de forma *on line*, além da minha experiência pessoal na atuação no campo da economia solidária. Como resultado principal dessa investigação tem-se a relevância do papel da atriz social hábil da entidade pesquisada que, em não abrindo mão do Estado, migra suas principais estratégias de atuação do campo Executivo para o campo Legislativo, através das emendas parlamentares.

Palavras-chave: Economia Solidária, Campos de Ação Estratégica, Habilidades Sociais.

ABSTRACT

This work analyzes the social skills and strategies of action of a representation and support entity for solidary economic enterprises active in the field of solidarity economy in the state of Rio Grande do Sul - UNISOL / RS - aiming to identify the reconfigurations of this entity to overcome the crisis installed in the field of solidarity economy in the face of the cooling of its performance in the state field. Guided by this objective, UNISOL/RS was analyzed from its emergence in 2012 until 2021, investigating its strategies, especially after the parliamentary coup of 2016, and the Bolsonaro government of 2018 and the 2020 pandemic. Documentary research and semi-structured interviews were conducted online between 2020 and 2022, in addition to my personal experience in acting in the field of solidarity economy. The main result of this investigation is the relevance of the role of the skilled social actress of the researched entity that, in not giving up the State, migrates its main strategies of action from the Executive field to the Legislative field, through parliamentary amendments.

Keywords: Solidarity Economy, Strategic Action Fields, Social Skills.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição do GT Nacional de Economia Solidária/2001	61
Quadro 2 - Composição ampliada do GT Nacional de Economia Solidária/2002/2003.	62
Quadro 3 - Composição da equipe da SENAES/2003.	67
Quadro 4 - Composição da equipe da SENAES/2016.	76
Quadro 5 - Projetos e convênios firmados firmados pela UNISOL BRASIL.....	91
Quadro 6 – Segmentos informais por município	99
Quadro 7 - Projetos e Convênios executados pela UNISOL/RS	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de Projeto por Instituição Parceira.	92
Gráfico 2 - Quantidade de projetos e convênios realizados por ano	93
Gráfico 3 - Quantidade de projetos e convênios com instituições internacionais	93
Gráfico 4 - Tipos de Formalização dos EES filiados à UNISOL/RS	98
Gráfico 5 - Municípios com segmento da Reciclagem filiados à UNISOL/RS	101
Gráfico 6 – Recursos acessados pela UNISOL/RS.....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mobilizando os principais conceitos	51
Figura 2 – Mapa do Estado do RS com EES filiados à UNISOL/RS	104

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Quantidade de EES filiados à UNISOL/RS por município.....	97
Tabela 2- Segmentos dos EES filiados à UNISOL/RS.....	98
Tabela 3 - Quantidade de segmentos por municípios	103

LISTA DE SIGLAS

ABCRED	Associação Brasileira de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares
ACONVI	Associação Comunitária Nossa Vila Aparecida
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
AF	Agricultura Familiar
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão
AVESOL	Associação do Voluntariado e da Solidariedade
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEs	Campos de Ação Estratégica
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CFES	Centro de Formação em Economia Solidária
CNAES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNAES	Conselho Nacional de Economia Solidária
COOPSSOL	Cooperativa de Sociólogos Solidários
COOARLAS	Cooperativa de Trabalho de Reciclagem Amigas e Amigos Solidários
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIFESOL	Departamento de incentivo e Fomento à Economia Solidária
DS	Democracia Socialista
EAF	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FGEPS	Fórum Gaúcho de Economia Popular e Solidária
FLD	Fundação Luterana de Diaconia

FSM	Fórum Social Mundial
GT	Grupo de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEI	Microempreendedor Individual
Mesb	Movimento de Economia Solidária Brasileiro
MNCR	Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTb	Ministério do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEGA	Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programação de Aquisição de Alimentos
PAC	Projetos Alternativos Comunitários
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PL	Projeto de Lei
PT	Partido dos Trabalhadores
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNES	Plenária Nacional de Economia Solidária
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPDLES	Projeto de Promoção de Desenvolvimento Local e Economia Solidária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAI	Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
SEISP	Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESAMPE	Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa
SESC	Serviço Social do Comércio
SMIC	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

UNICAFES União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICATADORES União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

UNISOL BRASIL Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UNISOL/RS Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Rio Grande do Sul

UNICOPAS União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

UNITRABALHO Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

UNIVENS – Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos

*O fato é que tenho nas minhas mãos um destino e,
no entanto, não me sinto com o poder de livremente inventar.
Sigo uma oculta linha fatal.
Sou obrigado a procurar uma verdade que me ultrapassa.
Clarice Lispector*

*O sistema:
Com uma das mãos rouba o que com a outra empresta.
Suas vítimas:
Quanto mais pagam, mais devem.
Quanto mais recebem, menos têm.
Quanto mais vendem, menos compram.
Eduardo Galeano*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 APROXIMAÇÕES ENTRE CAMPOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA E OS MOVIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	28
2.1 A Teoria dos Campos de Ação Estratégica: conexões entre, Estado, Mercados e Economia Solidária	28
2.1.2 Os campos e as atuações nos campos: habilidades, sentidos e interações sociais.....	31
2.1.3 Estado e Mercados: mãos entrelaçadas nos CAEs	36
2.2 Economia solidária como movimento social: entre teorias e interações.....	39
2.3 Mercados e Economia Solidária: mãos visíveis e plurais.....	46
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONTEXTUALIZAÇÃO E A CONFORMAÇÃO DO CAMPO.....	52
3.1 A organização popular e comunitária.....	57
3.2 A Economia Solidária e o protagonismo do campo estatal.....	62
3.3 Reorganização do campo e resistência sociopolítica	77
3.4 A economia solidária como um Campo de Ação Estratégica.....	83
4 UNISOL/RS: AÇÃO SINDICAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	86
4.1 UNISOL BRASIL: O ABC da CUT e a Economia Solidária.....	86
4.2 UNISOL/RS: Ação sindical e Economia Solidária no Sul do Brasil..	95
4.2.1 UNISOL/RS: ampliação da base e dos territórios	96
4.2.2 A liderança na UNISOL/RS: habilidades sociais e multiposicionalidades	105
4.2.3 Habilidades em cena: uma mão na gestão e a outra na comunidade	107
4.3 Estratégias e resistências: segurando na mão do legislativo	119
4.4 As habilidades alinhavadas da UNISOL/RS	129

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXO 1 - Nominata das coordenações de gestões UNISOL/RS (2012 a 2024)	149
APÊNDICE A – Entrevistas realizadas.....	152
APÊNDICE B - Projetos e convênios executados pela UNISOL BRASIL (2008-2022).....	154

1 INTRODUÇÃO

Entre os dias 09 e 12 de julho de 2015, durante a tradicional FEICOOP (22ª Feira Internacional do Cooperativismo e 11ª Feira Latino-Americana de Economia Solidária), realizada em Santa Maria/RS, um grito de ordem dos atores sociais da economia solidária tomou conta das principais atividades da feira, a saber: “Ahá, uhu, a SENAES é nossa!!!! Ahá, uhu, a SENAES é nossa!!!”. Naqueles dias também foram distribuídos inúmeros cartazes com palavras de ordem como “#ResistênciaEconomiaSolidária”, “#MaisEconomiaSolidária”, “#SENAESperiferia”, #ProduzimosSemPatrão, “#oSingerFica”.

Foram quatro dias durante os quais presenciei um forte ensejo reivindicatório em prol da continuidade da política pública da economia solidária, acentuados pelos rumores advindos dos corredores do Palácio do Planalto. Esses rumores indicavam a demissão do Secretário da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹, Paul Singer, o contingenciamento das verbas federais e a extinção e/ou “rebaixamento” da Secretaria.

No mesmo mês de julho do ano seguinte, novamente na FEICOOP², em Santa Maria, quando páginas da nossa História prefaciavam o segundo processo de Impeachment desde a redemocratização, os atores sociais da economia solidária, por meio de uma Assembleia Nacional de Economia Popular e Solidária, em forte embate, buscavam estratégias para nortear a relação com o Estado, visto que já estava dado como certo que a atuação da SENAES no governo seria dirimida.³

¹ A SENAES, integrava o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e foi instituída por meio do Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, seis meses após o início do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constituindo-se, pela primeira vez no âmbito federal, um órgão de apoio e fomento às políticas públicas voltado para a economia solidária. Ela surge como uma demanda dos atores da economia solidária da sociedade civil (organizações, entidades, universidades) e representantes de governos (municipal e estadual) diante de um contexto favorável de interlocução com o Estado, e que decai, de forma retumbante, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, perdurando oficialmente até o dia 04 de novembro de 2016 quando é “rebaixada” a uma Subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho (MTb), no Governo Temer. Em 2019, com o início do Governo Bolsonaro, a economia solidária foi alocada no Ministério da Cidadania, na Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, no âmbito do Departamento de Inclusão Produtiva Urbana.

² 23ª Feira Internacional do Cooperativismo e 12ª Feira Latino-Americana de Economia Solidária.

³ Antevendo os processos finais que culminariam na destituição da presidenta Dilma Rousseff, ocorreu em 09 de julho de 2016, igualmente durante a Feira de Santa Maria (23ª FEICOOP), a I Assembleia Nacional de Economia Popular Solidária que teve, como uma das principais deliberações o rompimento do movimento com o Estado, conforme consta neste trecho do manifesto redigido na Assembleia: “o movimento de economia solidária não reconhece o governo golpista e, portanto, não dialogará politicamente com o mesmo e atuará de forma combativa reivindicando suas conquistas e políticas públicas de economia solidária e de direitos” (SANTOS, 2019).

Os dois eventos citados acima, retratam um cenário empírico de embates e conflitos internos vivenciados por seus atores sociais dentro do próprio campo da economia solidária⁴, agravados pela conjuntura política que se descortinava.

Até o momento em que a SENAES deixa de ser uma Secretaria para se tornar uma Subsecretaria, o que ocorre logo após o *impeachment*, em maio de 2016, pode-se afirmar que a economia solidária enquanto um movimento social (MESB)⁵ foi fortemente marcada por sua tênue fronteira com o campo estatal, configurando-se como um movimento social forjado, e muitas vezes protagonizado, pelas políticas públicas impulsionadoras de programas e projetos (BARROS, SILVA, 2005; CRUZ, 2002; ICAZA, 2006; OLIVEIRA, 2011) e, por intermédio deles, de organizações coletivas e comunitárias.

Sem embargo, o pleito de 2018 que dá a vitória para Jair Bolsonaro ao cargo máximo do Executivo, parece ter atuado como o “tiro de misericórdia” não só sobre as políticas públicas, dentre elas as de economia solidária, mas também aos processos interacionais dos movimentos sociais com o Estado. O título desta tese é, neste sentido, uma alusão a toda a ambiência que se conformou entre brasileiras e brasileiros temerários com os dias vindouros de um governo de extrema-direita, cujo atual Presidente da República nunca escondeu sua ojeriza aos ativistas e militantes de organizações e movimentos sociais.

Tão logo a sua vitória se confirmara, a frase “ninguém solta a mão de ninguém”⁶ viralizou nas redes sociais e passou a ser um signo de resistência dos sujeitos e grupos sociais declaradamente atacados por Jair Bolsonaro, como as mulheres, os negros, os indígenas, a população LGBTQIA+, os ambientalistas, as ONGs etc.

Assim, a atmosfera de incertezas que já estava presente entre os atores sociais da economia solidária sobre suas atuações junto ao Estado nos anos que precedem 2018, atormenta-se ainda mais em 2019, com a extinção da Secretaria, sendo a economia solidária alocada no Departamento de Inclusão

⁴ Que serão explicitados no Capítulo 3.

⁵ Esta tese busca versar e conversar com demais estudos que apreendem a economia social como um movimento social. Nos últimos anos autores como Oliveira; SANTOS (2020) e OLIVEIRA (2021), pesquisadores e militantes da economia solidária têm usado a sigla MESB para designar o Movimento de Economia Solidária Brasileiro que também passa a ser contemplado neste trabalho.

⁶ Vale ressaltar que as mãos são muito usadas como símbolo da economia solidária em várias peças publicitárias, materiais de divulgação, publicações, vídeos temáticos, bem como como representação material nas místicas (outra prática muito utilizada pelos militantes nos encontros).

Produtiva e Urbana, suscitando as seguintes perguntas: o que acontece com a economia solidária quando o Estado solta a mão? Na medida em que o Estado, na gestão petista, forneceu recursos e deu amparo institucional à economia solidária fundamentais para sua consolidação e crescimento nesse período, o que fazer quando se perde esse apoio?

Antes do breve histórico a ser apresentado, é importante colocar como uma premissa que orientou este trabalho é o fato da economia solidária, *per se*, não se configurar um ator coletivo. O que representa e caracteriza o movimento da economia solidária é a rede de atores sociais⁷ da sociedade civil que está à frente dos processos de disputas e de reivindicação (e cooperação) para que as práticas socioeconômicas sejam reconhecidas. As políticas públicas, dessa forma, são recursos manejados pelos seus atores sociais para galgar esse reconhecimento.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os atores da economia solidária no Brasil ainda estavam se (re)conhecendo. As experiências socioeconômicas em curso já estavam fazendo parte da agenda de pesquisas das universidades, bem como a realização de encontros e seminários que debatiam o tema da autogestão, da economia popular e solidária, do socialismo e solidariedade, entres outros, não só nos encontros acadêmicos, mas nos seminários de formação de entidades como, por exemplo, a Cáritas Brasileira, a CUT, a Rede de Socioeconomia Solidária. Junto a esses processos de articulação já aparecia o tema da economia solidária na agenda de governo de algumas prefeituras e estados, em especial, nas gestões do PT.

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da república Federativa do Brasil, as estruturas de oportunidades políticas fizeram com que a economia solidária galgasse um lugar de atuação e de implementação de políticas públicas voltado para os seus segmentos. À vista disso, essas oportunidades também incidiram sobre a estrutura de atuação do movimento social (SILVA; OLIVEIRA, 2011; DOWBOR, 2012) e, para além disso, a estrutura da rede passou a operar a partir dessas políticas públicas, fazendo com que, ao longo dos 13 anos de gestão petista, a economia solidária tivesse a predominância de sua atuação no campo político-institucional.

⁷ Essa rede de atores é composta, além dos empreendimentos econômicos solidários, por ONGs, entidades religiosas, entidades de representação, federações, sindicatos, universidades, gestores públicos, etc.

As relações de proximidade entre os atores sociais da economia solidária com o Estado que se desenhou, em especial de 2003 a 2016, segue o curso das abordagens analíticas que buscam compreender as novas estratégias de organização e de atuação dos movimentos sociais a partir do processo de redemocratização (SCHERER-WARREN, 2010; OLIVEIRA, SILVA, 2011; CARLOS, 2012, entre outros). O foco destas análises é a discussão do modo como os movimentos sociais ampliaram seus espaços de diálogos e de contribuição nos processos deliberativos das políticas públicas, ampliando suas relações e interface com o Estado (ALONSO, 2009, ABERS, VON BÜLLOW, 2011, SILVA, 2015 entre outros).

Marques (1999, 2000, 2006), ao investigar as relações entre políticas públicas e redes sociais, identifica fortemente a presença de um Estado permeável, em que “Estado e sociedade não são entidades ou campos estanques e isolados, sendo muitas vezes difícil delimitar seus contornos precisos” (2000, p.45). A permeabilidade, nesta perspectiva, está presente no campo estatal independente do campo ideológico de seus gestores, sendo que o que altera é a decisão dos atores que atuam no Estado, enquanto governo, na escolha dos sujeitos de suas relações aos quais sua mão será estendida.

Desse modo, o Estado configura-se como uma dinâmica e complexa rede de relações em que os arranjos institucionais, as regras e normas legitimadas, se constituem também a partir dos “graus de permeabilidade” entre o Estado e os atores da sociedade civil, de acordo com as oportunidades e as limitações de acesso na esfera estatal. Para compreender esta permeabilidade, busca-se considerar os níveis de relações e interações entre sociedade e Estado por meio dos vínculos, das trocas, entendendo os processos relacionais (EMIRBAYER, 1997) como uma miríade de complexas tramas que podem descortinar as intersecções entre os espaços de atuação, com enfoque nas relações sociais.

Compreende-se, contudo, que as relações entre Estado e movimentos sociais não ocorre de forma dicotômica, mas como uma complexa teia de fluxos e refluxos num contexto relacional heterogêneo - e de influência mútua - (CARLOS, 2011, ALONSO, 2009; ABERS, VON BÜLLOW, 2011; OLIVEIRA, 2011, PENNA, 2015). Com a abertura dos canais de participação dentro da esfera estatal, muitos atores da economia solidária, por exemplo, passaram a ocupar cargos e funções junto ao poder público e seus papéis representativos

interpenetraram nessas duas esferas, obliterando as fronteiras entre Estado e Sociedade Civil. (OLIVEIRA, 2011; SILVA, OLIVEIRA, 2011). Esse fenômeno colocou os atores dos movimentos sociais em diálogo e convívio com os atores estatais, conformando o que Abers; Serafim e Tatagiba (2014) denominam de “repertórios de interação”, indicando que essas dinâmicas relacionais ocorrem, ou ocorreram, de modo que as práticas dialógicas sobrepujaram as práticas conflituosas.

No campo da economia solidária no Brasil, o Estado se configurou como um ator fulcral, disputado por seus múltiplos atores, uma vez que as políticas públicas são recursos importantes nos processos de institucionalização e fortalecimento do campo. Além de seu papel importante na execução das políticas públicas e na provisão de recursos, o Estado também pode possibilitar acesso a mercados, e pôr os atores sociais em articulação com outros campos (FLIGSTEIN; MCADAM 2012, p. 67) - o Estado é um indutor de mercados -, o que merece bastante atenção, no caso do movimento da economia solidária, posto que seus atores sociais relacionam-se com os agentes políticos, econômicos e associativos, transitando nas três esferas: Estado sociedade civil e mercado.

Fligstein;McAdam (2011; 2012) qualificam os arranjos relacionais que se conformam a partir da interação dos atores (individuais e coletivos) com as estruturas sociais que conferem sentido às suas ações como Campos de Ação Estratégica (CAE), nos quais as habilidades sociais dos atores repercutem suas agências para criar significados compartilhados e identidades coletivas (2012, p.46), a partir das quais procuram produzir engajamento social em favor dos seus projetos e concepções de mundo.

Como principal interlocutor do movimento da economia solidária, fruto do intenso debate provocado, em especial, pelo GT de Economia Solidária, que surgiu a partir dos primeiros Fóruns Sociais Mundiais, teve-se, um dia após a instituição da SENAES, também em Brasília, a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cujo papel foi ser a principal representação da sociedade civil, junto à SENAES, “não só na expressão de demandas e na sugestão sobre as linhas da política, como também na própria execução de várias das ações e projetos” (CUNHA, 2012, p.57), realizadas por meio das parcerias e convênios executadas por suas entidades-membros.

À guisa de introdução da conformação do campo da economia solidária, cabe aqui ressaltar que a institucionalização da economia solidária promoveu sua expansão em todo o território nacional, cujo protagonismo é aferido, em especial, aos processos de articulação entre a SENAES e o FBES⁸ que, por meio das habilidades sociais de seus atores, possibilitaram a “conquista de espaços na agenda estatal para internalização das demandas, dos conteúdos (conceitos, princípios e valores) e das proposições (objetivos, iniciativas e ações) de fomento e fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias” (SILVA, 2017, p.11). A economia solidária cresceu, ela se conformou um campo (diverso) de ação estratégica com muitos sotaques que, embora esteja em uma fase de arrefecimento no campo político-institucional, há um reconhecimento de que ela se apresenta “tanto como estratégia política de ação governamental quanto como instrumento válido de enfrentamento de problemáticas socioeconômicas” (Ibidem p. 14) e, nesta seara, termos como “pluralidade”, “heterogeneidade” e “diversidade” são sinônimos que se inscrevem na complexa gramática do campo.⁹

Nesta complexa gramática, as práticas econômicas podem ser representadas por cooperativas, pela autogestão dos trabalhadores em empresas falidas, pelos grupos de trabalho associados, pelas redes e cadeias solidárias, pelos clubes de trocas e moedas sociais, pelos bancos comunitários de desenvolvimento, pelo consumo ético e solidário (o consumidor como um ator político) e pelas finanças solidárias. Enfim, uma miríade de práticas que engendram o agir econômico e coletivo no que diz respeito à produção, consumo e comercialização (práticas mercantis) - que ocorrem tanto na formalidade quanto na informalidade-, bem como no que diz respeito às frentes de cuidado e apoio que ocorrem no interior das comunidades (práticas não monetárias). Destaca-se que essa diversidade é também caracterizada pelas diferentes formas socioculturais e geopolíticas que conformam o tecido social e suas peculiaridades das cinco regiões do país.

⁸ Em sua recente tese defendida, Forte (2019), faz uma análise minuciosa sobre a institucionalização da economia solidária via o processo de regulação social e jurídica, dissecando as dinâmicas e as características dos principais sujeitos sociais da economia solidária, entre eles o FBES e a SENAES, em que o autor defende a hegemonização das entidades religiosas nesta interlocução.

⁹ Certamente, os seminários e eventos ocorridos por conta das execuções das políticas e a realização das conferências e plenárias proporcionaram a aproximação e o (re)conhecimento dos seus atores sociais, bem como suas divergências.

Isto posto, é importante destacar que este breve histórico até aqui apresentado, e que será mais bem detalhado no capítulo 3, foi a mola propulsora e orientadora desta tese, a partir da seguinte questão de pesquisa: quais foram as reconfigurações produzidas no campo da economia solidária em face das reconfigurações no campo político-institucional?

Essa questão inicial busca apreender quais as estratégias e habilidades sociais manejadas por seus atores sociais para superar a crise instalada no campo da economia solidária frente ao arrefecimento de sua atuação no campo estatal. Na busca por respostas, como já sinalizado nas linhas anteriores, esta tese tem como referencial teórico norteador a Teoria dos Campos de Ação Estratégica, os CAEs, de Fligstein; McAdam (2011; 2012). Este delineamento analítico decorre do interesse em ter um referencial que dialogue tanto com a teoria dos movimentos sociais, tendo aqui a economia solidária como um campo que surge a partir da organização da sociedade civil, bem como a construção social de mercados da Nova Sociologia Econômica, e tatear por onde seus atores sociais caminham para enfrentar essas disputas, ou seja, tentar apreender sobre a ação sociopolítica e a ação econômica da economia solidária.

A partir das possibilidades desta escolha teórico-metodológica, -e de suas limitações-, o objetivo foi analisar uma entidade-membro atuante no campo da economia solidária no estado do Rio Grande do Sul, cujas habilidades e estratégias a manteve operante após 2016 junto aos empreendimentos e em diálogo com outros atores sociais estatais e não estatais.

A entidade escolhida foi a UNISOL/RS, filiada a UNISOL BRASIL. A escolha desta organização se deu por três razões. A primeira, em decorrência da necessidade de apreender uma entidade-membro que tivesse no centro de sua atuação o trabalho junto aos empreendimentos, enquanto um intermediador de recursos, e como ela se articula e se conforma nos campos societários, políticos e econômicos durante o que aqui designamos em três momentos da economia solidária: i) organização popular e comunitária; ii) protagonismo do campo político-institucional e; iii) reorganização do campo e resistência sociopolítica. Neste sentido, as experiências investigadas tiveram como propósito contribuir para compreender como ocorre a atuação da UNISOL/RS, como uma entidade-membro no campo da economia solidária e, apreender sobre as diferentes configurações da economia solidária ao longo do tempo, em

especial de 2016 a 2021, por entender que a atuação quase pífia no campo estatal neste período ocasionou uma crise no campo (Fligstein;McAdam 2012).

A segunda, é por ser a UNISOL/RS, uma entidade que pertence à rede de redes de economia solidária, ou seja, integra o movimento de economia solidária (Mesb) e vem se conformando como uma atriz coletiva de abrangência no Estado, e traz consigo militantes históricos da economia solidária gaúcha, com repercussão e força de disputas em âmbito nacional.

E, a terceira, decorre do fato de se limitar a apenas uma entidade pelas restrições de recursos materiais para a realização de trabalho de campo e, sobremaneira, o contexto da pandemia, em 2020, ano que seria realizado as principais entrevistas e observações de campo presenciais.

Destaca-se que as entidades-membros foram os principais atores sociais que executaram as políticas públicas, aquelas que apresentaram em seus repertórios habilidades sociais para acessar os recursos, bem como atender às normas e regras institucionais para operar as políticas. Por certo, as entidades-membros também se configuraram uma arena de disputa, muitas vezes acirradas, dos valores e identidades partilhados, bem como no acesso aos recursos. Embora os embates não tenham provocados obstrução na execução das políticas, eles ocasionaram a entrada e saída de atores importantes para o campo da economia solidária.

Desse feito, o percurso metodológico teve que ser modificado em virtude da pandemia de Covid-19, pois tornou-se impossível fazer as visitas aos empreendimentos, e realizar as entrevistas de modo presencial. O labor de pesquisadora teve que ser adaptado para um quarto com uma cama, uma mesa, uma cadeira, uma estante. O dormitório também se tornou escritório de trabalho e o lócus de realização das entrevistas, todas elas realizadas via *meet*, gravadas no celular. Do total das 19 entrevistas realizadas, 14 ocorreram desta forma.

Em 2018, foram realizadas 3 entrevistas, a primeira em Porto Alegre, com um militante e reconhecido pensador da economia solidária e da autogestão. As outras duas foram realizadas durante a Feira de Santa Maria: uma com um ex-integrante da SENAES e a outra com uma militante da economia solidária que participou da coordenação nos primeiros anos do FBES.

Em 2019, também na Feira de Santa Maria, com o objeto de pesquisa definido, entrevistei o atual presidente da UNISOL BRASIL.

Em 2020, já no modo *on line*, foi feito o primeiro contato com a Nelsa Nespolo, que recebe aqui neste trabalho a identificação de uma atriz social hábil, atuante da UNISOL BRASIL desde o seu início, principal responsável pela expansão da UNISOL/RS no Estado, presidente da Cooperativa UNIVENS e da Justa trama e que ocupou o cargo de Diretora no DIFESOL – Departamento de incentivo e Fomento à Economia Solidária, durante o Governo de Tarso Genro no Rio Grande do Sul (2010-2014). Nelsa foi quem ajudou na indicação dos demais atores e atrizes da UNISOL no RS.

Na perspectiva de analisar como esses empreendimentos tiveram oportunidades de acessos a projetos e recursos por meio da UNISOL/RS, foram realizadas 7 entrevistas¹⁰ com dirigentes dos seguintes empreendimentos:

- i) Artesanato – Associação Bell Rob, Caxias do Sul
- ii) Agricultura Familiar e Consumo Consciente – Cooperativa EcoTorres, Torres
- iii) Cuidado – Cooperativa Caminos, Riveira/Santana do Livramento
- iv) Reciclagem - Coarlas Cooperativa, Canoas
- v) Educação – Cooperativa Nova Geração, Porto Alegre
- vi) Confecção – Cooperativa UNIVENS, Porto Alegre
- vii) Cadeia Solidária – Cooperativa Justa Trama, Porto Alegre
- viii) Finanças Solidárias - Banco Comunitário Justa Troca, Porto Alegre

Ainda em 2020, foram realizadas mais 4 entrevistas: a primeira com um integrante da SENAES, a segunda, com um integrante da UNISOL BRASIL, a terceira, com Ex-Diretor UNISOL/RS e a última, com a atual tesoureira da UNISOL/RS.

Em 2021, ainda mais duas entrevistas foram feitas: uma com uma coordenadora da articulação do FBES e outra entrevista com Nelsa Nespolo.

Assim, a pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa que contou, além da pesquisa bibliográfica, com a realização das entrevistas semiestruturadas, e análises de documentos produzidos pelas entidades e atores da economia solidária como cartilhas, folders, entrevistas em jornais e redes sociais, publicações e livros.

¹⁰ Foram 8 segmentos, sendo que a Nelsa Nespolo foi entrevistada em dois momentos, por conta da sua multiposicionalidade.

Destaca-se que o objeto de estudo desta pesquisa é parte de minha trajetória de militante e trabalhadora da economia solidária, onde atuo há mais de vinte anos, iniciado como aluna pesquisadora na universidade e que se tornou um percurso profissional, tendo atuado na gestão pública em dois governos¹¹ que são considerados pioneiros em ter em suas agendas governamentais políticas voltadas à economia solidária.¹²

Neste sentido, trata-se de uma pesquisa em que está presente a minha atuação dentro do campo da economia solidária, cuja vivência também imprime informações da minha própria experiência em diálogo com outros atores do campo.¹³

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos, a começar por essa introdução, que teve por objetivo contextualizar o tema, o problema de pesquisa e o objeto de análise para fins de apresentação do campo da economia solidária como um campo de ação estratégica.

No segundo capítulo aborda as categorias analíticas utilizadas nesta pesquisa, cuja fundamentação teórica busca articular a Teoria dos Campos de Ação estratégica, Movimentos Sociais e a Nova Sociologia Econômica, apresentando no final um esquema conceitual que mostra a mobilização dos principais conceitos desencadeados neste trabalho.

No terceiro capítulo é feita uma descrição e análise dos contextos históricos que configuram o campo da economia solidária no Brasil, até o ano de

¹¹ Primeiro, na Prefeitura de Porto Alegre como monitora da Secretaria de Economia Popular e; segundo, no Governo do Estado do Rio Grande do Sul como coordenadora da macrorregião metropolitana no convênio da SEDAI (Secretaria de Desenvolvimentos e Assuntos Internacionais) com a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias)¹¹. Participei, também, na oficina de economia solidária no Fórum Social Mundial de 2001, quando se formata o embrião do que depois se configurou o FBES.

¹² Entre 2006 e 2007 que prestei uma consultoria para a SENAES no Projeto de Promoção de Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES). Voltei a atuar na área já no governo da Presidenta Dilma Rousseff, em 2014, como bolsista técnica do CNPq, num projeto de extensão ligado a economia solidária que assessorava duas comunidades na constituição de bancos comunitários de desenvolvimento, um deles, o Banco Comunitário Justa Troca, ligado à UNISOL RS, é parte de investigação desta pesquisa. Em 2016, comecei a trabalhar junto ao Camp, uma ONG de Porto Alegre fundada 1983, fazendo parte da coordenação de economia solidária, trabalhando em três projetos de referência: o projeto de Fundos Solidários, o projeto de economia solidária com população em situação de rua e o projeto do CFES, Centro de Formação em Economia Solidária, todos financiados pela SENAES.

¹³ Desde 2017, sigo prestando assessorias em entidades ligadas a economia solidária, em especial o Camp. Em 2021 atuei por 4 meses na UNISOL/RS como articuladora da região metropolitana, assessoria junto aos EES filiados a entidade de representação. Aqui, cabe mencionar que, do ponto de vista ético-metodológico, a saída da UNISOL ocorreu num momento de saúde mental agravada pelo stress de sobrecarga de trabalho em duas entidades e a escrita da tese, ocasionando conflitos internos ter uma atuação na entidade objeto da pesquisa. Em que pese o desgaste emocional e material, o tempo mostrou ter sido uma decisão acertada para o processo crítico e reflexivo da investigação.

2021, na busca de identificar os principais atores, as habilidades sociais e as arenas de disputas.

No quarto capítulo busca-se descrever e analisar o surgimento da UNISOL/RS, fortemente vinculada a UNISOL BRASIL, e suas principais estratégias de atuação, como a captação de recursos e execução de projetos de fomento e assessoria aos EES filiados e sua interação com outros atores sociais.

Por fim, apresentam-se as considerações sobre o trabalho desenvolvido, e as possibilidades de apreensão do que foi constatado como as principais estratégias, por meio das habilidades sociais, que colocou a UNISOL/RS como uma forte articuladora dos atores da economia solidária em destaque no território gaúcho nos últimos ano que, em não abrindo mão do Estado, migra suas principais estratégias do campo Executivo para o campo Legislativo.

2 APROXIMAÇÕES ENTRE CAMPOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA E OS MOVIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo da tese são apresentadas as abordagens teóricas mobilizadas para a apreensão da reconfiguração do campo da economia solidária em face do arrefecimento das dinâmicas relacionais entre o movimento social, ou redes de atores da economia social e o Estado, (identidades, estratégias, atores sociais). Como ponto de partida, apresenta-se o referencial principal que fundamentou esta tese: a Teoria dos Campos de Ação Estratégica -, cujo encadeamento dos conceitos de campos de ação estratégica, habilidades sociais, Estado e Mercado ofereceram uma oportunidade de apreensão do campo da economia solidária a partir das três fases históricas aqui delimitadas.

O trabalho também traz um breve panorama sobre as teorias dos movimentos sociais aqui utilizadas que nos ajudam a compreender o campo da economia solidária do ponto de vista de suas ações coletivas e repertórios em articulação com a literatura brasileira. Esta articulação com a literatura brasileira somados aos referenciais do movimento social da economia solidária que o circunscrevem como um movimento social em rede (SCHERER-WARREN, 2006; FORTE, 2015, 2019) foi basilar para trazer os aspectos da construção social de mercados, apreendendo a economia solidária como parte dos novos movimentos sociais econômicos.

2.1 A Teoria dos Campos de Ação Estratégica: conexões entre, Estado, Mercados e Economia Solidária

A Teoria dos Campos de Ação Estratégica, elaborada por Neil Fligstein e Doug McAdam (2011;2012) vem sendo uma abordagem teórica utilizada nos últimos anos para apreender as relações que se estabelecem entre os movimentos sociais e o Estado, bem como as relações com os mercados. Ela traz nas suas acepções vertentes teóricas como a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, a teoria da estruturação de Giddens, a teoria dos movimentos sociais, a teoria institucional organizacional. Essas teorias têm em comum a perspectiva

de investigar o que ocorre nas arenas construídas socialmente no que tange à sua emergência, estabilização, institucionalização, transformação e disputas.

Todavia, no livro *Theory of Fields* (2012), em que apresentam a teoria, os autores trazem algumas distinções com essas acepções. Por exemplo, Fligstein;McAdam (2012) reconhecem a importância de Bourdieu para o desenvolvimento da teoria dos campos, mas indicam três pontos de divergência com o pensador francês. O um ponto central de Bourdieu é a ação do indivíduo nos campos, enquanto Fligstein;McAdam pretendem analisar a dinâmica coletiva dos campos: "nosso foco incide sobre como as pessoas cooperam [...]e como devemos entender a interação que ocorre entre os grupos" (2012, p. 25).

O segundo ponto de divergência diz respeito ao interesse dos autores em descobrir o surgimento e as transformações dos espaços sociais através da ação coletiva, algo raramente tematizado por Bourdieu e, por fim, Bourdieu não se concentra tanto na dinâmica das interações entre campos distintos, enquanto para os autores "essas ligações são fundamentais para se compreender a estabilidade e a mudança nos campos existentes" (Fligstein;McAdam, 2012, p. 26).

Outrossim, a relação entre agentes e estrutura social apresentada por Giddens, segundo a qual as estruturas sociais são regras e recursos usados pelos agentes, está também presente na teoria dos campos, porém com uma diferença que os autores julgam fundamental: o conceito de ação estratégica do campo. Através desse conceito é possível "verificar quem são os membros do campo, qual posição ocupam nesse, e quais são seus prováveis movimentos" (2012, p. 27). Além disso, o referido conceito permite à teoria ter uma percepção diferente sobre a reprodução das estruturas sociais daquela sustentada por Giddens na medida em que, segundo os autores:

a reprodução de um campo não é um processo mecânico e rotineiro, mas o resultado de várias etapas de interação que não reproduzem necessariamente de forma exata um ordenamento já dado, fornecendo um modo de entender as mudanças graduais que ocorrem num campo particular" (Fligstein;McAdam, p.27).

Quanto a Teoria Institucional, Fligstein;McAdam indicam duas diferenças para com a sua teoria. Em primeiro lugar, a Teoria Institucional visa explicar

como a conformidade ocorre em campos já existentes, enquanto a teoria de Fligstein; McAdam visa investigar como os campos surgem e são transformados. Em segundo lugar, a Teoria Institucional subestima o papel dos poderes na estruturação dos campos, não levando em conta "os interesses, os recursos, ou as posições que determinam o que cada ator pode realizar" (2012, p. 29), impedindo que ela dê conta das "transformações graduais que são esperadas no constante jogo entre atores, bem como das mudanças de condição dentro de um campo ou na relação entre campos" (2012, p. 29).

Os autores também se referem a ideia de utilizar a "análise de rede" como "técnica metodológica para modelar os vários aspectos do relacionamento entre atores num campo" (2012, p.29). E embora seja uma ferramenta poderosa, pois permite monitorar as mudanças nos campos de ação estratégicos, possui a limitação de não explicar a dinâmica que molda os campos:

se o campo é realmente uma arena na qual indivíduos, grupos ou organizações se enfrentam para obter algum ganho, como nossa perspectiva sugere, então a lógica fundamental dos campos não está codificada na estrutura da rede, mas nas concepções culturais de poder, privilégio, recursos, regras e tudo o mais que configura a ação dentro de um campo estratégico de ação (Fligstein; McAdam, 2012 p.30)

Fligstein; McAdam afirmam que a Teoria dos Movimentos Sociais foi uma forte influência em sua teoria, sendo a origem de muitos conceitos chaves que utilizam: "enquadramento" (framing), "oportunidade política", "ruptura e acomodação" (settlement), "episódios de disputa", dominadores (incumbentes) e desafiadores". Mas eles apresentam algumas diferenças cruciais entre as duas teorias.

Uma delas é que a Teoria dos Movimentos Sociais não foi orientada pelo conceito de "campo". Em segundo lugar, "o estudo dos movimentos sociais restringiu seu foco aos movimentos sociais, enquanto a teoria proposta pelos autores enfatiza a interação, não apenas entre os atores dentro de um campo, como deste com o ambiente no qual se situa"(p.31). E por último, a Teoria dos Campos, tenta apreender a dinâmica geral dos campos, ou seja, seu surgimento, suas estabilidades e suas transformações.

2.1.2 Os campos e as atuações nos campos: habilidades, sentidos e interações sociais

De acordo com Neil Fligstein e Doug McAdam (2011; 2012), os campos conformam as interações entre os vários grupos, ou seja, os campos são compostos por outros campos, como também são componentes de campos mais amplos, como o estado e o mercado, por exemplo. Desse modo, são, por si só, constituídos e constituintes de campos de ação estratégica (Fligstein; McAdam, 2011) e se dão no nível meso da ordem social. São processos de interações estratégicas que se movimentam considerando os movimentos dos outros atores.

Para melhor compreender essa justaposição de atuação nos campos, os autores utilizam a metáfora das bonecas russas, onde uma boneca é colocada por dentro da outra, entendidas aqui não como forma hierarquizada, mas como camadas. Assim, a ideia de campos não está limitada a um único contexto, longe disso, eles são vistos em vários níveis de interações e são incorporados dentro de outros, cerzindo uma complexa teia.

Isso contribui para análise e interpretação, por exemplo, de como se dão as relações entre os movimentos sociais e as políticas institucionais. No caso da economia solidária, os atores podem estar ora como militantes, ora como executores de políticas e programas de governo (gestores públicos). Além disso, os atores também interagem com outros atores disputam mercados para seus produtos, atuam em segmentos produtivos com outros movimentos e empreendimentos, mobilizam financiamentos externos e assim por diante.

Essas atuações nos campos ocorrem, comumente, em forma de cooperação ou em forma de conflito. Fligstein (2007) ressalta que a ação dos atores (que pode ser um ator individual ou um ator coletivo) é intencional e que, quando em posição favorável, os atores agem estrategicamente para manutenção e reprodução desse status.

Para entender o que as pessoas fazem quando se engajam numa ação social, os autores introduzem a noção de habilidade social [social skill]: a habilidade para induzir a cooperação através da criação de significados compartilhados e identidades coletivas (Fligstein; McAdam, 2012, p. 46).

Segundo Fligstein; McAdam (2011; 2012), para que um campo surja e se sustente é necessário o uso contínuo das habilidades dos atores, e o que os motiva a participar deste processo são os benefícios existenciais derivados de participar de grupos sociais. De acordo com os autores:

[...] A concepção que os atores têm de si mesmos é poderosamente moldada pela interação com os outros. Ao interagir, os atores tentam criar um senso positivo de si mesmos por meio da elaboração de significados e identidades compartilhadas para si mesmos e para os outros (2012, p. 47).

Assim, os autores podem evitar a teoria da "ação racional", que concebe o agente como alguém que persegue seus objetivos motivado pelo interesse próprio. Então, apresentam três diferenças entre o modelo deles e o da "teoria da escolha racional". Em primeiro lugar, a teoria da escolha racional concebe a essência da sociabilidade humana como um cálculo racional visando atingir resultados instrumentais. Já na teoria da habilidade social, a essência da nossa sociabilidade é a produção colaborativa de sentido/significado. Em segundo lugar, na teoria da ação racional o indivíduo escolhe o que é mais racional, participar da coletividade ou seguir sozinho, para atingir seus objetivos. Na concepção dos autores, na medida em que enfatizam a função existencial do social, participar de um grupo ou coletividade é um fim em si mesmo. Em terceiro lugar, ao contrário teoria da ação racional, que parte da reação do indivíduo a sua posição na estrutura social, de acordo com seu interesse próprio, eles concebem o indivíduo como estando motivado pela necessidade de afirmar sua pertinência a um grupo social.

Neste caso, a habilidade social se constitui como os graus de força na capacidade de induzir a cooperação dos outros, a habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva (FLIGSTEIN, 2007, p.62), ou seja, o desempenho dos atores sociais é determinante na construção e reprodução das ordens locais,

Recapitulando, então, os atores estratégicos hábeis são aqueles capazes de produzir significados para si e para os outros. Eles não se limitam aos seus interesses e não tem metas fixas. Não se trata aqui de simplesmente fazer com que os outros atendam aos seus objetivos, mas de tornar crível aos outros a ideia de que eles estão agindo de acordo com seus próprios interesses. É o que

o autor nomeia de definição de “agenda”, ou seja, orquestrar um conjunto de ações, muitas vezes nos bastidores, fazendo com que os diferentes atores assumam determinada decisão, mesmo que ela não seja, de início, a agenda pautada (FLIGSTEIN, 2007, p.68).

Na tentativa de operacionalizar o conceito de ator hábil com o objeto empírico, pode-se apreender que a possibilidade de se implementar políticas públicas em âmbito federal para a economia solidária, que se deu por meio da vitória do PT nas eleições de 2002 (fator externo), contou com a habilidade estratégica de seus atores sociais em definir essa agenda como pauta central para os seus pares, bem como provocou sua constituição formal como um movimento (a criação do FBES). Passar a atuar no campo estatal não foi assentido por todos, mas seus atores foram “convencidos” que não se podia perder essa oportunidade política. Novos arranjos surgem a partir dessa decisão na (re)produção de sentidos/identidades¹⁴ no campo da economia solidária¹⁴.

Segundo Fligstein (2007), os campos são formados por dois tipos de atores: os dominantes (incumbentes) e os desafiadores (*challengers*), o que não significa que eles estão sempre em relação de oposição, mas que a ação dos dominantes está sempre arquitetada para a manutenção de sua condição. Segundo o autor:

os campos atuam para ajudar a reproduzir o poder e o privilégio dos grupos responsáveis e definir as posições dos desafiantes. Enquanto os grupos responsáveis se beneficiam da maior parte dos campos, os grupos desafiantes ganham certa estabilidade ao sobreviver, apesar de terem um nível mais baixo de recursos (2007, p.64).

Neste sentido, o autor considera que os desafiantes são criadores de nichos, buscam brechas para “subir” de posição, procuram evitar a confrontação direta para que se possam criar realidades e, quiçá, novas instituições. Desta forma, é necessário que os atores tenham “habilidades sociais”, ou seja, capacidades de motivar outros atores com intuito de congregarem forças a tal

¹⁴Para a atuação no campo estatal, a filiação partidária, os vínculos com tendências internas do partido, as redes pessoais, são atributos que pesam na hora da escolha na composição dos cargos e, dessa forma, os atores que passam a atuar no campo político-institucional são também aqueles que, por meio de suas relações e vínculos, tem mais força política no campo estatal.

ponto que seja possível promover transformações nos campos (PICOLOTTO, 2008, p. 89-90). Aliás, aqui dito de forma simplificada, um dos fatores que podem mudar a hierarquia e a ordem do campo é a invasão de agentes externos, pois eventos exógenos também dão oportunidades políticas aos desafiantes.

Ademais, as estruturas sociais por onde operam essas interações interferem nas condições de como agem esses atores. A construção (ou a manutenção) de regras e significados compartilhados orientam os caminhos e as estratégias desses grupos. Para Fligstein (2007), as instituições interferem na produção de novos campos ou na transformação de campos antigos, pois são quem mobilizam os recursos e as atuações desses atores, mas por outro lado, não operam de forma imaculada, também são marcados pela ação hábil dos atores, ou melhor dizendo, os atores não são receptores passivos das instituições.

Nesta perspectiva, a dinâmica de um campo de ação estratégica está relacionada às relações internas (graus de cooperação e hierarquias) e às dinâmicas externas, ou seja, as relações com outros campos.

Assim, as estruturas relacionais estão no cerne da reprodução da vida social. Os grupos sociais são constitutivos de identidades e apreensões de mundo compartilhadas, o que se dá na interação com os outros (FLIGSTEIN; MCADAM 2012, p. 36). Os autores retomam a ideia de função existencial do social, afirmando que as aspirações subjetivas e elementares do indivíduo são motivadoras de participação e ação coletivas, ou seja, a busca de sentido e significação existencial como propulsores de sociabilidades e capacidades para agir nos campos, evocando o indivíduo à produção colaborativa de significados e identidades, coadunando os aspectos existenciais e materiais.

Segundo os autores, a vida social tem uma função de trocas de significados que sustentam o nosso próprio sentido num mundo que é inerentemente sem sentido¹⁵. Nesta perspectiva, a religião, por exemplo, desempenha um fator crucial para tornar as nossas vidas "significativas". Há,

¹⁵ Os autores partem da ideia de que, no ser humano, a linguagem/consciência nos permite produzir arte, pensamento simbólico e racional, mas também produzem novos medos através do reconhecimento da nossa condição humana. Apenas em nós surge a questão do "sentido da vida". Apenas um indivíduo muito obtuso e que jamais reflita sobre a sua própria existência, não pensa de tempos em tempos que a nossa vida é acidental, sem um propósito inerente e destinada a terminar na morte.

nesse ponto, uma discordância com Marx quando este qualifica a religião como ópio do povo, e colocam que:

[...] Na nossa perspectiva, a capacidade e necessidade humanas para a identidade e o significado é tanto uma força estruturante da vida social como as demandas sociais coletivas. É precisamente porque os seres humanos modernos necessitam e são incansáveis em seus esforços de estabelecer sentidos compartilhados (como os cristãos) e identidades (como ser um cristão) para conter as dúvidas existenciais que estas construções estão disponíveis àqueles (como os capitalistas) que se apropriam delas e as exploram para seus próprios objetivos. Em suma, o material/instrumental e o existencial estão inextricavelmente ligados. Mesmo quando os atores estratégicos estão trabalhando para realizar os seus próprios objetivos, eles estão simultaneamente exercitando a distinta capacidade humana para fazer significados e para a construção de identidades coletivas. As pessoas fazem o que fazem para obter vantagem instrumental tanto quanto para formar mundos significativos para si mesmos e para os outros" (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012, p. 43).

A função existencial do social, para fins desta investigação, busca apreender os sentidos e os significados compartilhados sobre os preceitos teóricos e práticos da economia solidária entre seus atores. Neste sentido, cabe ratificar que, quando a economia solidária se fortalece, na década de 1990, traz no seu bojo o legado das lutas e organizações sociais e populares (Doimo, 1995)¹⁶. O componente religioso e as dinâmicas do mundo do trabalho e movimentos sindicais (Forte, 2019) caracterizam-se como um elemento aglutinador dos ideários dos seus atores com outros movimentos nos processos das lutas sociais, conferindo-os uma “multivalência” de posições.

Entrementes, aqui temos um ponto que merece destaque sobre algo não contemplado da Teoria dos Campos, e que realmente deflagra uma limitação da

¹⁶ Destaca-se também que, a educação popular é amplamente divulgada e utilizada nas formações sobre economia solidária. Para além de uma ferramenta metodológica, ela representa um conjunto de símbolos e significados da proposta freireana, com elementos das lutas do campo e da cidade e da Teologia da Libertação. As “místicas”, por exemplo, muito usada em outros movimentos sociais no início de encontros e reuniões, carregam uma forte mobilização ética e estética nas/os participantes. Motta (2004, 2010), por meio de seus estudos etnográficos sobre o campo da economia solidária explicita bem essas simbologias e seus contornos plásticos. Conforme esse trecho: As místicas são rituais que contam com palavras, objetos, coreografias particulares e como o nome sugere, têm um caráter religioso e de integração espiritual, mas sempre ecumênico. Em geral este tipo de atividade está presente nos encontros de Economia Solidária e tem um caráter de criação de coesão [...]. Engajando corpos e a atenção de todos em atividades que exigem participação ativa – dançar, falar, cantar, sacudir objetos –, elas criam uma disposição comum para as atividades que se seguem. A alternância entre momentos de euforia e circunspeção ajudam a criar uma coletividade no sentido forte. (2010, p. 43-44).

teoria aqui empreendida com o objeto da pesquisa, uma vez que, como mostrado nos capítulos subsequentes, uma das características do MESB e seus atores é justamente o caráter dinâmico e multiposicional.

Segundo Ann Mische (1997), o contexto brasileiro que possibilitou o surgimento dos movimentos sociais – no qual a economia solidária também se inclui – forjou uma formação de identidades a partir de redes interpessoais e organizacionais, em que seus participantes atuavam simultaneamente em outros grupos, como partidos políticos, grupos de igrejas, outros movimentos, enfim, identidades que se constituíram a partir do que a autora chama de “militância múltipla” (p. 145), que influíram nos projetos pessoais e sociais de seus atores.

Nesta esteira, de fato, a Teoria dos Campos afere importância para a dinâmica interna do campo e sua relação entre os campos, mas não foca na apreensão de que estes atores estão multiposicionados e operam em outros campos.¹⁷

2.1.3 Estado e Mercados: mãos entrelaçadas nos CAEs

De acordo com a Teoria dos Campos de Ação Estratégica, é importante conferir especial atenção à atuação do Estado, cujo papel protagoniza as relações e interações com praticamente todos os outros campos. Segundo os autores, as especificidades dos campos de ação estratégica estatais compõem um cenário onde todos os outros campos de ação estratégica tendem a estabelecer uma relação de dependência (FLIGSTEIN; MCADAM 2012, p. 67).

Além de um campo específico, o Estado se configura como unidades de governanças, uma organização na arena social que pode garantir, ou não, a estabilidade e reprodução de um campo. As relações sociais estatais são determinantes para entender a emergência de campos e, dentre suas características deliberativas está o fato de criar regras e mecanismos de regulação e, principalmente, ser um provedor de recursos.

O Estado pode, através de ações diretas ou indiretas, intencionalmente ou não – ação conflitiva/ação cooperativa -, prejudicar outros campos de ação estratégicas (FLIGSTEIN; MCADAM, 2011, p. 13). Quando ocorrem mudanças

¹⁷ A trajetória da atriz social hábil identificada neste trabalho no campo da economia solidária é um forte exemplo disso e será mais bem apresentado no capítulo 4.

na legislação ou abertura de concessões para privatização, por exemplo, muitos grupos sociais se mobilizam com o intuito de tirar proveito dessas novas “oportunidades”.

Quanto ao objeto empírico desta tese, identifica-se que, a partir de 2003, se descortinava para o movimento da economia solidária, por meio de suas interações e estruturas relacionais (bases e identidades compartilhadas), a oportunidade de introduzir a economia solidária na agenda estatal¹⁸ e, a partir disso, se configurar como um campo de ação estratégica inserido neste campo de ação.

Entrementes, a posição e os deslocamentos do campo da economia solidária a partir de 2016, dentro do campo político-institucional se transforma, haja vista que seus principais atores estatais (atuantes também no movimento social) começam a sair de cena, esmorecendo sua força política e reconfigurando sua posição enquanto um campo de ação estratégica, posto que, os atores estatais, como pertencentes ao grupo dominante, participam ativamente dos fluxos (e refluxos) dos outros campos.

Desse modo, entre os campos são estabelecidas relações de conflito e cooperação entre agentes políticos que defendem determinado conjunto de políticas públicas, em que os movimentos sociais adaptam suas táticas de ação e de organização para se adequar às dinâmicas relacionais dos CAEs, portanto, tais campos não estão limitados a espaços estatais ou societários,

¹⁸ No artigo “Institucionalização e execução das políticas públicas e economia solidária no Brasil”, NAGEM e PEREIRA (2013), apresentam, usando o método de Kingdom os fatores que levaram a economia solidária à agenda governamental (AGENDA-SETTING) e quais os dispositivos acionados para que ela viesse a se tornar uma política pública, apresentada aqui de forma resumida:

A CRIAÇÃO DA SENAES - DECRETO Nº 4.764 de 24/06/2003

FLUXOS DECISÓRIOS - **1.** Problemas (problems), que podem ser identificados por meio de indicadores, crises ou feedback de outras ações em curso = Indicadores referentes ao mercado de trabalho no início do século XXI. Elevação crescente do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho; **2.** Soluções ou alternativas (policies), que são debatidas em comunidades específicas de especialistas e são definidas a partir de sua viabilidade técnica e financeira= Comunidade acadêmica como principal responsável pela consolidação e disseminação do conceito de economia solidária para os meios político e social. Debate simultâneo em vários países da Europa e também da América Latina e; **3.** Político (politics), que vai envolver o ambiente de “humor” nacional (nationalmood). Forças políticas organizadas que determinam o apoio ou oposição a uma questão em pauta = Diversas organizações da sociedade civil passaram a defender o trabalho autogestionário sob a concepção da economia solidária. Entre elas, destacam-se: a Cáritas Brasileira, Anteaq, ADS/CUT), os grupos sociais do meio rural: Contag, Fetraf e o MST.

4. Empreendedor político - especialistas que gozam de boa reputação, habilidade de negociação ou detêm certa popularidade política = Paul Singer -professor da Universidade de São Paulo (USP), fundamental na convergência dos três fluxos (problemas-soluções-político). Teórico do mundo do trabalho, de inspiração marxista, crítico do neoliberalismo, que reduzia o poder do Estado de intervir na realidade social.

demonstrando o estabelecimento de relações e a circulação de indivíduos no interior de CAEs (SCHMITT; SILVA, 2016; BARCELOS et al., 2017).

Nesta perspectiva, faz-se pertinente trazer à cena um outro campo que servirá de categoria de análise para a pesquisa e que também é objeto de análise de Fligstein: os mercados, compreendido aqui (com base na Nova Sociologia Econômica) como instituições socialmente construídas com significados, normas e identidades que se retroalimentam por meio das inter-relações com as suas redes e estruturas sociais.

Fligstein (2001) usa a metáfora o “mercado como política” para falar como as estruturas sociais conformam ambientes estáveis ou instáveis para a criação ou a manutenção (ou não) de um mercado, vez que toda troca mercantil implica em arranjos sociais, ou seja, o autor se atenta “com a estrutura de poder dos mercados, expressa nas condições sob as quais o mercado é estabilizado” (WILKINSON, 2017, p.57)

Neste sentido, a formação dos mercados faz parte da formação do Estado, pois “os Estados modernos de economia capitalista criaram as condições institucionais para que os mercados se tornassem estáveis” (FLIGSTEIN, 2001, p.27). Seus atores engajam-se nas disputas por poder, dentro das firmas e fora delas. As firmas, por sua vez, buscam controlar os mercados e, para isso, usam do seu poder econômico, da sua tecnologia, e do acesso aos governos para manter-se no campo dominante, desenvolvendo estruturas sociais para passar por cima das adversidades que encontram nas trocas, na competição e na produção (FLIGSTEIN, 2012b, p. 489)

O Estado tem papel determinante na manutenção dos mercados. Fligstein (2001) busca na sociologia dos mercados os elementos teóricos para analisar como funciona a vida social nas firmas, nos mercados e nas indústrias, definiu, o que denomina de instituições de mercado e demonstra que, em todas elas, o Estado é essencial para que essas instituições operem. Segundo o autor, instituições são “regras compartilhadas, que podem ser leis ou entendimentos coletivos, mantidos pelo costume, por um acordo explícito ou implícito e que permitem que os atores do mercado se organizem para competir, cooperar e trocar (2001, p. 29). Nesta perspectiva, Fligstein (2001) utiliza a ideia de movimento social como analogia para a apreensão dos mercados emergentes e

como se colocam, principalmente frente ao campo estatal. De acordo com o autor:

[...] A habilidade dos grupos num movimento social em atingir o sucesso, depende de fatores similares àqueles das empresas tentando produzir um mercado estável: o tamanho dos grupos, seus recursos, a existência de uma oportunidade política para agir, atores de Estado dispostos a negociar e a habilidade em construir uma coalizão política em torno de uma identidade coletiva (Snow et al., 1986; McAdam, 1982; Tarrow, 1994, p.39).

A analogia supracitada, que enfatiza que os movimentos sociais e os empresários disputam o Estado e buscam suas estratégias de angariar espaços e recursos, explicita as negociações e as articulações empreendidas por seus atores sociais junto aos políticos e as propostas de criações de leis e regulamentos para o fortalecimento de suas bancadas.

2.2 Economia solidária como movimento social: entre teorias e interações

Um dos conceitos sobre movimento social que vem sendo muito utilizado na literatura sobre movimentos sociais é o conceito definido por Mario Diani (1992, p.1) como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas”.

De acordo com Della Porta e Diani (2006), uma ação coletiva que se configura num movimento social requer que seus atores i) estejam envolvidos em relações conflituosas com oponentes claramente definidos, o que demanda um esforço coletivo especificamente articulado em termos sociais ou políticos; ii) estejam ligados por densas redes informais, cujas decisões sejam negociadas por todos os atores envolvidos na ação coletiva e; iii) compartilham uma identidade coletiva distinta, ou seja, o movimento social não pode ser definido apenas por uma mobilização específica, mas por uma organização de atores distintos que lutam por uma mesma causa e representam interesses comuns.

No esforço de conectar o conceito com a economia solidária, pode-se, num primeiro momento, apreender que o movimento da economia solidária se caracteriza pela rede organizacional de seus atores sociais que se opõe ao

sistema econômico hegemônico, cuja disputa pauta-se pelo reconhecimento e legitimidade de práticas econômicas distintas das práticas sustentadas a partir da lógica mercantil. Sua rede heterogênea forma redes informais que disputam acesso a recursos (as políticas públicas é um deles) para que tais práticas sejam reconhecidas como propostas de desenvolvimento social e econômico, pautadas por outras racionalidades e interesses em que a cooperação, a solidariedade e o associativismo são defendidos como formas de se produzir (e consumir) sob uma lógica emancipatória.

Nesta perspectiva, o conceito de redes de movimentos sociais utilizada na apreensão do campo da economia solidária vem sendo oportunamente usado para analisar o movimento de economia solidária¹⁹ a partir da interpretação de suas redes. Um dos aportes importantes, é que nas redes de movimentos sociais, os atores sociais estão em constante construção e/ou reconstrução das identidades partilhadas e que se utilizam “de táticas de ação mais ou menos conflitivas e institucionalizadas e a tipos de organização mais ou menos formalizadas ao longo do tempo” (BARCELOS et al., 2017, p. 20). Na disputa e nos confrontos sociopolíticos para angariar outras formas de se fazer economia e de se (bem)viver, a rede heterogênea da economia solidária vai tecendo estratégias de ação. Disputar o Estado é uma delas, ou seja, disputar os recursos políticos e institucionais.

Pode-se dizer que as três “grandes” teorias dos movimentos sociais – as duas primeiras de linhagem norte-americana e a terceira de linhagem europeia - direcionam seu foco para as seguintes perspectivas: i) a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), em que os movimentos sociais são apreendidos a partir de sua dimensão organizacional, como entidades ordenadas. Nesta abordagem, a ação coletiva é vista como um cálculo racional dos indivíduos sobre os custos e os benefícios da participação, parte da racionalidade individual e o que prevalece é a disponibilidade e a capacidade de angariar e operacionalizar recursos, sejam eles organizacionais, materiais e humanos; ii) a Teoria do Processo Político (TPP), que tem o enfoque a partir da dimensão política e cultural (os repertórios da ação coletiva) com ênfase no contexto político- institucional e nas oportunidades políticas e iii) A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS),

¹⁹ Ver Santos (2015); Forte (2015, 2019)

que centrou-se nos aspectos simbólicos e cognitivos, nas emoções e na identidade coletiva, balizados movimentos sociais emergentes dos anos 60, que provocaram mudanças nas pautas das reivindicações, conformando novas formas de ação coletiva focadas mais nas relações interpessoais (gênero, orientação sexual, meio ambiente, etc.) do que comumente era característica dos movimentos mais tradicionais: o mundo do trabalho.(Carlos, 2011; Alonso, 2009).

Diante das condições históricas as quais o movimento da economia solidária se contextualiza, faz-se pertinente, neste primeiro momento lançar mão da Teoria do Processo Político de Sidney Tarrow, onde se apresenta o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP), também muito utilizada nos estudos sobre movimentos sociais e políticas públicas, segundo o qual as condições políticas e sociais provocam ações e reações nos movimentos, em que o contexto político diferencia o repertório de atuação e ação coletiva:

[...] O conceito de oportunidade política como dimensões consistentes - mas não necessariamente formais ou permanentes - do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso e ao fracasso (GAMSON & MEYER, 1996)...Os escritores que trabalham dentro da tradição de oportunidade política enfatizam a mobilização de recursos externos ao grupo. (Tarrow, 2009, p.105-6)

Segundo esta abordagem analítica, a ação dos movimentos sociais depende também das dimensões política e cultural que interferem nas práticas da organização e de ação coletiva, oferecendo recursos externos aos movimentos. Ou seja, a forma como se relacionam (a institucionalidade política e os atores da ação coletiva) é que delimita a dimensão da intensidade do processo, em maior ou menor grau, dado pelas condições e oportunidades políticas (MCADAM, TARROW E TILLY, 2001). Por essa via, Rennó (2003) afirma que:

o modelo testado leva em consideração tanto os limites e incentivos externos impostos à participação de cidadãos em organizações da sociedade civil (estruturas de oportunidade política), quanto o impacto de predisposições psicológicas individuais na participação em organizações sociais e políticas. Em suma, contextos institucionais criam redes de incentivos e

restrições à participação em distintas formas de ação coletiva que não podem ser ignoradas. (p.71)

No entanto, ao ter como argumento central a ideia de uma separação entre sociedade civil e Estado, essa abordagem expressa o pressuposto da externalidade e da atuação confrontacional entre os movimentos sociais e as políticas institucionais (SILVA, 2015). O próprio teor conflitivo preestabelecido analiticamente para apreender essas relações acaba desconsiderando os processos interacionais.²⁰

Goldstone (2004), por seu turno, argumenta que não se pode apreender tão somente os movimentos sociais à margem da institucionalidade e que, com os processos de democratização, os movimentos não se caracterizam apenas pela política contestatória, uma vez que os modelos representativos possibilitam uma maior aproximação entre os movimentos sociais e a institucionalidade. Sendo assim, não há unicamente uma relação polarizada e dicotômica entre a política institucional e a política não-institucional, mas uma fronteira tênue e dinâmica. Neste sentido, ao impor uma separação entre sociedade civil e Estado, deixa-se de explorar uma gama de conexões entre os movimentos sociais e o sistema político, invisibilizando determinados tipos de relações e fluxos entre os atores coletivos e o Estado (ABERS; VON BÜLLOW, 2011).

No Brasil, a partir dos anos 1990, com o processo de redemocratização e de conquistas eleitorais nas prefeituras e governos estaduais, houve uma maior abertura nas instâncias de participação para os movimentos sociais, ampliando seus repertórios de ação, a partir da atuação nas instâncias participativas, bem como na formulação e execução de políticas públicas. De acordo com Gohn (2010, p. 41-42):

a presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e às novas forças sociopolíticas em ação). [...] A partir de 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. [...] O Orçamento Participativo – OP,

²⁰ Destaca-se que Tarrow também reconhece que com o aumento da permeabilidade das instituições políticas cria-se novos canais de expressão de reivindicações (ALONSO, 2009, p. 55) e de que “os movimentos sociais e os sistemas de política institucional são mutuamente constitutivos” (MCADAM, TARROW, 2011, p.20)

e vários outros programas criados no interior das políticas públicas, surgiram como fruto daquela trajetória.²¹

Em 2002, com a vitória de Luiz Inácio da Silva nas eleições presidenciais de 2003, ampliou-se a entrada de militantes dos movimentos sociais nos cargos de gestão do governo federal, o que aumentou e dinamizou a atuação desses atores sociais nos espaços de participação institucional e implementação de políticas públicas, com outras e novas oportunidades de interação entre os diferentes atores da sociedade civil e do Estado (Silva, 2015). elucida

Entende-se, portanto, que os movimentos sociais e seus processos de confronto e de mobilização de recursos, sejam eles materiais e/ou imateriais, estão em constante negociação com outros atores sociais e que as identidades são também forjadas e reconstruídas a partir dessas negociações, as quais podem se dar também nos espaços institucionalizados (BARCELOS et al., 2017). Assim, as relações entre Estado e movimentos sociais podem também ocorrer não só de forma conflituosa, mas de influência mútua (CARLOS, 2011, ALONSO, 2009; ABERS, VON BÜLLOW, 2011; OLIVEIRA, 2011).

Em sua pesquisa sobre economia solidária, Oliveira (2011) identificou um trânsito institucional, cujo acesso às instituições se dava por meio da formação de coalizões, organizadas em torno de partidos políticos para as disputas do processo eleitoral. Os trânsitos evidenciados já apontavam que, mesmo antes da atuação no governo federal, a rede de relações dos atores da economia solidária - suas trajetórias sociais e vínculos políticos partidários- utilizam, em contexto de um maior grau de permeabilidade, o acesso às políticas públicas como um repertório de ação.

O conceito de “repertório de ação coletiva”, elaborado pelo autor Charles Tilly, é definido como “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TILLY, 1995, p.41 apud TARROW, 2009, p.51). O repertório de ação coletiva vem a ser as diferentes formas de ação coletiva que são recorridos pelos atores sociais em um delimitado conflito

²¹ Um exemplo local, podemos citar um empreendimento econômico solidário que surge a partir dessa interação. Fruto de uma demanda do Orçamento Participativo, foi construída, em 1996, a primeira incubadora popular para fomentar a geração de trabalho e renda na zona norte do município, por meio da SMIC. Um cooperativa de costureira surge dentro desta incubadora e se configura, hoje, como um dos mais expressivos grupos dentro da economia solidária – a Cooperativa unidas venceremos, a UNIVENS -, em âmbito nacional, fazendo parte, inclusive, de uma cadeia produtiva de algodão agroecológico.

político, num contexto sociohistórico específico, para expressarem suas reivindicações. Ele traz a dimensão cultural integrada à dimensão política no estudo das mobilizações coletivas (ALONSO, 2009). Também chamada de repertório de contestação, esta definição vem a ser um conjunto de formas de ação coletiva compartilhadas:

a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995, p.26)

O conceito foi sendo reformulado pelo autor ao longo do tempo. De forma resumida, podemos dizer que, nos anos 70, sua definição era apreendida, como já dito, como padrões de ação coletiva – formas de ação - em que as oportunidades políticas e o contexto de mudanças socioeconômicas e políticas davam o compasso da ação coletiva. Já nos anos 90, o conceito passa a ter um caráter relacional focando na interação dos atores e não nas ações isoladas – “a mudança estrutural e a mudança cultural se conectam” (ALONSO, 2012, p. 27).

Destaca-se que o conceito de “repertório” vem sendo bastante apropriado na literatura nacional sobre as ações coletivas contestatórias e os movimentos sociais, contribuindo para o debate sobre os padrões de ação coletiva nas últimas décadas (PEREIRA; SILVA, 2017). Um deles, o conceito de “repertório de interação”, de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) pode nos ajudar a compreender os processos relacionais do movimento da economia solidária e seu trânsito institucional, uma vez que a inserção da economia solidária no campo estatal e, por conseguinte, na elaboração de políticas públicas, caracterizou-se por ser uma interação mais dialógica do que conflituosa.

A tese geral das autoras é a de que a ascensão do Partido do Trabalhadores à presidência da República, em 2003, permitiu que militantes do partido ligados a movimentos sociais, agora funcionários de vários ministérios, implementassem políticas públicas inspiradas naquelas já testadas a nível municipal nas gestões petistas. Esse contexto possibilitou que "movimentos

sociais e atores estatais experimentassem novos padrões de interação Estado-sociedade.

A análise das autoras está baseada num estudo feito em 2010 em três setores da administração federal: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e, como resultado dessa análise, concluem que, durante o período estudado, os movimentos sociais não apenas negociaram com o estado, o que corresponderia ao conceito original de "repertório" de Tilly, "mas também investiram pesadamente em ações *por dentro* das instituições do Estado" (p.331), através de membros do PT ligados a movimentos sociais que assumiram cargos burocráticos "transformando o próprio Estado em espaço de militância política" (idem). Para dar conta dessa nova relação entre movimentos sociais e instituições estatais, as autoras propõem o conceito de "repertório de interação", a fim de ampliar o conceito de *repertoire of contention* de Tilly.

Neste sentido, torna-se pertinente identificar e compreender quais são os repertórios de interação usados pelos atores sociais do movimento de economia solidária em suas dinâmicas, apreendidas aqui como uma rede de fluxos e refluxos que oscila na sua interação com as políticas institucionais (SILVA, 2015) frente aos cenários favoráveis (e desfavoráveis) de permeabilidade na esfera estatal e fora dela. Na senda de acompanhar e apreender os processos que se davam na sociedade civil e na sua relação com os Estado durante o período de transição de regime de governo e com as novas dinâmicas dos movimentos sociais, o campo analítico sobre os movimentos sociais no Brasil foi sendo ampliado, nos últimos tempos, a fim de trazer à luz alguns elementos que, por vezes, ficavam invisibilizados nas teorias tradicionais. Com a chegada no Bolsonaro no poder, o quadro mudou drasticamente, o que certamente está trazendo novas apreensões analíticas. Cabe aqui neste trabalho, tentar analisar as estratégias de uma entidade da economia solidária, vinculada ao MESB, durante os governos Temer e Dilma. No entanto, ainda como ferramental teórico, aborda-se no subcapítulo seguinte, por meio da apreensão da economia solidária como movimento social e sua relação e apreensão de mercados como estratégia de disputa e desenvolvimento socioeconômico.

2.3 Mercados e Economia Solidária: mãos visíveis e plurais

Tendo como referência a apreensão de mercados e movimentos sociais, bem como a teoria dos Campos como uma disciplina da Nova Sociologia Econômica. é importante destacar que a crítica à sociedade de mercado, defendida no campo analítico da economia solidária tem, como um dos seus principais fundamentos, a compreensão substantiva da economia, nos pressupostos de Karl Polanyi (1983) que apresenta quatro princípios do comportamento econômico, quais sejam: o mercado autoregulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade – partindo, portanto, do pressuposto básico de uma definição de economia como economia plural. As formas de “fazer economia”, de produzir e distribuir riquezas, variaram historicamente nas diferentes culturas humanas. Laville (1994) as definiu de três formas: economia mercantil; economia não mercantil; economia não monetária, as quais, de acordo com França Filho (2007), podem ser resumidas da seguinte maneira:

- a) uma economia mercantil: fundada no princípio do mercado autoregulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário.
- b) uma economia não mercantil: fundada no princípio da redistribuição. É marcada pela verticalização da relação de troca e por seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los e;
- c) uma economia não monetária: fundada no princípio da reciprocidade, ou seja, um tipo de relação de troca orientada principalmente pela lógica da dívida, tal como descrita por Mauss (1978). A dívida compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da circulação destes bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. (FRANÇA FILHO, 2007)

O movimento da economia solidária, como apresentado neste trabalho, se caracteriza como sendo historicamente um movimento novo com forte ação política, mas que entra na disputa também, por novas formas de ação econômica, que alguns autores denominam “movimentos sociais econômicos”.

Movimentos sociais econômicos, apresentados aqui de forma resumida, é um termo recente designado para abordar as ações coletivas cujas demandas se atentam prioritariamente ao mercado e não ao Estado (Gendron et al., 2006; Wilkinson, 2017; Niederle, 2014; Portilho, (2009); Picolotto, 2008, Carrascal, 2017)). Esses movimentos trazem em suas pautas novas formas de práticas econômicas e sociais contrapostas às práticas hegemônicas. A economia solidária é um exemplo, assim como o Comércio Justo, *Slow Food*, entre outros.

Trata-se de um conjunto de práticas que buscam dinamizar as relações entre produtores e consumidores por meio da valorização dos vínculos de proximidade e reciprocidade, bem como a qualificação e o reconhecimento dos atributos socioculturais, redimensionando aspectos éticos e estéticos (Niederle, 2014, Wilkinson, 2017) no ato de produzir e consumir.²²

No caso da economia solidária, reivindica-se o reconhecimento das outras práticas econômicas que, para além da economia mercantil, também incluem a economia não mercantil e a não monetária. “*Uma outra economia acontece*”, por exemplo, era um slogan usado nas campanhas publicitárias da SENAES, e ainda é muito usado nos cards e divulgação dos empreendimentos e das redes de economia solidária (inclusive da UNISOL/RS), além de ainda ser um grito de ordem evocado nos encontros do movimento e nas feiras de Santa Maria. No relatório final da quinta e última plenária do FBES, tem-se as diretrizes sobre o mercado:

na Economia Solidária temos que pensar o mercado na ótica da sustentabilidade que defendemos, ou seja, sustentável, não excludente, solidário e que envolva também práticas não monetárias... Uma economia que envolva o trabalho da família, o coletivo, com Núcleos de Base (organizações nos locais e regiões com os grupos de produção e formação em Economia Solidária) onde haja a valorização da troca e que localmente se produza basicamente tudo aquilo que precisamos para viver (Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012, p. 17).

²² Neste sentido, o papel do consumidor como um ator político passa a ser de grande relevância. Portilho (2009; 2016), argumenta que o consumo como prática individual e coletiva extrapola a racionalidade econômica, e é dotado de significados e sentidos, e se configura como uma forma de ação política. Assim, os consumidores também são atores de mercado (Ibidem, 2009, p.203) e assumem importante papel nas lutas sociopolíticas. Trata-se de um consumo politizado que tem um forte apelo ético e cívico - a conformação de uma “cidadania do consumidor” -, em que o próprio conceito de cidadania se amplia à medida que não se restringe apenas às estruturas formais de participação política, mas envolve também “as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e identidade social” (Ibidem, 2009, p. 216).

Durante a observação feita na Feira de Santa Maria, em 2018, na plenária dos Empreendimentos Econômicos Solidários, uma participante que atua em várias frentes de EES, colocou essa preocupação: “É preciso reconhecer que é um campo produtivo diverso e que é preciso fortalecer os laços entre insumo/produção/consumo. Mais que um projeto político, a economia solidária é uma ação econômica”.

A fala acima traz elementos para pensar sobre o fato de que, ao mesmo tempo em que, as tensões do movimento estão centradas na crise política e na perda expressiva de atuação dentro do campo político-institucional, seus atores também chamam a atenção que é preciso voltar-se à construção de mercados e reconhecer, de fato, a economia solidária como um ator econômico. No campo analítico, a nova sociologia econômica nos dá subsídios para tal reflexão e será apresentada a seguir.

A nova sociologia econômica, na sua perspectiva de pensar Estados e mercados, tem também amparo na obra de Karl Polanyi (1944), *A Grande Transformação*, compreendida como uma importante análise sobre como os Estados atuam no sistema capitalista e balizam a criação e a existência dos mercados e como a formação destes mercados, são operadores da desordem social (a mercantilização da sociedade). Esta crítica radical à utopia liberal (o mercado autorregulado) carrega consigo a ideia de subordinação pois, ao invés da economia estar imersa na sociedade, é a sociedade que fica dependente da economia.

Neste sentido, Polanyi usa o termo enraizamento (*embeddedness*) para demonstrar como a economia capitalista de mercado está desenraizada da sociedade, da vida das pessoas, solapando valores e práticas não-mercantis. Esse termo, reinterpretado sobretudo por Granovetter (2007) que, na perspectiva weberiana, reforça que “a ação econômica é vista apenas como uma categoria especial, ainda que importante, da ação social” (p33), foi sendo revisionado para fundamentar que todas as ações econômicas, ao contrário, estão enraizadas nas relações sociais, morais, culturais e nos seus padrões de interação.

Assim, os mercados configuram-se como instituições socialmente construídas com significados, normas e identidades que se retroalimentam por

meio das inter-relações com as suas redes e estruturas sociais, um campo de disputa por racionalidades. Niederle e Radomski (2008) elucidam que:

[...] Conforme demonstram Granovetter e outros autores da Nova Sociologia Econômica, os mercados representam arenas sociais onde a interação entre distintos atores sociais revela o conflito entre diferentes racionalidades, valores, normas e convenções. “Confrontada com a mão invisível do mercado (da economia neoclássica), a NSE prefere falar das mãos visíveis dos atores, organizações e instituições.” (Marques, 2003: 8). Assim, se, por um lado, o avanço da mercantilização faz com que em muitas esferas de troca os atores desenvolvam “calculative agencies”, que expressam em determinado grau a lógica do homo oeconomicus de que fala Callon (1998), por outro, “o mercado está longe de ser este monstro frio, implacável e impessoal que impõe suas leis e procedimentos.” (Callon, 1998: 51). Isso porque os mercados estão enraizados em relações sociais, morais e culturais que tornam a mercantilização um processo absolutamente heterogêneo. (p.23)

Ao constituir-se como uma economia plural, a economia solidária e sua heterogeneidade de práticas que perpassam as lógicas mercantis, não mercantis e não monetárias, conecta o agir econômico com o político, o social e o simbólico (OGANDO, 2012) que dão construção de sentido (a função existencial do social) para seus atores sociais. Os mercados solidários, entendidos aqui sob este prisma, se conformam para além da lógica mercantil, cercado por várias mãos e mentes, enraizado na vida das pessoas.²³

No entanto, a mão do Estado (com suas normas e valores institucionalizados) foi o qual, nos últimos anos, operacionalizou e financiou a construção desses mercados, seja por meio da inserção dos EES nos mercados institucionais, seja por meio do apoio e fomento às redes e cadeias solidárias e

²³ De acordo com o Documento-base nacional, sistematizado da II CONAES. Brasília: CNES/MTE, 2010, tem-se as seguintes políticas voltadas para os EES, no que se refere a “construção” de mercados:

No fomento à produção e comercialização solidárias, foram apoiados centenas de projetos, beneficiando milhares de trabalhadoras/es em processos de recuperação de empresas em regime de autogestão, na criação e fortalecimento de Redes de Cooperação de produção, comercialização e consumo. Ocorreram avanços com a melhoria da produção e organização da comercialização direta de produtos e serviços da economia solidária em feiras (locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais), exposições, centrais de comercialização, lojas solidárias etc., além da formulação de uma base normativa que está em vias de institucionalização do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário que prevê a certificação de produtos e serviços. Além disso, houve incentivo à comercialização direta dos produtos da economia solidária no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com apelo agroecológico.

pontos de comercialização, com destaque para os EES ligados a agricultura familiar.

Destaca-se que, do ponto de vista metodológico, a análise da construção social de mercados que, nesta tese busca centrar-se nos anos de 2016 a 2021, ficou prejudicada em decorrência da pandemia de covid-19. Como as entrevistas foram realizadas, em sua grande parte, em 2019 e 2020, os processos de comercialização tiveram que ser redesenhados e/ou paralisados em muitos segmentos, em especial o de artesanato que, como será demonstrado no Capítulo 4, abrange mais da metade dos filiados da UNISOL/RS. Neste trabalho, houve a escolha de não explorar de forma sucinta o período pandêmico, considerando a grande relevância no segmento artesanato, um dos mais afetados com o fechamento de casas de comercialização e feiras

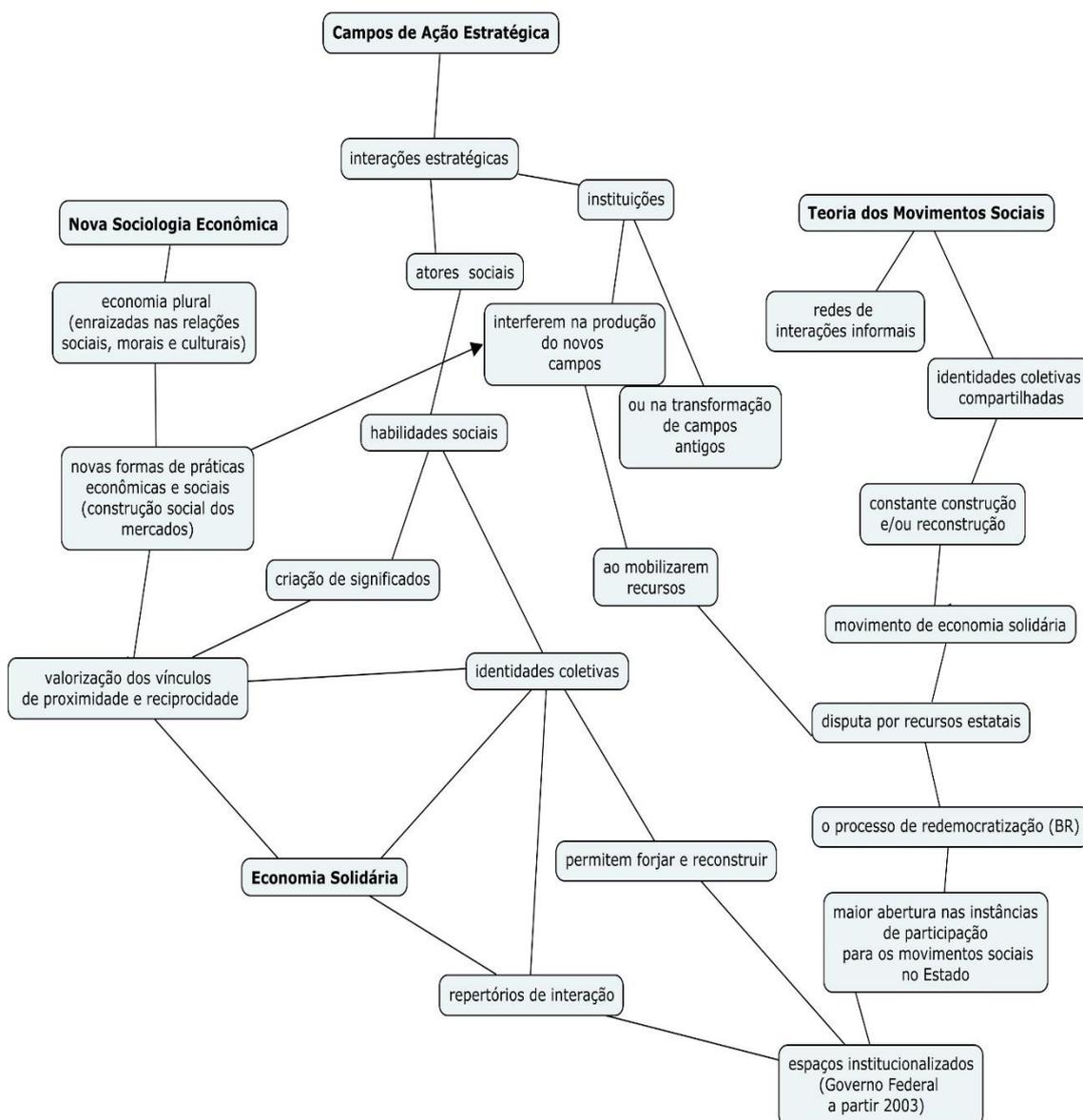
Escrito isso, faz-se agora uma costura das principais características teóricas aqui empreendidas com o objeto empírico a fim de lançar pistas para os capítulos seguintes que discorrerão também sobre o campo da economia solidária e suas disputas.

Para esta tese, do que concerne a Teoria dos Campos e dos movimentos sociais, tem-se como oportunidades políticas os mandatos do governo progressista de Lula e Dilma como contextos favoráveis de atuação da economia solidária no campo político-institucional e que possibilitou uma maior inserção nos mercados, por meio dos mercados institucionais, centro públicos e feiras de comercialização, contribuindo fortemente para que o Mesb reconheça o alastramento da economia solidária em todas as regiões do país. Todavia, essa oportunidade se contrai de forma bastante expressiva nos mandatos de Temer e Bolsonaro. O que se tenta equacionar é as habilidades dos atores sociais da economia solidária diante de tais cenários, reconhecendo a atuação em outros campos de seus atores (algo não considerado amplamente na Teoria dos Campos), cuja militância múltipla traz elementos de grupos religiosos e de base de organização social, marcadas no processo, em especial de redemocratização, considerado os fatores externos do neoliberalismo que aumentou a precarização do trabalho.

Embora os achados desta tese colocam a UNISOL/RS como uma atriz hábil no campo, não será utilizado neste trabalho os conceitos de incumbentes e desafiantes no sentido das atuações internas do campo da economia solidária,

tendo em vista, que a própria UNISOL/RS se fortaleceu por meio de estratégias e criação de nichos, em relação à hegemonia dominante da economia de mercado. Talvez, estudos futuros podem apresentar a dominância da UNISOL/RS como uma incumbente dentro do próprio campo da economia solidária, o que, neste momento, parece ainda ser prematuro afirmar.

Figura 1 - Mobilizando os principais conceitos



Fonte: Elaborado pela Autora.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONTEXTUALIZAÇÃO E A CONFORMAÇÃO DO CAMPO

Nesta tese assume-se que a economia solidária é um campo de ação estratégica, pois mobiliza um conjunto de atores sociais, com identidade coletiva (valores simbólicos e materiais) na reivindicação de objetivos comuns, que busca na interação com outros campos manter e ampliar sua atuação. Com o intuito de dar sustentação a essa premissa este capítulo dedica-se a descrição histórica e a reflexão desta, tematizada por autores de referência, visando a identificação de seus principais atores, habilidades e estratégias, que serão detalhadas nas linhas que seguem.

Nos últimos anos, um dos principais slogans utilizado pelos atores da economia solidária, inclusive, nas peças publicitárias da extinta SENAES tem sido: *Economia Solidária – Uma outra economia acontece*. Esse ensejo é fruto do debate teórico que predominou sobre o tema a partir do início dos anos 2000, quando as práticas sociais e econômicas, pautadas na organização coletiva com princípios e valores distintos da lógica capitalista eram identificadas por outras formas de se produzir e viver que se opunham à sociedade de mercado. (CATTANI, 2003; CORAGGIO, 2008; SANTOS, 2015; entre outros)

O I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, mostrou para o sul das Américas que essas práticas sociais e econômicas já vinham acontecendo em muitas outras paragens. As oficinas e os debates ligados ao tema lotaram salas e tendas e foi um importante momento para estender a interlocução dos atores sociais da economia solidária do Brasil com diversos países, em especial, à época, com os países da América Latina e Europa. Essas práticas passam então a serem reconhecidas como uma bandeira de luta forjadas da (e na) necessidade de superação da economia de mercado capitalista e suas políticas neoliberais. Não menos notável que a consigna “um outro mundo é possível” que marcou, tanto este quanto os fóruns sociais subsequentes, era a consigna “uma outra economia é possível” escrita em folhetos, faixas e adesivos, que se fazia presente em grande parte dos debates promovidos por entidades e movimentos sociais de diversas matizes.

Os fóruns sociais mundiais, no início da primeira década deste milênio, representavam esse processo de discussão dos atores e das lutas sociais

contrapostos à política neoliberal. Coraggio (2014) expõe que tal contexto foi caracterizado pelo desmantelamento do setor público, pela desindustrialização, pelas dívidas públicas impagáveis e pela incapacidade do Estado de regular o mercado, o que marcava um grave enfraquecimento da coesão social, com uma sistemática degradação das condições de vida dos trabalhadores. De acordo com o autor, uma outra economia representava não só as lutas e ações populares contra o modelo econômico hegemônico, mas também um outro repertório interacional da sociedade civil com o Estado e com os demais agentes societários:

[...] Em oposição à separação entre o econômico, o político, o social e o cultural, típica da utopia moderna, esta nova economia deveria estar inserida no movimento global da sociedade que integra outras reivindicações e articulações, como as levantadas pelos novos movimentos sociais com reivindicações de direitos humanos, para o reconhecimento formal e substantivo de identidades subordinadas como a dos indígenas, camponeses e mulheres, por outra racionalidade ecológica, por outra globalização. Esses movimentos se desenvolveram ao mesmo tempo e protagonizaram o FSM. (CORAGGIO, 2014, p.63)

À vista disso, temos um contexto marcado pelo esforço de muitos sujeitos e atores sociais em trazer à tona essas experiências e realidades, identidades e racionalidades que se compõem, e que relutam para não serem sobrepujados pela economia de mercado e pelas desigualdades que caracterizam o neoliberalismo. Economia da Solidariedade, Economia Popular e Solidária, Socioeconomia Solidária, Economia Social e Solidária são alguns dos termos que configuraram e ainda configuram essas outras formas de apreender o agir econômico e, apesar de diferenças de compreensão, pode-se afirmar que, via de regra, elas são baseadas na institucionalização dos valores da solidariedade e no trabalho associativo e que não operam sob a égide da lógica mercantil (CORAGGIO, 2008).

Mesmo ainda não sendo incorporado o termo “economia solidária”, entende-se que sua origem, no Brasil, se deu a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, fruto das experiências de geração de trabalho e renda que brotavam no interior dos processos de organização e da luta dos trabalhadores - tanto no meio rural, quanto urbano -, nas brechas possíveis cravadas no tecido social com o processo de transição do regime ditatorial para o democrático.

Destaca-se que economia solidária no Brasil e na América Latina têm basilares históricos e chega ao país muito marcada por estudiosos e militantes engajados nas organizações e movimentos de resistência. Sob a verve das perspectivas teóricas e das experiências do socialismo, imprime sua (re)existência no lastro das lutas históricas dos trabalhadores, tendo a autogestão como uma modalidade de organização, de caráter emancipatório e contra hegemônico (NASCIMENTO, 2013). (Re)existência escrita com esta grafia porque, embora politicamente a economia solidária seja referendada historicamente pelas lutas que configuraram o mundo do trabalho a partir da Revolução Industrial (SINGER, 2003; FORTE, 2014), ela também pode ser identificada no conjunto de experiências e práticas no tecido da vida social anteriores ao capitalismo e que resistem e (re)existem e são invisibilizadas pela economia de mercado. Práticas comunais, ancestrais, pautadas numa cosmovisão que ganham sentido e valores por meio da comunhão com a natureza, na propriedade comum, nos laços de proximidade. Lógicas de reciprocidade que norteiam maneiras de ser, de viver e de produzir, encontradas, por exemplo, nos povos e comunidades tradicionais e/ou originários, nos povos andinos, entre outros.

Desse modo, são muitas as acepções teóricas sobre o tema²⁴, dado o seu rico e virtuoso campo de estudos e de práticas que se encorajam a um ‘fazer’ e um ‘pensar’ no revés da lógica dominante e que ocorrem mundo afora. Reconhecendo as perversidades e as desigualdades do sistema capitalista, bem como a pluralidade destas experiências e realidades e seu campo heterogêneo de ação e de abstração, com o decorrer dos anos foi ganhando força os termos sobre “outras economias”, “economias alternativas”, “economias transformadoras” que objetivam trazer no centro da discussão a reprodução ampliada da vida (Coraggio, 1994, 2000; Santos, 2019). Nesta seara, tais estudos e práticas se aliam, por exemplo, a agroecologia, a economia feminista, a soberania alimentar, em que as outras dimensões da vida, a valorização do ser humano e o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente precedem a

²⁴ Destaca-se que a definição de economia solidária também forja um campo de disputa e de sentidos dentro do próprio campo. Novamente aqui, traz-se a proeminência da multiposicionalidade dos atores sociais da economia solidária, inclusive de seus teóricos, cujas trajetórias (muitos deles partícipes e orgânicos no campo) conformam uma série de matizes (SECCO-OLIVEIRA; SCOPINHO, 2021; LOECHAT, 2004), cuja definição fica difícil de se chegar numa síntese e que reverberam nas organizações societais e nos espaços estatais que se atentam à economia solidária.

valorização da economia, para além da dimensão do trabalho e da acumulação. Como bem coloca Santos (2019, p. 21):

[...] As outras economias representam a organização de um sistema econômico orientado pelo princípio ético da vida que se desdobra no reconhecimento da natureza como condição orgânica da vida humana e, portanto, estabelece uma relação restitutiva com a natureza em detrimento de uma relação extrativista (Coraggio, 2004); se preocupa com as gerações futuras; afirma os direitos humanos historicamente conquistados; a justiça social; a vida em comunidade; as relações horizontais e democráticas, etc.

Por outro lado, há críticas bastante contundentes sobre a efetividade e a capacidade destas iniciativas fazerem frente ao sistema hegemônico, sendo muitas vezes apontadas como meros reprodutores do capitalismo ou, até mesmo, um desserviço, um retrocesso para a luta dos trabalhadores (WELLEN, 2008, 2012; SOUZA, 2008).

Para além disso, no interior do próprio campo, a partir das investigações direcionadas às viabilidades, aos sucessos, às eficiências e eficácias dos empreendimentos econômicos solidários, os primeiros vinte anos deste milênio apontam para as dificuldades de manutenção dos empreendimentos, “cujo desenvolvimento é variável e depende não apenas do cenário em que se encontra, mas igualmente do crédito e da impulsão que venha futuramente receber”. (GAIGER et al. (2018, p. 145).²⁵

Forte (2019), por seu turno, analisou o processo sócio-histórico da economia solidária que, segundo o autor, configurou uma *rede de redes de economia solidária*, a partir das interações entre o Estado e os atores da economia solidária no processo de regulação e de tentativa de consolidação da política pública nacional de economia solidária, através de recursos públicos e da estrutura estatal. Por meio dessa análise constatou que os movimentos e deslocamentos destes atores, bem como as disputas estabelecidas, conformaram uma política pública nacional “direcionada para o combate à

²⁵ Sobre esta ponderação supracitada, voltaremos a ela no capítulo correspondente às análises das entrevistas com os dirigentes dos empreendimentos filiados à UNISOL/RS em que também foi possível essa verificação, inclusive, a capacidade de estabilidade destes EES está muito vinculada a habilidades sociais de seus atores e das interações com outros campos que os auxiliam na sua manutenção.

“pobreza” e à “exclusão social”, distanciando-se da proposta de uma “outra economia” como alternativa ao capitalismo” (p. 182).

Para fins deste trabalho, defende-se o reconhecimento das lógicas emancipatórias da economia solidária, experiências que estão nas bordas deste sistema, nas margens (ANDRADA; ESTEVES, 2017), criando nichos, são práticas socioeconômicas que “transitam entre realidades e as utopias o que não significa dizer que suas práticas e aspirações podem ser desperdiçadas e invisibilizadas em detrimento de um discurso dominante” (SANTOS, 2019, p. 21).

Como será melhor explicitado neste capítulo, é importante colocar que, pelo seu arcabouço histórico e sua envergadura de ação e reflexão, parte-se de algumas características prévias que conformam um modo de apreender sobre tais experiências de economia solidária no Brasil: i) seu surgimento a partir da sociedade civil, das organizações sociais, que extrapolam as iniciativas econômicas (embora só tenham legitimação a partir delas); ii) seu contexto histórico de lutas sociais que compreendem, também, princípios políticos como democracia e cidadania; iii) a dimensão vinculante, por meio dos laços sociais e práticas solidárias. Ou seja, são formas de produzir a vida com base num agir coletivo, que tem outras racionalidades, para além da econômica/mercantil, contemplando os vínculos sociais, a relação com o meio ambiente, a valorização social do trabalho, o combate às discriminações, junto com a dimensão produtiva e a organização social e política dos seus atores.

A seguir, apresenta-se os tempos da economia solidária no Brasil para fins de apreensão da conformação do campo e delimitação deste trabalho.²⁶ O primeiro momento aborda a economia solidária no desenvolvimento da organização popular e comunitária, identificando seus principais atores e práticas. O segundo trata da institucionalização da economia solidária, a partir do contexto de oportunidades políticas, em especial a criação da SENAES, e das

²⁶ Recentemente Laville; França-Filho; Dubeaux (2021) escreveram um artigo que versa sobre a importância de considerar historicamente a economia solidária mais direcionada às práticas do Nordeste do Brasil, em especial ao campesinato e aos povos e comunidades tradicionais (como a revolta de Canudos, dos Malês, Quilombo dos Palmares, etc.), defendendo uma apreensão histórica mais ampliada e delimitada em 4 contextos, a saber: Da colonização a 1930; de 1930 a 1964; de 1964 a 2003 e; de 2003 aos dias atuais. A partir da reflexão dos/as autores/as, também reafirmada pelas entrevistas realizadas e minha atuação na economia solidária, percebe-se dois acenos importantes: i) resgatar os processos de resistência e organizações populares anteriores ao enfrentamento à ditadura militar e a redemocratização, que denotam desde à colonização, como a invasão nos territórios indígenas, por exemplo; ii) crítica à hegemonia sul e sudeste que acabou conformando o campo político-institucional da economia solidária, com maioria de atores sociais e experiências advindas destas regiões. A análise enfatiza também multidimensionalidade da economia solidária, envolvendo os aspectos políticos e econômicos (p. 149).

articulações empreendidas por seus atores dentro e fora do campo político-institucional (Conferências, plenárias). E o terceiro que aqui denomina-se de “quando o Estado solta a mão”, aborda o atual contexto da economia solidária em que seus atores sociais buscam táticas e novas formas de articulação diante de uma realidade em que o Estado (na forma do Poder Executivo), está nas mãos de atores da extrema direita.

3.1 A organização popular e comunitária

A economia solidária se desenvolve no Brasil, como já dito, nos idos dos anos 80 e 90 do século passado, mas também fruto das organizações sociais que se constituíam em meados dos anos 70, com as questões da terra, no meio rural e as organizações de trabalhadores, no meio urbano. Muitos de seus atores sociais foram partícipes orgânicos e lideranças do processo de redemocratização do país. Alguns deles, os mais veteranos, conheceram os porões da ditadura, foram presos, torturados, ou exilados e banidos.²⁷ Após os anos mais cinzentos e de forte repressão do regime ditatorial (1968-1978), esses mesmos atores estiveram atuando junto aos grupos ligados à Igreja Católica²⁸ (Pastoral da Juventude, Ação Católica Operária, etc.), bem como contribuíram para a formação das organizações de base e do movimento operário e sindical, que já tinham como preceito a prática autogestionária e que colaboraram nas ações coletivas como as comissões de fábrica e greves com ocupação.²⁹

Intensifica-se, neste contexto, a luta popular no país, por meio da ação e

²⁷ Três exemplos importantes podemos citar aqui: Paul Singer (1932-2018) economista, cuja breve biografia será melhor detalhada a seguir; Ademar Bertucci (2018, economista, que atuou em entidades importantes como a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento) e, desde a década de 1990, na Cáritas Brasileira, onde se firmou como uma das lideranças do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com trajetória ligada também no combate à fome, na Segurança alimentar e nos direitos humanos. Ambos faleceram no ano 2018 (16 de abril e 15 de outubro, respectivamente). Por último, mas não menos importante, Marcos Arruda, economista e educador, um dos fundadores da Rede de Socioeconomia Solidária, coordenador do PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Rio de Janeiro), trabalhou com Betinho e Paulo Freire, assessorou entidades comunitárias e sindicais e atualmente com uma militância bastante engajada em economia e espiritualidade. Claudio Nascimento, educador popular, assessor da escola Sindical da CUT que, embora não tenha uma formação acadêmica, tem várias publicações, com rigor teórico e histórico, sobre economia solidária, em especial na área da autogestão, socialismo, e educação popular. Claudio reside em Porto Alegre e atuou na gestão pública do Governo Olívio e também na SENAES.

²⁸ Em algumas regiões do país já se têm registros de experiências que se multiplicavam apoiadas pela Cáritas Brasileira. Eram os chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), cujas experiências que foram se articulando contribuíram para a organização do movimento de Economia solidária no decorrer dos anos 1990. (SINGER, SOUZA, 2000).

²⁹ Podemos citar, nesse viés, como acontecimentos importantes para a reflexão desta tese, a fundação do PT (Partido dos Trabalhadores), em 1980, e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983.

da constituição de redes organizacionais oriundas de diversos setores da sociedade civil, para a retomada e conquista dos direitos civis, sociais e políticos. Segundo Avritzer (2012), a autonomia social era dimensão constitutiva da sociedade civil que configurou um conjunto de movimentos sociais que surgiram naquela época (saúde, reforma urbana, associativismo popular), trazendo um novo sujeito social coletivo, a partir das lutas sociais que questionavam a política institucionalizada e promoveram novos espaços de atuação política (SADER, 1988; DOIMO, 1985). Essas articulações societárias possibilitaram, após a ditadura militar, uma maior ingerência dos movimentos sociais no campo político-institucional.³⁰

As organizações e entidades que atuavam com a economia solidária (que na época tinha outras denominações como cooperativismo popular, grupos de alternativas de trabalho e renda, socioeconomia, etc.), já tinham como princípios a autogestão e a educação popular, por inferência da Teologia da Libertação e da pedagogia freireana, que ganhava muita força nos espaços sociopolíticos populares. As práticas desses atores sociais tinham como objetivo promover a emancipação do trabalhador e a transformação social, calcados no cooperativismo operário e no ideário socialista. Destaca-se que o debate também era internacional, com o foco na América Latina, fruto das relações e das redes que se formaram entre os atores que ainda estavam - ou já tinham retornado – do exílio, com os atores que desempenharam essas atividades e assessorias aqui no Brasil.

Entrementes, é a partir da década de 90, com os governos de Fernando Collor/Itamar Franco (1990-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a expansão do neoliberalismo e o período de recessão que, no Brasil, a economia solidária é, então, apresentada como uma alternativa à crise do desemprego (SINGER, SOUZA, 2000) e ao modelo hegemônico das relações de trabalho nos modos e no sistema de produção capitalista e individualista (LAVILLE, GAIGER, 2009). À época, se configurava, sobretudo, como expressão de iniciativas econômicas locais de reação à crise (FRANÇA FILHO, 2006,

³⁰ O fato social mais importante dessas articulações e intervenções dos setores societários foi, sem dúvida, a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Em 1989, tem-se as eleições diretas.

ANDRADA, ESTEVES, 2017) e às formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho³¹.

Essas iniciativas constituíam-se basicamente em pequenos grupos nas zonas rurais, com destaque às práticas realizadas nos assentamentos do MST e outros movimentos camponeses, bem como nas zonas urbanas periféricas, por meio da produção de alimentos e artesanatos e a realização de feiras de comercialização, de caráter popular e comunitário, como os clubes de mães e as associações de moradores, como forma de resistência à carestia de vida. Tem-se, também, nos grandes centros industriais, sobretudo no ABC paulista, palco das grandes greves dos anos 70, o início do processo de recuperação de empresas de massa falida, de onde surgem entidades importantes como a ANTEAG e a UNISOL SP, como forma de resistência ao desemprego e ao fechamento de fábricas.

Essas iniciativas eram fomentadas, em especial, por entidades ligadas à Igreja Católica - com destaque para o papel da Cáritas Brasileira -, organizações sociais e sindicais, ONGs e agências de cooperação internacional com uma atuação em projetos de desenvolvimento alternativo (NAGEM; SILVA, p. 164, 2013). Esse conjunto de atores e organizações sociais, muitos, como já dito, configuradas no curso dos processos de redemocratização do país, foram reivindicando maior visibilidade e espaços no campo das ações governamentais, e cujas demandas começaram a ser implementadas nos projetos ligados, em especial, às prefeituras e governos estaduais administrados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).³²

Ao mesmo tempo, no campo acadêmico, o debate teórico sobre o tema, também se expande,³³ apresentando-se como um novo campo de pesquisa: “diversas ciências – sociológica, econômica, filosófica e aplicadas como a educação – enriqueceu-se com a nova categoria ‘economia solidária’, ou alguma variante desta noção” (LECHAT, 2004, p.2). Seminários, Encontros Nacionais,

³¹De acordo com Forte (2019, p.58) “a história da economia solidária se relaciona intimamente à crise do trabalho assalariado e à desarticulação dos sindicatos em razão do avanço do capital sobre o trabalho e os trabalhadores, culminando na eliminação de postos de trabalho (ANTUNES, 2002, p. 149-157)”.

³² Entre 1996 e 2002 tem-se fomento de experiências em economia solidária nas prefeituras de Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Recife (PE), Belém (PA), bem como no governo do Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

³³ Em 1996, Paul Singer, escreveu um artigo no Jornal Folha de São Paulo, no dia 11 de junho, com o título “Economia Solidária contra o Desemprego”, o qual teve grande reverberação, inclusive, para fora do país (SANTOS, 2018).

Simpósios resultaram em pesquisas e artigos sobre tais práticas sociais e econômicas, bem como a relevância do campo estatal no fomento e apoio à essas experiências e o debate do tema enquanto um movimento social. De acordo com Santos (2020):

[...] O tema da economia solidária é um “um campo paradigmático de investigação científica, enquanto objeto de reflexão acadêmica e interpretações teóricas, em um período relativamente recente, ganhando espaço nos institutos de pesquisa e nos veículos de publicação científica com o tempo. O conceito foi cunhado a partir de uma realidade latino-americana de desestruturação do mercado de trabalho e fragilidade das instituições públicas e programas sociais. Em função disso, de forma combinada com a produção acadêmica, a inserção do tema, tanto nos discursos e práticas dos principais movimentos sociais como na agenda governamental, também contribuiu bastante para essa institucionalização conceitual nos últimos anos (p.33).

Em sua tese de doutorado Lechat (2004) pesquisou a trajetória de três intelectuais brasileiros que tiveram forte incidência na constituição da economia solidária como um campo de teorização, quais sejam, Paul Singer, Marcos Arruda e Luiz Inácio Gaiger. Embora de gerações e percursos de vida e matizes epistemológicas variados, é possível identificar características comuns, que configurariam as ideias e os ideais da economia solidária no seu primeiro ciclo. Em suas palavras:

[...] Por um lado, a centralidade do trabalho e da autogestão, uma luta pela emancipação do trabalho, pela abolição das relações capitalistas de produção e todo o debate para definir se isto é possível no seio da sociedade atual; por outro, a questão da libertação dos oprimidos, das lutas sociais em busca de um pleno desenvolvimento humano. Há um certo cruzamento destas duas vertentes, uma partindo de uma reorientação das análises marxistas sobre a relação capital-trabalho, a outra das análises dos novos movimentos sociais. Tudo isto é atravessado por ideais socialistas e social-cristãos. (p.310-311)

Neste sentido, como esses teóricos tem em suas trajetórias um engajamento com o movimento da economia solidária, percebe-se como se configuraram as identidades partilhadas nesta primeira fase da economia

solidária: identidades partilhadas no campo religioso, o social-cristão (ajuda ao próximo, nos valores da solidariedade); identidades construídas nos processos de disputa política em favor de uma outra sociedade (luta e disputa dos trabalhadores), o socioalismo utópico e de confronto com o neoliberalismo; com valores como solidariedade e ajuda mútua.

Nos anos 2000 tem-se uma expansão da economia solidária, no qual o I Fórum Social Mundial (2001), realizado em Porto Alegre,³⁴ foi o espaço de articulação, que possibilitou o encontro dos diversos atores da economia solidária, pesquisadores; entidades de apoio e gestores públicos. Foi durante o evento do II FSM (2002) que foi legitimado o GT Nacional de Economia Solidária, dando prosseguimento a uma série de ações políticas formuladas para configurar o movimento.

A seguir, tem-se um quadro com as organizações sociais que compõem esse GT Nacional para identificação de quem são os principais atores no campo da economia solidária nesta primeira fase. Somado a estes atores, houve também o papel fulcral da equipe de trabalho do Programa de Economia Popular e Solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Assuntos Internacionais (SEDAI) do governo Olívio Dutra (1998-2002).

Quadro 1 - Composição do GT Nacional de Economia Solidária/2001

SIGLA	NOMENCLATURA
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário -
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão -
Cáritas	Cáritas Brasileira
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional -
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas -
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul -
MST/CONCRAB	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra -

Fonte: Elaborado pela Autora

³⁴ Considerando que os partidos políticos, a partir das categorias políticas aqui mobilizadas, exercem um papel importante e influenciam as ações tanto do Estado quanto da sociedade civil, destaca-se que o FSM, ocorreu principalmente por conta da vontade política do governo estadual e municipal, ambos com o Partido dos Trabalhadores. Porto Alegre estava no terceiro (e último) mandato petista e o Orçamento Participativo tornou-se conhecido em vários países por sua experiência exitosa de referência de democracia participativa. Era comum, no Centro Administrativo do Governo e no Palácio da prefeitura os gestores e seus assessores receberem pesquisadores e jornalistas estrangeiros para entrevistas e filmagens. Um ponto que é importante destacar é que o evento sobre economia solidária no FSM foi impulsionado, em especial, pelos atores sociais que estavam atuando no governo Olívio Dutra. Como já dito, a experiência da SEDAÍ foi uma das pioneiras em políticas públicas voltadas para a economia solidária. O convênio estabelecido com a Anteag e depois com a COPPE/UFRJ, também possibilitou intercâmbio importantes com outras entidades e organizações.

3.2 A Economia Solidária e o protagonismo do campo estatal

A segunda fase da economia solidária surge com a oportunidade política de atuação dentro do campo estatal a partir da vitória nas eleições presidenciais, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Essa abertura apressou e qualificou o processo de organização e mobilização dos atores sociais e agentes que fizeram parte do GT Nacional de Economia Solidária, como narra uma das minhas entrevistadas:

e aí o pessoal do GT de economia solidária entrou num sufoco e aí, o que que faz agora? E aí fizeram uma plenária, uma plenária lá para São Paulo pra dizer, nós temos que ter um programa, o governo Lula, onde é que entra a economia solidária? Que plataforma? A primeira foi em São Paulo, às pressas. E aqui já teve uma discussão também de um fórum, nós temos que formar um fórum, não pode ser um grupo de ONGs (Adriana Cardoso, na 25ª FEICOOOP, em Santa Maria 12 de Julho de 2018)

Neste processo, os atores sociais da economia solidária passaram a fazer parte do jogo de forças para disputar espaço político dentro do programa de governo que estava sendo construído, momento no qual foi entregue uma Carta ao Governo Lula com o título: “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Notadamente, nesta articulação já se teve uma ampliação de organizações que compõem o GT. Tem-se também a conformação de uma rede de gestores públicos que foi oficialmente criada na III Plenária. Segue o quadro 2, com as entidades que passaram a compor o GT Nacional:

Quadro 2 - Composição ampliada do GT Nacional de Economia Solidária/2002/2003.

SIGLA	NOMENCLATURA
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
ABCRED	Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
Cáritas	Cáritas Brasileira
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
MST/CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
Gestores Públicos (GPs)	Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária*
Rede de ITCPs	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

* Criada oficialmente em junho de 2003, na III Plenária Nacional de Economia Solidária.

Fonte: elaborado pela Autora

Em dezembro de 2002 ocorreu a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, em São Paulo, com “o objetivo de construir uma agenda de interesse comum para o conjunto do movimento de Economia Solidária” (SENAES, 2012, p.14). Nesse processo de aceleração da articulação dos atores sociais, um mês depois, em janeiro de 2003, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, realizou-se a II Plenária Brasileira de Economia Solidária, em que o Estado estendeu a sua mão com o anúncio da criação de uma Secretaria Nacional. Em junho do mesmo ano, foi realizada a III Plenária, um dia depois o evento que instituiu a SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, alocada no Ministério de Trabalho e Emprego, a SENAES/MTE, por meio do Decreto nº 4.764/2003.

Em sua tese de doutorado defendida recentemente, Forte (2019) analisa o processo de regulação social e jurídica da economia solidária no Brasil utilizando o referencial das *matrizes discursivas* (SADER, 1988)³⁵ da economia solidária, a partir de 3 *agentes institucionais* (Estado, Igreja Católica e movimentos sociais). Ao investigar sobre as concepções e práticas articuladas pelas entidades e pelos atores sociais dessas 3 matrizes, o autor consegue captar os meandros e as disputas que forjaram o campo político-institucional da economia solidária.³⁶

Sua investigação sustenta a hegemonização das entidades ligadas à Igreja Católica, tanto nos processos de ocupações de espaços institucionais

³⁵ Categoria analítica criada por Eder Sader, cujas investigações culminaram no seu livro, em 1988, Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). “Segundo Sader (1988, p. 143), as matrizes discursivas são modos de abordagem da realidade e instrumentos de análise dela, funcionando na orientação de ideias e ações práticas. Conforme o autor, de um lado, as matrizes discursivas produzem os sujeitos sociais e os seus espaços de atuação; e de outro, esses sujeitos produzidos também possuem a capacidade de criar novas práticas e novos discursos” (FORTE, 2019, p. 24)

³⁶ Sua recente pesquisa provocou por um lado, alguns deslocamentos na abordagem teórica-metodológica desta tese, mas, por outro; trouxe a lume alguns fatos e relatos que, sobremaneira, foram muito importantes para esta tese, dada a abrangência do perfil dos atores sociais e da quantidade de entrevistados que, corroboraram para as análises desta pesquisa.

dentro da SENAES e do FBES, quanto no acesso a recursos. O autor traz à cena alguns elementos importantes que conformam, o que ele chama, de *rede de redes de economia solidária* e, em especial para esta pesquisa, como se deu as disputas sobressalentes entre a *matriz discursiva religiosa* e a *matriz discursiva sindical*.

Antes mesmo da vitória no pleito de 2002 o tema da economia solidária já estava inserido no diálogo com os coordenadores de campanha do então candidato Lula. Entretanto, no interstício entre os bastidores das articulações para que tipo de alocação fosse dada à economia solidária no campo político-institucional até o momento de consolidação de constituição da SENAES, já se sobressalta as primeiras disputas e divergências dentro do próprio campo da economia solidária nesta segunda fase.

As tensões mais marcantes daquele contexto ocorreram entre as entidades ligadas à CUT, e os demais atores sociais, como a Cáritas, universidades e organizações sociais. Na verdade, o campo sindical, ligado a ADS/CUT pretendia uma diretoria para a política de economia solidária dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir de um Programa para a economia solidária. No entanto, Cáritas e demais organizações reuniram-se diretamente com a equipe de transição para defender a constituição de uma Secretaria, dado o caráter transversal de atuação da economia solidária e sua diversidade regional.

Nesse jogo de forças, a ala sindicalista/cutista foi derrotada. Forte (2019, p. 170), contextualiza o processo de modo que aqui merece destaque:

Na incorporação da economia solidária pelo governo federal, as disputas pelo lugar da economia solidária e pela estruturação da SENAES também emergiram, evidenciando, principalmente, as divergências entre as entidades pioneiras do GT Brasileiro (Cáritas, ONGs e CUT). Esse processo da construção da “plataforma de políticas públicas” e de sua implementação por meio da regulação mostra o conflito que marca as relações entre matriz religiosa e matriz do sindicalismo cutista. A partir da construção da SENAES, órgão central da política de economia solidária, percebe-se que a Cáritas Brasileira e as OSC ligadas a ele, evidenciaram-se mais fortes no embate por seus interesses com parte da CUT (ligada ao setor metalúrgico) e com a DS/PT, na estruturação da SENAES.

Nesta esteira, as plenárias também foram momentos que evidenciaram essas disputas e marcaram os processos subsequentes de atuação dos atores da economia solidária. Faz-se necessário aqui centrar a atenção na III Plenária (lembrando novamente que ela ocorre um dia após a criação da SENAES), pois foi naquele encontro que se deliberou os processos de interação com o Estado. Foi quando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) foi oficialmente criado, definindo-se sua estrutura e composição, a partir dos três segmentos: os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAFs) e os Gestores Públicos (GP).

Neste mesmo evento, foi possível perceber que, dada a sua pluralidade de organizações e empreendimentos, bem como os valores partilhados ou em divergências de concepção dos setores envolvidos, o campo político-institucional seria de debates para definição e disputas por cargos e funções diretivas e utilização dos recursos. No que diz respeito as identidades partilhadas, a incorporação dos gestores públicos como um dos segmentos do fórum foi um ponto bastante controverso, ocupando boa parte do tempo da plenária (COSTA, JESUS, 2017), uma vez que havia atores sociais que defendiam a não incorporação de “atores do Estado” que pudessem prejudicar a autonomia do movimento. Ao final, a importância dos governos foi reconhecida pelos resultados de políticas públicas locais e regionais já realizadas, resultando, inclusive, na criação da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária, com o objetivo de articular o desenvolvimento das políticas públicas do governo federal com os estados e municípios.

Também ficou definido nesta Plenária que os EES, por sua centralidade no campo da economia solidária, teriam maior representatividade nas diversas instâncias do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a). A partir desta plenária, o FBES assume o encargo político de orientar as demandas e as propostas da economia solidária para a SENAES e “cumpra o papel de interlocução com o Estado” (SANTOS, 2015, p.512).

No que diz respeito ao campo estatal, afere-se que a criação da SENAES representa uma nova fase da economia solidária no Brasil, demarcando uma nova forma de intervenção do Estado na geração de trabalho e renda para além do trabalho assalariado (NAGEM; SILVA, 2013). Tem-se uma secretaria nacional específica com recursos e programas que tinham como objetivo fomentar a

constituição e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos, redes e cadeias solidárias, bem como o próprio fortalecimento e organização do movimento, o que contribuiu notadamente para sua expansão em todo o território brasileiro (NAGEM; SILVA, 2013; SOUZA, 2012; OLIVEIRA, 2011).

Um exemplo desta expansão é o aumento do número de fóruns estaduais. Em 2002, existiam apenas 5 Fóruns Estaduais da economia solidária e, já no ano seguinte, o FBES, atuando junto com a SENAES, impulsionou a criação e a realização das plenárias estaduais e, neste mesmo ano, já se totalizavam 17 fóruns estaduais. Em 2006 já havia fóruns estaduais em todos os 26 estados da federação e no Distrito Federal. Além disso, o SIES (Sistema de Informação em Economia Solidária), entre 2005 e 2007, identificou, 21.859 empreendimentos econômicos solidários, que contam com cerca de 1.700.000 homens e mulheres integrados, conforme pesquisa realizada em 2.934 municípios brasileiros, ou seja, 52% dos municípios brasileiros (CARRASCAL, 2011).

Quanto a composição dos cargos da SENAES, ela foi discutida na III Plenária Nacional, nas instâncias constituintes do PT e na equipe de formação do governo. Apesar de algumas divergências, a escolha de Paul Singer³⁷ como secretário da pasta foi assentida por todos. A seguir, tem-se um quadro com os cargos ocupados na constituição da SENAES, em 2003, e as posicionalidades desses gestores, anteriores à ocupação dos cargos na SENAES, que objetiva dar suporte para a análise dos principais atores da economia solidária na sua entrada no campo político-institucional, a ser apresentado no subcapítulo seguinte, sendo que três deles foram entrevistados para esta pesquisa:

³⁷ Paul Singer foi economista, professor da USP, fundador do PT, e faleceu no dia 16 de abril de 2018. Sua trajetória foi marcada, nas últimas décadas, por uma militância aguerrida da economia solidária. Considerado um dos grandes intelectuais do tema - mesmo por aqueles com quem tinha discordâncias teóricas. Desde muito jovem atuou nas greves, nas organizações sindicais e assessorou entidades sociais e políticas, bem como assessorou os planos de governo nacionais do PT. Era entusiasta das práticas autogestionárias, dos processos associativos e com a capacidade de organização e valorização das pessoas. Esteve à frente da SENAES durante os treze anos da gestão petista, sendo que sua saída se deu logo após o golpe parlamentar, em agosto de 2016. A hashtag #FicaSinger, escrita nos cartazes erguidos pelos ativistas da economia solidária na Feira de Santa Maria, em julho de 2015, mencionado no início deste trabalho, dá o exemplo de sua importância para além do seu papel no campo político-institucional, mas também, pelo seu engajamento militante, cingido pelos seus vínculos identitários e pelas afetividades. Sua saída da SENAES, em agosto de 2016 representou uma derrota dentro da institucionalidade não só para o movimento social, como para toda a economia solidária. Na perspectiva da Teoria dos Campos, Paul Singer é identificado, certamente, um ator social hábil, por sua capacidade de transitar em muitos campos, seja no partido, na universidade, nas organizações da sociedade e, também, juntos aos EES, onde conseguia estabelecer ações estratégicas para a economia solidária, aglutinar atores com posicionamentos divergentes, tinha poder de convencimento e de escuta.

Quadro 3 - Composição da equipe da SENAES/2003.

Nome	Cargo	Posicionalidades mais destacadas para o cargo
Paul Singer	Secretário	Faculdade de Economia da USP e ITCP/USP
Sônia Kruppa	Secretária Adjunta	Faculdade de Economia da USP e Rede de ITCPs
Fábio Sanchez	Chefe de Gabinete	ITCP/USP
Fernando Kleiman	Assessor Técnico	ITCP/USP
Dione Manetti	Diretor do Departamento de Fomento	Diretor de Economia Popular Solidária da SEDAI do Governo do RS
Jorge da Silva Nascimento	Coordenador de Fomento	Departamento de Relações Internacionais da SEDAI do Governo do RS. sindicalista e diretor da Confederação Nacional dos Químicos da CUT
Antônio Haroldo Mendonça	Coordenador de Comércio Justo e Crédito	Cáritas e ABCRED
Valmor Schiochet	Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação	Rede Unitrabalho
Cláudio Nascimento	Coordenador de Divulgação	CUT e CEDAC
Roberto Marinho Alves da Silva	Coordenador de Estudos	Cáritas e UFRN

Fonte: elaborado pela Autora

Salta aos olhos a presença de apenas uma mulher atuando na primeira equipe da SENAES, durante o Governo Lula, assim como ausência atores sociais que atuam em EES. Além disso, reitera-se que, com base nas entrevistas realizadas, e nas publicações de Forte (2019, p. 171) e Cunha (2012, p. 200-201) os principais atores sociais coletivos que compuseram a equipe foram, então, a Universidade, a Cáritas, gestores públicos (via Partido dos Trabalhadores) e a CUT.

A partir de 2003, com a centralidade no campo político-institucional dentro do campo da economia solidária, os processos de interações foram trazendo à tona a entrada e saída de atores sociais. Alguns eventos ilustram essas dinâmicas e merecem, para fins desta pesquisa, uma pouco mais de atenção.

O primeiro evento é o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadoras e trabalhadores de todos os Estados, ocorrido em meados de agosto de 2004.³⁸ Neste encontro, teve-se notadamente

³⁸ No que diz respeito aos empreendimentos econômicos solidários, em 2005 foi realizado o primeiro mapeamento dos EES que registrou aproximadamente 18 mil empreendimentos, sendo sua base de dados ampliada em 2007, que totalizou aproximadamente 22 mil. Houve um segundo mapeamento entre 2010 e 2013, disponível no SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

conflitos entre duas entidades importantes: a ANTEAG e a UNISOL São Paulo, denotando as divergências internas do campo sindical e a disputa pelas bases de representação, mas, para além disso, o encontro também norteou as táticas e estratégias dos atores. Isso é mencionado nas entrevistas realizadas, em que se evidencia que as articulações políticas foram realizadas nas reuniões internas das entidades (as chamadas antessalas), obliterando o que seria o objetivo central do Encontro que era o fortalecimento dos EES. atores. Haroldo, em entrevista, narra o contexto de forma possível de entender o que configurou estes movimentos:

Teve uma antessala, que é uma das coisas que eu escrevo, daquele encontro famosíssimo, que pra mim foi um divisor de águas. Teve uma antessala para criar a UNICAFES, outra para criar a UNISOL, outra a que agora virou UNICATADORES, outra antessala para transformar a ANTEAG, que era uma Ong, numa União de empresas recuperadas. Tudo isso estava nas antessalas, então, a força da política da economia solidária e a força da base, ali era pra tirar uma definição, mas, vou falar uma coisa dura, difícil, eu acho que houve uma certa covardia de muitas lideranças. Ou, pra ser mais diplomático, as lideranças não entenderam esse fenômeno, pois ao final desse encontro grandioso não se definiu nada, ligada aos EES diretamente, não se criou uma União....Ficou um evento pelo evento. (Haroldo Mendonça, ex-diretor da SENAES, entrevista via *on line*, 01 de outubro de 2020).

Desse Encontro Nacional de EES, surgiu, no mesmo ano, a transformação da UNISOL São Paulo em UNISOL BRASIL e, em 2005, a criação da UNICAFES. A criação da UNISOL BRASIL e da UNICAFES como entidades de representação de empreendimentos, também chamadas de “ligas” ou uniões”, possibilitou que essas entidades pudessem se articular por fora das instâncias do FBES, trazendo à cena o setor do “cooperativismo solidário”, com o intuito também de fazer frente à OCB, na disputa por recursos públicos e pela representação de cooperativas (FORTE, 2019, p. 184). Além disso, esses movimentos e deslocamentos provocam atritos nos processos de articulação dessas instâncias com o FBES e a SENAES.

Outro evento importante é a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, que ocorreu em 2008,³⁹ e que também pode ser considerada como um evento emblemático, lembrando que ela acontece 5 anos após as três primeiras plenárias, que ocorreram de forma aconteceram de forma célere e muito próxima uma da outra (dezembro de 2002, janeiro de 2003 e junho de 2003, respectivamente), com o intuito de promover a articulação e as estratégias de atuação dentro do campo estatal.

Já num contexto de interlocução com as políticas públicas federais e com novas condições de organização e de preparação, bem como com o aumento expressivo do número de fóruns e empreendimentos, a IV Plenária⁴⁰ teve como principal discussão a designação do FBES⁴¹ como um espaço de articulação e diálogo entre os diferentes atores e movimentos sociais, tendo a definição de economia solidária como um movimento social, sendo o FBES designado como principal interlocutor e instrumento do movimento.

No entanto, já é uma plenária que apresenta certos pontos de tensão com o campo político-institucional, pois a criação do Conselho Nacional⁴² e a composição de seus membros (sociedade civil e governo)⁴³ enfraqueceu o papel de interlocutor do FBES na construção conjunta das políticas públicas de economia solidária (COSTA; JESUS, 2017). Na verdade, o Conselho passa a ser um outro interlocutor com a SENAES, com outros atores, de outras políticas, dirimindo a força do FBES e tirando o seu papel de interlocutor prioritário.

As divergências e atritos políticos entre a coordenação do FBES com as “ligas” ou “uniões” foram se evidenciando cada vez mais, em especial com a

³⁹ Antes de 2008, destaca-se que, em junho de 2006, ocorreu a I Conferência Nacional de Economia Solidária, com o intuito de elaborar diretrizes futuras para as políticas públicas nacionais de economia solidária, ainda sem a confirmação da reeleição do projeto político vigente. O tema da Conferência era “Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento”, cujo foco principal foi deliberar sobre as estratégias de participação no Conselho Nacional de Economia Solidária, bem como formular as diretrizes e prioridades na formulação das políticas públicas.

⁴⁰ A IV Plenária foi um marco no campo da economia solidária por ter sido um momento de grande disputa e discussões e ânimos acirrados, tendo sido interrompida e finalizada antes do previsto (FORTE, 2019, p. 165)

⁴¹ Do ponto de vista da organização interna do FBES, também se teve duas deliberações importantes: i) a manutenção dos gestores públicos como um segmento do FBES desde que articulados na Rede de Gestores Públicos e; ii) a decisão da participação na coordenação do FBES de agentes externos apenas com entidades e segmentos que tivessem uma abrangência nacional. Esta última deliberação denota os deslocamentos de atores sociais que faziam parte da organização inicial de atuação no campo político-institucional.

⁴² Instituído pela Lei nº 10.683/03 e regulamentado pelo decreto nº 5.811/06 como um colegiado de caráter consultivo e propositivo, integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

⁴³ Inicialmente O CNES com 56 membros: 19 representantes do governo federal, secretarias estaduais de trabalho e órgãos estaduais e municipais de apoio à economia solidária; 20 representantes de EES; 17 membros de outras Organizações da Sociedade Civil e serviços sociais. SILVA; ALENCAR, 220, p. 304).

UNISOL BRASIL que, como já dito, buscava atuar por dentro do Estado, sem fazer a articulação pelo FBES (CUNHA, 2012; FORTE, 2019). O que levou, em 2011, a saída da UNISOL BRASIL e da ANTEAG do FBES, com a justificativa de ter, pelo menos, representação em 7 fóruns estaduais.

Em 2011⁴⁴, no mandato da Presidenta Dilma, teve-se outro momento bastante emblemático que mobilizou outras instâncias do campo da economia solidária, a saber: a proposta da criação de uma Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa⁴⁵, onde seriam alocadas as atribuições e demandas da Economia Solidária, bem como o Conselho Nacional de Economia Solidária. Notadamente, nesta disputa grassam as divergências e os posicionamentos das entidades de apoio e de representação. De um lado, os dirigentes da UNISOL BRASIL e demais entidades ligadas a CUT e ao PT defendendo a criação e alocação da economia solidária e, de outro, o FBES e organizações ligadas a igrejas e universidades contrário a descontinuidade da SENAES.

O grupo ligado ao FBES e atores históricos da economia solidária se opunham ao PL justamente pela valorização do trabalho coletivo e emancipatório da economia solidária em suas dimensões sociais, culturais, ambientais opostas à lógica mercantil e individualista que, no entender de muitos atores, são forjadas nas micro e pequenas empresas e MEIs, além do envio do PL não ter sido discutido junto às organizações da sociedade civil. Outrossim, o grupo mais ligado à UNISOL BRASIL e CUT, via nessa proposta a possibilidade de dialogar e captar recursos junto aos grupos pequenos e médios, bem como com o Sistema S,⁴⁶ parceiros de projetos e contratos com os sindicatos.

Nesta seara, fica explícito tais posicionamentos e valores expressos nos embates e encontros. Para fins de ilustrar, apresenta-se duas narrativas abaixo

⁴⁴ Em junho de 2010, ocorreu a II Conferência Nacional de Economia Solidária, intitulada “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. Ainda que se reconheça os avanços da economia solidária em todo território nacional, foram identificados os limites da atuação e execução de políticas públicas voltados para o reconhecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, com vistas à redução das desigualdades de renda e de riqueza (CONAES, 2010).

Aparece fortemente nesta II Conferência a necessidade de disputar, junto ao Estado, espaço de centralidade da economia solidária na agenda governamental como estratégia de desenvolvimento, uma pauta econômica e social, angariando recursos e espaços institucionais (e legais) que fomentam suas práticas e seus mercados⁴⁴, “evidenciando a preocupação central no fim do segundo governo Lula de vincular-se à discussão sobre institucionalização das políticas de economia solidária” (CUNHA, 2014, p.85).

⁴⁵ Projeto de Lei 865/2011 apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional.

⁴⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac).

com os dois pontos divergentes. A primeira, num documento do FBES e, a segunda, na fala de Arildo realizada nesta pesquisa, respectivamente:

a proposta de criação de uma Secretaria Especial para Micro e Pequena empresa, em março de 2011, nos levou a afirmar a identidade da economia solidária e, sobretudo, as mulheres do movimento da economia solidária disseram não: não estamos querendo vender a nossa identidade pelo dinheiro disponível! Ou, parafraseando uma parábola da campanha da Fraternidade, não se pode servir a 2 senhores. (BERTUCCI; KIRSCH, 2012, p. 66)

nós fomos defender que o ministério [sic] da economia solidária pudesse estar junto do ministério [sic] da micro e pequena empresa. Foi nossa maior derrota, uma das maiores da UNISOL, eu era presidente da UNISOL e defendi isso lá, que era uma orientação nossa, o momento da ação prática. Nós acreditássemos que se levasse pra lá, a gente podia fazer a disputa por dentro, havia divergências internas também na própria UNISOL. Havia um grupo interno que tinha essa defesa muito clara e eu te digo o porquê: o SEBRAE apoiou a UNISOL em 3 projetos extremamente estruturantes, inclusive na época do governo anterior [Governo Fernando Henrique Cardoso]. Era um apoio tático que nós recebíamos, mas era estratégico pra nós do ponto de vista organizativo, porque a metodologia era nossa. Algumas instruções normativas do SEBRAE, para bem ou para o mal, as grandes instruções normativas foram criadas por conta da UNISOL e que serve para o Brasil inteiro, de como acessa convênios, editais. Porque as cooperativas entraram para dentro do SEBRAE até hoje estão lá ainda. (Arildo Lopes, ex-presidente UNISOL BRASIL, entrevista via *on line*, 14 de setembro de 2020).

O FBES protagonizou o processo de mobilização e articulação contra o Projeto de Lei e teve-se a realização de 23 Audiências Públicas Estaduais e uma Nacional realizadas entre maio e junho daquele ano (BERTUCCI; KIRSCH, 2012, p. 66) e conseguiram reverter a aprovação do Projeto de Lei. Contudo, o desgaste e as disputas do campo põem em xeque também a disputa de valores e identidades partilhadas.

No que diz respeito as interações com o campo estatal, a partir de 2011, sob a gestão da Presidenta Dilma Roussef, o tema da economia solidária sofre deslocamentos quanto às suas ações e políticas dentro da agenda governamental com a ampliação das políticas de economia solidária para as

políticas de erradicação da extrema pobreza e, desse modo, aos beneficiários do Programa Bolsa Família, em programas mais direcionados para a área socioassistencial, como o Plano Brasil Sem Miséria. Haroldo, coloca que essa mudança afetou os processos de andamento das políticas, segundo ele:

quando a Dilma assumiu em 2010 a economia solidária tem um papel importante com o Brasil Sem Miséria, só que deturpa toda uma história que foi construída de 2003 a 2010. Isso é uma opinião muito particular. Ou seja, a SENAES surgiu para dar conta das experiências organizadas e até 2010 era para aquilo que já tava organizado, as redes, os EES, os setores, as articulações. Quando entramos pro Brasil sem Miséria para trabalhar com os mais pobres, nós estamos falando de uma economia solidária desorganizada e nós não tínhamos muito acúmulo com formação de organizar, sobretudo, no mundo urbano. Não tínhamos metodologia para isso, salvo algumas exceções. (Haroldo Mendonça, ex-diretor da SENAES, entrevista via *on line*, 01 de outubro de 2020).⁴⁷

O ano de 2015⁴⁸, foi um ano de bastante movimentações e articulações no campo da economia solidária e com a consolidação de um novo ator que entra em cena e que altera o jogo de forças e de interesses de seus grupos, a saber: a UNICOPAS, que tem como uma de suas entidades fortes a UNISOL BRASIL. A UNICOPAS se define como como uma central de representação do cooperativismo, com o foco de construir uma estratégia de advocacy e de incidência, tendo como unidade os atores do cooperativismo solidário, que são

⁴⁷ Essa fala de Haroldo vai ao encontro de muitas situações vivenciadas durante os encontros de economia solidária. Enquanto atuava no Camp presenciei, nos encontros e oficinas sobre Finanças Solidárias, ou do CFES, a participação de pessoas que nunca tinham ouvido falar da economia solidária, elas não conheciam e nem se (re)conheciam naqueles espaços. De fato, era bastante complexo ter uma metodologia que desse conta de contemplar os atores históricos com os recém-chegados e suas expectativas.

⁴⁸ Antes de 2015, tem-se ainda dois encontros importantes: Em 2012, ocorreu a V Plenária de Economia Solidária, cuja temática foi “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”, teve três pontos estratégicos de debate e deliberações, a saber, a orientação política do movimento, orientação das ações do movimento e organicidade do movimento (natureza, finalidades, estrutura, organização, segmento e representação). E, em novembro 2014, a terceira e última Conferência Nacional, que contou com a fala de abertura da então presidenta reeleita Dilma Rousseff. O tema da Conferência foi “Construindo o Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável” que, diferentemente das anteriores não contou com um texto base para acordos, sugestões e alterações, mas teve como principal objetivo acionar o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia; elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária e a elaboração de um Plano Nacional de Economia Solidária que definiria os eixos estratégicos de ação (programas e projetos), bem como um modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no Brasil. O objetivo era tentar construir bases institucionais sólidas, em um momento que o cenário político já se complicava.

UNICAFES, CONCRAB, UNISOL e, em 2017, a UNICATADORES. Ou seja, aproveita-se o momento que o FBES começa a se fragilizar, pois sua grande porta de entrada para a captação de recursos públicos era e SENAES e, a UNICOPAS passa a se articular com outros atores sociais. Forte (2019) ilustra bem esse processo de constituição da UNICOPAS, em suas palavras:

[...] Com os conflitos no FBES, a UNISOL BRASIL, a DS/PT e o Setorial de economia Solidária do PT buscaram negociar com deputados federais do partido e atores do governo federal a fim de criar um espaço institucional para a Política de Economia Solidária, tentando neutralizar a relação entre o FBES, hegemonizado pela Igreja Católica, embora não tenham logrado êxito.

A partir de 2015, uniram-se as entidades do chamado “cooperativismo solidário”, UNISOL BRASIL, UNICAFES e CONCRAB, formando uma confederação de centrais de cooperativas. a UNICOPAS, que possui uma pauta de linhas de ação que articulam os interesses de suas centrais associadas, funcionando como um fórum de entidades para as quais o conceito político organizativo central é o de “cooperativismo”

No ano de 2017, com a criação da União Nacional de Catadores e Catadoras do Brasil vinculada, ao MNCR (criado em 1999), tem-se mais uma central de cooperativas criadas sem ingerência do FBES. (FORTE, 2019, p. 156)

Nesta seara, teve-se também, a ação do Ministério do Trabalho e Emprego que priorizou as políticas voltadas para o trabalho assalariado em detrimento do trabalho associado, na esteira do processo do quase pleno emprego, que teve seus anos mais expressivos entre 2010 e 2014. Ainda sobre o MTE e a conformação do campo da economia solidária, que tem como referência basilar os atores do campo do Partido dos Trabalhadores, destaca-se que, no campo estatal, apenas de 2003 a 2007, o ministério esteve sob a gestão do PT e, de 2007 até 2015, seus ministros foram do PDT, essa coligação política acabou por dirimir a força política da SENAES (SANTOS, 2019), composta por petistas e atores do movimento da economia solidária.

dentro do governo a economia solidária enfrentou muitas dificuldades, sobretudo dentro do MTE que, historicamente relacionado com os direitos do trabalho assalariado, não estava preparado para atender os direitos do trabalhador associado. O próprio FBES percebeu essa singularidade e passou a denunciar a questão em seus espaços de interlocução com o

Estado alegando um distanciamento da economia solidária dos demais segmentos do MTE. (SANTOS, 2019, p. 90-91)

Nota-se, portanto, que os repertórios de interação do movimento social da economia solidária já vinham se alterando dentro do governo liderado pelo PT, e que seus atores já entreviam uma “outra fase” no campo político- institucional, passando a operar de forma mais contestatória na sua relação com o Estado. Novamente, o principal exemplo neste sentido foi a feira de Santa Maria de 2015, onde a campanha feita pelo movimento com o slogan “A SENAES é nossa”, sugere que a reivindicação era justamente o fato de que a SENAES é fruto das demandas do movimento, enquanto uma rede da sociedade civil, não pertencendo ao governo ou a um partido.

No que diz respeito ao contexto político-institucional a situação se agravou ainda mais com a reforma administrativa de 2015, a qual envolveu a extinção de oito ministérios, a fusão de secretarias, os cortes nos gastos de custeio. No caso da economia solidária, os cortes foram de aproximadamente 60% do que seria o orçamento de 2015 destinado à SENAES.⁴⁹ De acordo com Santos (2019)

em janeiro de 2016 já com a ameaça de impeachment da presidenta Dilma, o governo anuncia avanços no rearranjo do governo com o intuito de fortalecer a base de sustentação do governo e reduzir os gastos com a máquina pública. Nesta ocasião, o Ministério do Trabalho já não estava mais sob a coordenação do PDT, que saiu da base aliada de Dilma [...] No entanto, essa situação não blindou a economia solidária que, assim como outras políticas emancipatórias como (mulheres, raça, juventude, direitos humanos, educação popular, pesca artesanal, entre outras) sofreu as principais consequências neste processo.

[...]Neste momento tratava-se de uma possível perda da SENAES enquanto estrutura de Secretaria frente à medida provisória de reestruturação do governo que resultou na fusão dos ministérios do trabalho e previdência. (p.111-112)

Roberto Marinho, entrevistado para esta pesquisa narra claramente essa configuração quando aponta que:

as barreiras internas no governo eram simplesmente enormes... Quando a situação se agrava para o Governo, é o momento

⁴⁹ Informação retirada da entrevista de Paul Singer à fundação Rosa Luxemburgo, publicada no dia 01 de setembro de 2015. Ver: <https://rosaluxspba.org/paul-singer-diz-que-foi-avisado-sobre-demissao/>.

também que Paul Singer começa a sentir mais dificuldade pela idade, né, com todo aquele vigor, energia, o amor que ele tinha pela causa. Mas Singer começava a ter também os seus limites. A gente respeitava e dialogava muito com a família, neste sentido, de considerar o professor como aquela pessoa estratégica que não podia ser instrumentalizada: por tudo que ele era, mas de valorizar todo e qualquer esforço que ele fazia, mas era já um momento de crise do governo, momento que querem entregar a SENAES para o PDT. Aí a gente reage, o movimento reage. Antes disso teve toda a discussão da junção da economia solidária com a micro pequena empresa. Já é um momento de desgaste. Depois teve um momento de desgaste mais forte que resulta no impeachment e o nosso sofrimento de 2016. Depois da votação da Câmara, a gente reconhecer que naquele momento tínhamos perdido aquela batalha e que nós tínhamos que deixar a SENAES, e que não era só o Paul Singer que tinha que deixar a SENAES, que nós todos da direção devíamos deixar a SENAES. E nós, então, fizemos uma projeção de que Paul Singer e eu sairíamos imediatamente com a Presidenta Dilma e os companheiros gradativamente. E a turma toda (cita os servidores) todos tinham que ficar, todos que eram do Ministério tinham que ficar, tinham que garantir que a ação continuasse. E fizemos a escala, e todos foram estabelecendo nessa trajetória até quando que aguentava. (Entrevista com Roberto Marinho, ex-secretário adjunto da SENAES, na 25ª FEICOOOP, em Santa Maria, em 14 de julho de 2018).

Após agosto de 2016, com a saída de Paul Singer da SENAES, o servidor, escrivão de polícia aposentado, Natalino Oldakoski, da Polícia Civil do Paraná, e cuja trajetória é desprovida de qualquer vínculo com os atores da economia solidária, foi nomeado como Secretário da SENAES e, no dia 4 de novembro de 2016, a SENAES foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho.

No que diz respeito a ocupação de cargos na SENAES, antes do impeachment, o quadro de funcionários também demonstra essa entrada e saída de atores sociais da economia solidária, que teve a manutenção de pessoas ligadas a Cáritas, rede ITCPs, OSC, FBES e PT, “configuração que não contava com quadros da CUT, do MST e da DS/PT, como ocorreu na formação inicial da SENAES” (FORTE, 2019, p. 116). O Quadro 4 mostra essa configuração, que novamente, chama a atenção por ter apenas uma mulher na coordenação do campo político-institucional da economia solidária.

Quadro 4 - Composição da equipe da SENAES/2016.

Nome	Cargo	Posicionalidades mais destacadas para o cargo
Paul Singer	Secretário	Faculdade de Economia da USP e ITCP/USP
Roberto Marinho Alves da Silva	Secretário Adjunto	Cáritas, UFRN
Benedito Anselmo Martins de Oliveira	Chefe de Gabinete	ITCPs, UFSJ, CNES, FBES
Manoel Vital de Carvalho Filho	Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária	OSC
Valmor Schiochet	Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação	UNITRABALHO, FURB, gestão pública
Antônio Haroldo Mendonca	Coordenador de Comércio Justo e Crédito	Cáritas e ABCRED, gestão pública
Regilane Fernandes da Silva	Coordenadora-Geral de Promoção e Divulgação	Instituto de Revitalização do Trabalho (IRT); Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), FBES/Ceará

Fonte: elaborado pela Autora

Como colocado anteriormente os cargos da SENAES foram ocupados por determinados segmentos do campo da economia solidária com essas alternâncias. No entanto, é importante frisar que a equipe, encabeçada por Paul Singer, manteve os primeiros ciclos orçamentários, de forma contínua e permanente,⁵⁰ com o mesmo grupo político e pessoal, com destaque para as ITCPs, fruto também da forte atuação das universidades no campo da economia solidária e da habilidade social de Paul Singer, que conseguiu manter uma relação dialógica com o movimento e a academia, tendo um grande reconhecimento como um teórico e um militante da economia solidária.

Sobre a entrada e saída dos atores sociais no campo da economia solidária cabe mencionar a saída ou alijamento de atores sociais. A ANTEAG, por exemplo, fechou suas portas em 2010, por problemas jurídicos relacionados a atuação no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que afetou financeiramente a entidade, bem como as disputas com a UNISOL BRASIL. Já

⁵⁰ Importa destacar a produção e análise sobre a construção das políticas de economia solidária durante os anos de expressividade no campo político-institucional e que também moldou a atuação dos atores da economia solidária. No entanto, não é o intuito deste trabalho fazer uma análise apurada das políticas voltadas a economia solidária executadas. Para essa reflexão recomenda-se os trabalhos realizados por CUNHA (2012), FORTE (2019) e PEREIRA (2020). Ambos tratam dos ciclos orçamentários e dos programas e projetos executados em especial de 2003 a 2010, gestão Lula.

a ADS/CUT, que inicialmente tinha a função de gerenciar recursos e prover a formação em economia solidária também vai perdendo espaço dentro do campo com pouca força política, cujo espaço também para a ser preenchido pela UNISOL BRASIL (FORTE, 2019) e as outras entidades ligadas à UNICOPAS.

3.3 Reorganização do campo e resistência sociopolítica

Com a destituição da SENAES em 2016, ela se torna uma subsecretaria até 2018 e, em 2019, com o Governo Bolsonaro, a Economia Solidária passa a estar alocada no Ministério da Cidadania, na Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, no Departamento de Inclusão Produtiva Urbana. Esse posto dado à Economia Solidária no Governo Bolsonaro demonstrou que o campo político-institucional se distanciou ainda mais das ideias de economia solidária historicamente marcada pelo campo progressista, que contempla o urbano e o rural, expondo ainda mais o despreço com as redes e o movimento de economia solidária.

No entanto, cabe destacar que, mesmo diante dessa precarização institucional, um dos esforços empreendidos pelos atores da economia solidária, foi, em 2017, conseguir a aprovação do Projeto de Redes⁵¹, que foi mantido até seu término nos dois governos (Temer e Bolsonaro), cuja execução, de modo geral, ocorreu sem percalços e com devida parceria e assistência, por força, em especial, ao trabalho dos servidores públicos que são sensibilizados ao tema.⁵² Além disso, pode-se dizer que a economia solidária entrou no campo político-

⁵¹ Edital de Chamada Pública/SENAES nº 001/2017 - Fomento e Fortalecimento de Redes de Cooperação constituídas por empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas visando ao adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários.

⁵² A observação de campo realizada na Feira de Santa Maria corrobora para este enunciado de três formas. A primeira, foi durante a plenária dos EES que ocorreu um dia antes do grande ato solene de abertura da feira, que contou com a presença de diversas autoridades e representantes da economia solidária, entre elas duas servidoras da atual Subsecretaria da SENAES. Irmã Lourdes, que representa uma figura histórica no campo da economia solidária, organizadora e articuladora do evento, liderança tarimbada, de carisma nacional, ao fazer sua fala de boas-vindas aos participantes que já se encontravam na feira, solicitou enfaticamente que no dia seguinte, no ato solene, não era para vaiar aos servidores da SENAES que estariam representando o Secretário. Disse a Irmã: “Gente, amanhã não é para vaiar o pessoal da SENAES, não é pra vaiar. Eles se empenharam muito e graças a eles nós conseguimos recurso do governo pra feira... É uma outra parceria, mas é uma parceria. É para gritar “Lula Lula”, mas não é para vaiar a SENAES.” A segunda, advém das conversas que tive na feira com duas ex-colegas, que trabalham em entidades que ainda executam projetos da SENAES e que afirmaram que a relação, por incrível que pareça, não mudou muito, que é uma relação de parceria e os técnicos têm dado todo o apoio, ajudando a resolver os problemas e viabilizando o andamento dos projetos. A terceira, foi na reunião do FBES, que ocorreu no domingo, último dia da Feira em que, na fala de um militante, o mesmo destacou o envolvimento dos trabalhadores estatais após 2016 e que era muito importante contar com eles nessa fase de “resistência”, e disse: “A Rosa [nome fictício] da SENAES é uma servidora comprometida com o movimento”.

institucional e, mesmo, perdendo forças, não foi completamente extinta e os grupos organizados em especial pela UNICOPAS, seguem interagindo com o governo federal. Haroldo explica:

A política da SENAES perdeu centralidade no governo Temer e Bolsonaro, mas nós tínhamos isso nos governos petistas? E ainda, no governo Dilma nós perdemos o status de Secretaria, depois viramos uma diretoria, no organograma a gente vira subsecretaria. Quando o Natalino chega ele assume essa subsecretaria e ele luta para manter essa subsecretaria e no governo Bolsonaro viramos uma diretoria. Subsecretaria e diretoria só mudou o nome.

Do ponto de vista orçamentário se você fizer uma linha histórica, do governo Dilma pra cá, você vai ter algo muito próximo, tanto no governo Temer quanto no Bolsonaro. O governo Bolsonaro é o governo que, do ponto de vista anual, pra um único edital, injetou mais dinheiro num programa para Cooperativa dos Caminhoneiros, são 18 milhões para uma setorial para ser executado por uma única entidade, que é a UNICAFES⁵³, e isso saiu da política da economia solidária. Um recurso para fomentar cooperativas de caminhoneiros. No seu organograma o Bolsonaro manteve a economia solidária, praticamente nas mesmas condições do governo Dilma. Mais o projeto de Redes que segue sendo executado por várias EAFs ligadas ao campo da economia solidária.[...] O que que fica? De 2016 a 2018. Importante olhar para a economia solidária e ver como ela transitou do governo Dilma para o governo Temer e do Temer para o Bolsonaro. Um dos meus argumentos é que a política de economia solidária foi uma das poucas que transitou nos governos de esquerda para os de direita. É uma política perene, mas contínua, pois dentro das políticas novíssimas, ela transitou em todos os planos plurianuais dos últimos 20 anos. Os governos dão sinais que essa política tem reconhecimento. (Haroldo Mendonça, ex-diretor da SENAES, entrevista via *on line*, 01 de outubro de 2020)

Desse feito, reconhece-se que no jogo de forças, entre as negociações e coalizões do campo, a UNICOPAS, e sobretudo, seus atores sociais e as estratégias de fazer a incidência e dialogar com o Estado, seja fazendo a resistência, seja negociando, galgou uma atuação no campo que o FBES não conseguiu lograr, em especial, por estar umbilicalmente ligado à SENAES e, conseqüentemente, perder recursos para suas ações.

⁵³ Segundo informações no site da UNICAFES, O Programa Roda Bem Caminhoneiro foi lançado em 2019, pelo Governo Federal, através do Ministério da Cidadania, com o apoio do Ministério da Infraestrutura e visa incentivar o cooperativismo entre os caminhoneiros autônomos e melhorar a renda e a qualidade de vida da categoria. Ver em [UNICAFES - RODA BEM CAMINHONEIRO](#) . Acesso em 20 de agosto de 2022.

As plenárias, por exemplo, tinham o objetivo de ocorrer de quatro em quatro anos. Entretanto, por falta de recursos, bem como o contexto de instabilidade política do país não foi possível a realização da VI Plenária, a qual seria organizada de forma amplamente debatida e com a presença e representação de todos os segmentos. O que ocorreu foi, com a possibilidade da realização de outros eventos como Seminário Nacional de Finanças Solidárias e Seminário Nacional do CFES – Centros de Formação em Economia Solidária, a realização de reuniões das coordenações do FBES, mas de forma informal, pautada nas tensões políticas e no papel (e capacidade) do FBES de se manter de forma orgânica como a representação máxima do movimento social da economia solidária. Neste sentido, as Feiras de Santa Maria se configuraram como possibilidades para o encontro desses atores sociais, que também explicitavam os conflitos para suas deliberações

Na reunião do FBES em 2016, na Feira de Santa Maria, por exemplo, quando o impeachment já estava praticamente consumado, novamente tem-se um embate dos atores do FBES com os atores da UNISOL BRASIL, que estavam propondo uma Plataforma Política para a Economia Solidária, o que causou um acirramento nos ânimos, além da discussão de dialogar ou não com o Governo Temer. Tatiana, entrevistada para esta pesquisa enquanto uma representante nacional do FBES, narra como viu o embate:

em 2016, com o golpe, o FBES quase acaba. Teve a assembleia lá em Santa Maria que quase consegue, né. Mas hoje, com a maturidade que eu tenho, eu vejo que as pessoas já estavam enxergando o que viria a acontecer posteriormente. Mas a forma de falar, a forma de transmitir essa mensagem a forma foi errada, mas a ideia era muito boa.

A gente precisava mesmo aproximar todas as forças que estavam ligadas à economia solidária de um momento comum. Porque a gente naquela época, por conta das políticas públicas estarem de fácil acesso e por conta de que as pessoas experimentaram coisas que talvez elas nunca tivessem experimentado na vida, elas ficaram muito centradas naquele momento e virou o meu, né, não era mais o nosso. Se perdeu essa liga e essa sensibilidade. Mas em 2016 entenderam isso, a melhor forma da gente ficar forte era a unificação, mas a forma de dizer isso, foi tipo assim, a gente acaba com isso e vamos construir um novo e as pessoas não estavam preparadas pra isso. Ninguém tinha sentido de fato as consequências do golpe, tava muito recente, a gente não tinha clareza do peso que viria nos anos seguintes.

Eu acho que eles estavam cientes e tavam até mais bem-preparado que a gente, na época, e eles conseguiam visualizar...o núcleo que tava na construção desse processo, que eram as entidades que propuseram a criação de uma plataforma. Só que a forma de falar, a forma de transmitir...por exemplo, eu, que era da executiva, não tava sabendo do que estava sendo organizado lá em cima.... qual foi minha reação? botar o pé pra trás. Eu inclusive tava dando de mamar e dei meu filho pra companheira e fui pra frente fazer o enfrentamento e fiz a UNISOL, na pessoa do Leo, voltar na palavra dele. E foi aquele burburinho e a gente foi pra cima, mas a gente não tinha ciência como um todo. Eles enquanto entidades nacionais estavam conversando com todos os atores de governo, eles tinham informações que nós, EES, não tínhamos na ponta. Entrevista com Tatiana Valente, coordenadora do FBES, realizada via *on line*, em 13 de outubro de 2021)

Durante a Feira de Santa Maria, em julho de 2018, o FBES conseguiu organizar uma reunião da executiva e reunião das macrorregiões. No encontro, que contou com a maior presença de seus membros⁵⁴, foi discutida a necessidade e viabilidade de promover a VI Plenária. Foi também debatida a importância de levar as propostas da economia solidária para os candidatos ao Legislativo, bem como foi lido uma nota de repúdio ao projeto de Lei da Economia Solidária, que estava em tramitação, mas que sofreu alterações que, segundo os participantes, foi desfigurado e não representava a economia solidária. Quanto ao FBES, há o reconhecimento de que ele não representa “o todo” do movimento social. “Existem diferentes formas de organizar a economia solidária, e o FBES é um deles” – disse Ademar Bertucci, importante liderança do FBES que, infelizmente, faleceu em outubro daquele mesmo ano.

Forte (2019), através de sua pesquisa faz a seguinte afirmação:

[...] O fórum, criado juntamente com a SENAES em 2003 para ser um interlocutor da sociedade civil na esfera governamental e nos espaços públicos de construção da política de economia solidária no Brasil foi hegemônico pela matriz religiosa e agora desmantelado sem recursos públicos e sem as grandes entidades que a conduziram política e ideologicamente. [...] Apesar do desmonte da política nacional de economia solidária, a Cáritas Brasileira continua a existir e já buscou o diálogo com a UNISOL BRASIL, em um novo cenário no qual a matriz discursiva da igreja católica perde as condições objetivas

⁵⁴ Nesta reunião consegui estar presente, as demais reuniões tinham informações desconhecidas quanto aos horários e locais.

garantidas pela política pública, por meio da qual se mobilizava e hegemoniza a economia solidária como articulação política e a matriz do sindicalismo cutista avança direção da “produção em escala” dos “grandes projetos”. (FORTE, 2019, p. 265)

Este cenário fez com que o FBES ficasse tateando novas formas de atuação num contexto de incertezas e perplexidade política. Com a vitória de Jair Bolsonaro e um *por vir* pandêmico. Santos (2019) faz uma boa síntese do contexto:

[...] O movimento da economia solidária compreende um espaço político onde convivem sujeitos com as mais diferentes concepções e estratégias. Resultado do fato de que boa parte dos EES possui suas demandas atendidas pelo poder público e mediadas pelas entidades de apoio e, assim, o movimento reproduz tal realidade fazendo com que o FBES seja caracterizado como espaço de articulação heterogêneo. São muitas as limitações contidas nesta arena política, no entanto parece que os sujeitos têm estabelecido uma dinâmica de relações sociais capazes de potencializar um processo de resistência ao status quo. De toda forma é preciso repensar o papel dos diferentes sujeitos no processo de organização popular do movimento. Mesmo com as dificuldades em consolidar um protagonismo popular mais equilibrado entre os diferentes sujeitos, percebe-se um envolvimento maior dos empreendedores solidários que, mesmo com limitações, se convertem em sujeitos políticos que buscam outra relação com a economia e com a sociedade.

Historicamente, os sujeitos da economia solidária - a partir do FBES, tiveram uma estreita relação com o Estado a fim de construir e consolidar a política nacional de economia solidária, no entanto o cenário do Estado Brasileiro mudou com o impeachment da presidenta Dilma fazendo com que o sujeito coletivo da economia solidária fique confuso e repense a sua condição de protagonismo popular (SANTOS, 2019, p. 59-60)

Se de um lado, tem-se o esforço dos atores do FBES em se manterem articulados nesse período, e a expansão das unidades de representação, de outro (UNICOPAS), tem-se um contexto no campo político-institucional nas mãos da extrema direita e a pandemia da COVID-19.

Em 2020, o país entra numa crise política, econômica e sanitária que, por óbvio afetou a todas e todos. Os processos de discussão e reorganização política do campo da economia solidária tiveram que se dar entre as telas, ao mesmo tempo, em que as pessoas buscavam alternativas para sobreviver, inclusive as/os trabalhadoras/es dos EES. Haroldo nos dá pistas dos redesenhos e da

reorganização do campo da economia solidária, tendo uma perspectiva de movimento social (sem recursos) e outro de incidência (com foco no cooperativismo solidário). Em suas palavras:

Porém hoje, com a pandemia, houve uma reativação, aos trancos e barrancos, um conjunto de atores que estão tentando articular, mas os problemas estruturantes continuam o mesmo. É uma base da coordenação por artesãos e a questão do coletivo/individual fica escamoteada porque muitos se dizem coletivo, mas fazem individual. Há forças tradicionais da Ecosol que não acreditam neste Fórum. O FBES tá sem recursos e sem uma agenda de diálogo. A UNICOPAS, por exemplo, ela tem as suas crises e ocupam os seus espaços, tem recursos, mas não aposta mais na agenda estratégica como movimento social, ela tem que resolver os seus problemas pra se manter porque ela tem uma disputa em outro campo, que é do cooperativismo tradicional. E as uniões estão de uma certa forma deixando de lado o conceito da economia solidária, o conceito que unifica elas é a do cooperativismo solidário. (Haroldo Mendonça, ex-diretor da SENAES, entrevista via *on line*, 01 de outubro de 2020).

Neste momento tem-se muitos movimentos da economia solidária e um trânsito mais intenso junto ao Legislativo,⁵⁵ que será abordado nos capítulos seguintes. Por ora, este subcapítulo encerra com uma fala de Arildo que contribui para a reflexão da realização da VI Plenária e as estratégias de se segurar, neste momento, com as emendas parlamentares:

uma outra coisa importante pra você hoje acessar economia solidária são as emendas, é uma estratégia dura, mas uma outra estratégia era dialogar com os partidos progressistas e de esquerda e a gente tem avançado bem no sentido amplo da economia solidária, ou seja, apoio a bancos comunitários, apoio à formação, a investimentos dentro do limite possível. As emendas também acabaram sendo uma estratégia. É o que temos para hoje, é o que nós, os movimentos sociais, pelo menos, nós, junto com o Fórum [FBES]. A gente tá juntinho para realizar a IV plenária, com uma emenda do Glauber [Braga,

⁵⁵ Cabe destacar que, do ponto de vista da sua regulação jurídica, tem-se o Projeto de Lei Geral da Economia Solidária 4.685/2012, fruto das articulações e mobilizações dos atores sociais e entidades de apoio, foi encaminhado pelo Senado Federal (PLC 137/2017), aprovada no Senado em 11 de dezembro de 2019. O PLC cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária, bem como regula os EES. Em 16 de dezembro de 2021, o Senado aprovou a PEC 69/2019, que coloca a economia solidária na ordem econômica nacional, mas que ainda aguarda aprovação total no Congresso Nacional. A PEC 69/2019, contou com relevante atuação dos atores sociais da UNICOPAS.

deputado federal do PSOL]. (Arildo Lopes, ex-presidente da UNISOL BRASIL, entrevista realizada via *on line*, em 29 de setembro de 2020)

3.4 A economia solidária como um Campo de Ação Estratégica

Com o propósito de alinhar os três momentos históricos da economia solidária com a teoria dos Campos de Ação Estratégica, atenta-se, num primeiro momento para a relevância dada, de acordo com Fligstein; McAdam (2012, p.74) às interações entre os campos estatais com os não estatais, uma vez que os estados modernos se baseiam nas alianças forjadas entre os dominantes não estatais e seus aliados, cujas alianças dependem das habilidades dos atores em honrar os termos na qual essas relações estão baseadas. O papel crucial desses atores afeta na estabilidade e/ou a transformação dos campos.

O primeiro ponto a destacar é que a conformação do campo da economia solidária surge em contraposição aos campos hegemônicos, dominantes na economia de mercado. Ela começa a galgar espaço no campo estatal à medida que o partido dos trabalhadores e atores do campo progressista passam a ocupar o campo estatal. Incentivar e dar condições materiais da economia solidária se estabelecer como um campo econômico é um modo pelo qual o PT responde aos anseios de sua base política, oriunda dos setores populares e das organizações sociais que conformam o Partido desde seu surgimento. E essa base anseia por um modo de produzir e distribuir bens de forma alternativa a economia capitalista tradicional, além de reivindicar por processos sociais, democráticos e emancipatórios.

Fligstein; McAdam (2012, p. 167) argumentam que um campo surge quando há duas ou mais organizações que buscam galgar objetivos comuns, de modo que as ações de cada um desses grupos interferem nas ações dos outros grupos, que se retroalimentam por meio das interações com as suas redes e estruturas sociais. Conforme mostrado, existem organizações e entidades que há mais de 30 anos defendem e reivindicam a pauta da economia solidária como um projeto de sociedade, tendo como escopo de atuação a emancipação do trabalho e do trabalhador. As mais destacadas como força política do campo da economia solidária são o FBES, a UNICOPAS, Rede ITCPs e ONGs.

Destaca-se que os empreendimentos econômicos solidários (EES), são assentidos como os protagonistas do campo justamente por serem os atores econômicos, que tecem e interagem com essa trama organizacional. Nesta trama tem-se desde as Entidades de Apoio e Fomento (EAFs), como ONGs, entidades religiosas, federações, sindicatos e universidades, que dão suporte nos processos de incubação, nos processos legais/jurídicos e de formação, de caráter tanto técnico e operacional, quanto educativo/político; bem como às organizações governamentais, na conformação de ações e políticas públicas e na participação nas instâncias participativas (conselhos, conferências), conformando uma densa rede heterogênea.

As fronteiras do CAE da economia solidária são delineadas de forma mais concreta através dos eventos que reúnem essas organizações, como os Encontros, Plenárias, Conferências, Feiras. etc. que se configuraram também como arenas de disputa tanto no campo conceitual quanto político, sobre o próprio significado da economia solidária e suas estratégias de ação. As três primeiras Plenárias Nacionais, ocorridas entre 2002 e 2003, constituem as articulações e deliberações dos atores sociais visando, prioritariamente, a entrada no campo estatal.

Como já dito, os autores enfatizam a importância do campo estatal na criação, manutenção e crise dos campos não estatais. Desta forma, a estabilidade e/ou instabilidade de um CAE, depende, de forma direta ou indireta de suas ligações com o Estado (Fligstein; McAdam, 2012, p. 71).

Em alusão ao título deste trabalho o Estado segura na mão da economia solidária com o PT ganhando as eleições de 2002, o que permite que as articulações da economia solidária, dentro do partido, referendados nas experiências de gestão pública do PT em governos estaduais e municipais, consigam angariar um espaço institucional: a SENAES. Embora a atuação da economia solidária tenha ocorrido de forma transversal⁵⁶, é inegável que a Secretaria Nacional de Economia Solidária conferiu, pela primeira vez, uma certa estabilidade ao campo da economia solidária tendo, por 13 anos, seus atores

⁵⁶ De acordo com Pereira (2020, p. 387-388) “até o ano de 2010 havia 27 órgãos federais relacionados de alguma forma com a SENAES, sendo 17 ministérios, 2 secretarias especiais com *status* de Ministério, uma autarquia (Companhia Nacional De Abastecimento - Conab), 2 fundações públicas (Fundação Nacional De Saúde – Funasa e Ipea), e 5 instituições financeiras públicas (Banco do Brasil – BB, Banco do Nordeste do Brasil- BNB, Caixa Econômica Federal -Caixa, BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos Finep).”

sociais em cena com seus projetos e ações realizadas em virtude do fomento estatal, que contribuiu para sua abrangência nacional.

Segundo Fligstein; McAdam (2012), a estabilidade do campo não exclui a ocorrência de conflitos entre os atores do campo, na medida que os recursos que mantêm esse campo ativo podem ser alvo de disputa (p.90). Como descrito, os conflitos internos ocorreram desde o início da interação entre os campos da economia solidária e estatal, evidenciado já no I Encontro Nacional dos EES (2004), em que se teve a articulação de grupos que acarretou, no ano seguinte, na constituição da UNICAFES e na transformação da UNISOL SP em UNISOL BRASIL. São “Uniões” ou “ligas” que se constituem legal e juridicamente também com o intuito de captar recursos e ter força política nos processos de interlocução com o campo estatal e que futuramente se organizaram para constituir a UNICOPAS.

Esse processo corrobora a afirmação dos autores de que os conflitos serão “mais difíceis de resolver sem a construção de algum tipo de coalizão política que crie um campo estável” (p.90), e a coalizão política exige a atuação de atores estratégicos para moldar uma identidade compartilhada a fim de reunir diferentes grupos de uma outra forma.

O que foi exposto mais acima mostra que o campo da economia solidária, embora com seus conflitos internos, galgou um espaço no campo estatal. Entretanto, uma das razões de não conseguir manter a estabilidade neste campo foi a dificuldade de moldar uma identidade compartilhada. A economia solidária, por ser uma rede de redes politicamente heterogênea, teve dificuldades de construir a sua coalização política tendo de um lado, o FBES, com o protagonismo do campo religioso e com suas bases mais direcionadas à economia popular e ao combate à pobreza, de outro as entidades cutistas, com o protagonismo do campo sindical, com suas bases mais direcionadas ao cooperativismo solidário (FORTE, 2019).

A respeito do objeto de pesquisa, a UNISOL/RS, a interação entre o campo estatal e o campo da economia solidária permitiu que sua matriz - UNISOL BRASIL - se expandisse nacionalmente. Por outro lado, a “resolução” dos conflitos com outras entidades da economia solidária levou a entidade a se juntar com outros pares e constituir a UNICOPAS, bem como buscar estratégias a partir de sua federalização, ocasionando o surgimento da UNISOL/RS.

4 UNISOL/RS: AÇÃO SINDICAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo dedica-se a apresentação e análise das estratégias de criação e consolidação da UNISOL/RS no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, torna-se indispensável abordar os seus primórdios que nos remetem a UNISOL Cooperativas, criada em 1999, no ABC paulista, e que em 2004 torna-se a UNISOL BRASIL e passa a atuar em outras regiões do país.

A UNISOL BRASIL atuava junto com a UNISOL/RS bem antes da federalização, intermediando a captação de recursos e equipamentos, em especial, para os EES da Vila Nossa Senhora Aparecida⁵⁷, bairro Sarandi, em Porto Alegre. Da mesma forma, a entidade nacional sempre teve na sua diretoria trabalhadoras/es e militantes cutistas do Rio Grande do Sul.

Assim, apresenta-se no subcapítulo seguinte, a UNISOL BRASIL, suas estratégias e projetos, os quais muitos também contemplam a UNISOL/RS e, em seguida, a UNISOL/RS e o papel da liderança da atriz social hábil.

4.1 UNISOL BRASIL: O ABC da CUT e a Economia Solidária

Em novembro de 1999, durante o encerramento do III Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC⁵⁸, teve-se o lançamento da UNISOL Cooperativas – com a nomenclatura de União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo. No início contemplava 12 cooperativas que buscavam fomentar um sistema cooperativo na região e no Estado.

A criação da UNISOL Cooperativas (fundada oficialmente em 2000) foi uma proposta para responder às falências de empresas que caracterizaram a década de 90, atingindo também a região do ABC Paulista. Tendo sua origem no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SMABC, São Bernardo do Campo/SP,

⁵⁷ Na Vila Nossa Senhora Aparecida tem-se quatro segmentos de economia solidária que atuam junto à comunidade e fora dela. Em 1996, foi criada a Cooperativa Unidas Venceremos, a UNIVENS, cooperativa de costura e confecção, em 2005, a UNIVENS passa a integrar a cadeia agroecológica de algodão Justa Trama e, em 2007, foi criada a hoje formalmente constituída Cooperativa de Trabalho em educação Nova Geração e em, em 2016, funda-se o Banco Comunitário Justa Troca.

⁵⁸ O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é também conformado como a origem da atuação política de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1975, o então torneiro mecânico tornou-se, pela primeira vez, presidente do Sindicato, se conformando como importante liderança sindical e estando à frente dos processos de lutas das/os trabalhadoras/es, liderando assembleias, greves e negociações. No que se concerne ao Lula como um ator político de forte representação, o Sindicato também se tornou o lócus de eventos políticos, como lançamentos de campanhas, apresentação de programas de governo e, de forma muito significativa, foi a sede onde Lula foi acolhido por seus militantes e apoiadores antes de sua prisão, em 2018.

o foco era fomentar um sistema de cooperativas e que contou também com a atuação do Sindicato dos Químicos do ABC e do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba (ODA; SECOLI, s.d.). A UNISOL Cooperativas é também resultado dos intercâmbios internacionais realizados nos anos 90, na Europa - no início, em especial, na Itália -, para conhecer as experiências de reorganização do trabalho e da produção industrial, caracterizada pela recuperação de empresas falidas assumida por trabalhadores. Já nessa época a ligação com a CUT/RS era proeminente, em que Nelsa Nespolo, enquanto representante da UNIVENS, também participava destes intercâmbios. Arildo Lopes, ex-presidente da UNISOL BRASIL, ilustra tal aproximação:

Nós tivemos muito apoio do Sindicato dos Metalúrgicos e tivemos muito apoio dos italianos e espanhóis. Então, nós começamos a UNISOL São Paulo nos anos 2000. Nós conseguimos montar a primeira cooperativa que é a UNIFORJA⁵⁹. Hoje, temos 300 trabalhadores da cooperativa. Nós aprendemos muito com os italianos, muito com os espanhóis, tanto é que eu e a Nelsa já voltamos lá umas 5 ou 6 vezes.

[...]Eu conheci a Nelsa em 2004, quando nós criamos a UNISOL BRASIL. Aí vem toda essa evolução de 20 anos de caminhada. A caminhada é maior ainda da UNIVENS e da própria UNIFORJA, tem uma caminhada de todos os companheiros e companheiras. Eu e a Nelsa somos fundadores, participamos desde o início da UNISOL BRASIL, somos históricos. Ela surgiu por conta das demandas das empresas de autogestão, de empresas recuperadas, demandas vindas dos sindicatos, do Rio Grande do Sul, o Cladir [marido da Nelsa] também fazia parte da CUT/RS, do Sindicato de Canoas, do Paraná, do Ceará, da Bahia. Tinha-se a necessidade de constituir uma instituição de representação nacional, ela segue a mesma formatação da UNISOL SÃO PAULO, também com apoio dos italianos, dos espanhóis, da Cáritas, do DIEESE, da antiga UNITRABALHO. Houve a demanda de se nacionalizar. (Arildo Lopes, ex-presidente da UNISOL BRASIL, entrevista realizada via *on line*, em 29 de setembro de 2020)

Assim, em 2004 a UNISOL SÃO PAULO transforma-se em UNISOL BRASIL, o que ampliou sua atuação para outros setores econômicos, quais sejam, agricultura familiar, alimentação, apicultura, artesanato, confecção e

⁵⁹ UNIFORJA - Cooperativa Central de Produção industrial de Trabalhadores em Metalurgia, localizada em Diadema/SP.

têxtil, cooperativismo social, construção civil, fruticultura, metalurgia e polímeros, reciclagem e turismo. Além disso, essa estratégia lhe garante amparo legal para executar projetos em outros Estados e acessar recursos públicos. Assim, essa ampliação atinge estrategicamente dois aspectos. O quantitativo, no sentido que aumenta o número de empreendimentos em que atua e, conseqüentemente, o número de associados; e o qualitativo, na medida em que diversifica os setores econômicos, também se estendendo ao setor rural. De acordo com o atual Presidente da entidade:

Aí a UNISOL foi crescendo e foi abarcando também o setor rural e esse é um dos grandes diferenciais da UNISOL. Por quê? Por exemplo a CONCRAB ligada ao MST é essencialmente rural ligados aos assentamentos da reforma agrária. A UNICAFES é essencialmente cooperativas e associações ligadas ao rural também, na agricultura familiar. E naquele momento que em que a UNISOL vai se organizando, os catadores ainda não eram um sujeito coletivo. Então a UNISOL começou entrando também em muitas associações e cooperativas de catadores. Essa é uma característica já diferenciada. A UNISOL surge urbana, fábrica, amplia e depois ela vai pro rural. Então nós podemos dizer que é parecido com o que é a OCB, que organiza urbano, rural, etc. (Entrevista com Leonardo Pinho, presidente da UNISOL BRASIL, na 26ª FEICOOP, em Santa Maria, em 13 de julho de 2019).

Ainda nesta entrevista realizada, o atual presidente da UNISOL, Leonardo Pinho, elenca três características principais da entidade. A primeira delas, é a aceitação de filiações não só de cooperativas, mas também de associações com atividades produtivas econômicas. “Isso realmente é um diferencial porque as outras centrais do campo nosso, mesmo da economia solidária, são só de cooperativas, a UNISOL é cooperativas e empreendimentos econômicos solidários.”, diz ele.

A segunda característica da UNISOL, segundo o presidente da entidade, é sua interação com outros atores do mundo do trabalho, tendo como parceiros de suas atividades econômicas micro, médias e grandes empresas e parcerias com o Sistema 5S.⁶⁰ A terceira característica vem a ser é atuação nas

⁶⁰ Algo que, por vezes, deflagra conflito no campo da economia solidária, uma vez que determinados atores da militância não aceitam firmar contratos com as empresas hegemônicas da economia de mercado. O conflito que demarcou muito claramente essa diferença foi o embate quando, em 2011, cogitou-se a

instâncias participativas. Essa característica estrategicamente se amplia com a atuação de Leonardo Pinho, que embora tenha uma atuação cutista e sindicalista, tem forte experiência nos processos de advocacy, incidência e assessoria parlamentar, ampliando a capilaridade da UNISOL, com atuação na área da saúde, direitos humanos, desenvolvimento social. As entrevistas realizadas com Leonardo Pinho e Arildo Lopes, contém trechos em que isso fica bem explícitos. Dois exemplos seguem abaixo, respectivamente:

uma outra característica nossa é que a gente também disputa os espaços de participação social na sociedade, desde o Conselho de Economia Solidária, o CEPORG, que é da área de produção orgânica, e, mais recentemente, - e eu acabo cumprindo esse papel -, a gente foi também para o Conselho Nacional de Direitos Humanos, por entender que a Economia solidária tem que disputar uma agenda geral e não a sua agenda específica, tem que colocar seus valores numa agenda geral, a gente fez uma escolha, por exemplo, de vamos pros direitos humanos, que é o mais plural, que dá pra você discutir desde os direitos do mundo do trabalho até os direitos civis, e isso deu tanto resultado, inclusive nessa agenda dos direitos humanos, porque a gente tá fazendo a discussão dos direitos sociais, econômicos e ambientais. A UNISOL chegou a presidência do conselho nacional dos direitos humanos, que é um conselho de Estado fortíssimo, junto com o conselho nacional de saúde, que é um dos mais fortes do ponto de vista da institucionalidade, tanto que o governo atual veio com aquela de acabar com os conselhos, e isso não afetou o CNDH, por sua institucionalidade.

[...] Nós apostamos na ampliação da interlocução com outros movimentos sociais para além do sindicalismo e pra outras agendas, não só a agenda da economia solidária centrada em si mesmo, mas a ideia de uma economia solidária como parte das lutas sociais, parte da agenda de direitos humanos no Brasil. (Entrevista com Leonardo Pinho, presidente da UNISOL BRASIL, na 26ª FEICOOP, em Santa Maria, em 13 de julho de 2019).

outro ponto que nós não vamos abrir mão são as eleições. Nós vamos disputar o Estado. Nós vamos disputar o Estado nos conselhos, nos espaços de disputas. Nós temos que estar. Muitas vezes a esquerda não vê isso. Hoje no Brasil só tem 2 ou 3 Conselhos funcionando e a UNISOL está num dos mais importantes que é o conselho de direitos humanos. (Arildo Lopes, ex-presidente da UNISOL BRASIL, entrevista realizada via *on line*, em 29 de setembro de 2020)

economia solidária estar alocada no governo federal na mesma pasta que as microempresas. Lembrando, por exemplo, que o SEBRAE, é parceira da UNISOL BRASIL desde seu início.

Por fim, cabe destacar que a UNISOL BRASIL, em 2014, une-se com outras entidades de representação (UNICAFES, CONCRAB, UNICATADORES) e formam a UNICOPAS que passa a se configurar um ator coletivo importante no campo político-institucional, em especial, após 2016, que, segundo o atual presidente da UNISOL BRASIL, foi a principal estratégia de resistência e embate aos governos Temer e Bolsonaro, a saber:

então, essa disputa de sociedade pra nós é central nesse momento e a nossa resposta foi a construção da UNICOPAS à essa agenda de retrocesso e é nisso que a gente tem apostado, a gente tem aprofundado as nossas alianças comuns e a nossa intervenção comum. Hoje nós temos uma incidência, uma parceria com a União Europeia, um projeto, para uma agenda de incidência, de advocacy do campo da economia solidária no Brasil, baseado nas centrais do cooperativismo popular e solidário. E isso eu tenho visto, pelos resultados, apesar de uma política totalmente enlouquecida em nível federal, que descaracterizou a economia solidária, que não quer participação social, nossa resposta é unidade, mobilização e qualificação da nossa intervenção, é o que a gente acredita que possa fazer a gente sobreviver nesse cenário de contrarreformas e retrocesso. Entrevista com Leonardo Pinho, presidente da UNISOL BRASIL, via on line, em 12 de janeiro de 2021)

Um outro ponto relevante de apreensão sobre as ações da UNISOL BRASIL é também a execução de seus projetos, ou seja, as articulações e parcerias realizadas para captação de recursos e desenvolvimento de ações junto aos empreendimentos. Em conversa com a coordenação de projetos da entidade nacional, foi possível acessar o documento da própria instituição denominado “Currículo Institucional 2004-2021”, publicado em outubro de 2021. Com base nesse currículo, cuja tabela elaborada pela autora encontra-se no apêndice deste trabalho, foi possível fazer o desenvolvimento de alguns gráficos que podem contribuir na visualização dos atores envolvidos, as parcerias e os períodos de maior e menor execução

O quadro 5 a seguir, mostra os projetos e convênios firmados e sua duração⁶¹ que contribuiu para a elaboração do gráfico 1 que mostra que, de 2004

⁶¹ As quantidades referem-se ao número de projetos executados simultaneamente. As datas referem-se aos períodos constantes nos documentos firmados, como por exemplo: convênio, contrato e termo de cooperação técnica. A execução pode ter ocorrido com alguma defasagem. Projetos executados anteriormente a 2006 não constam nos documentos acessados pela pesquisadora.

até 2021, a UNISOL BRASIL realizou parcerias com 19 entidades de apoio e fomento, sendo 5 com entidades internacionais. No entanto, os anos em que se articulou com a SENAES, inclusive no governo Temer com a Subsecretaria, junto com a FBB foram as mais expressivas até aqui.

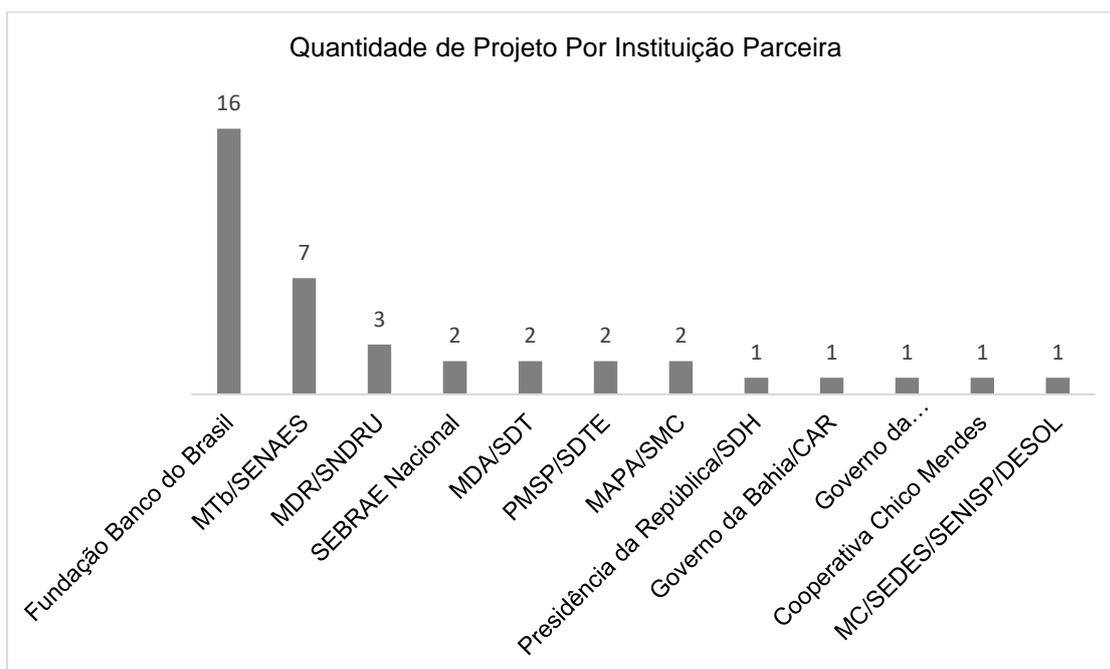
Quadro 5 - Projetos e convênios firmados firmados pela UNISOL BRASIL.

Instituição	Duração
Fundação Banco do Brasil	2006-2009
Fundação Banco do Brasil	2006-2009
Fundação Banco do Brasil	2006-2009
SEBRAE Nacional	2008-2011
MTb/SENAES	2008-2012
MDA/SDT	2008-2014
Fundação Banco do Brasil	2009-2010
Fundação Banco do Brasil	2009-2012
Fundação Banco do Brasil	2009-2012
Fundação Banco do Brasil	2009-2012
MTb/SENAES	2009-2013
MDA/SDT	2009-2015
MTb/SENAES	2010-2016
Fundação Banco do Brasil	2011-2012
Fundação Banco do Brasil	2011-2013
Fundação Banco do Brasil	2011-2015
MTb/SENAES	2012-2016
SEBRAE Nacional	2012-2016
Fundação Banco do Brasil	2013-2015
Fundação Banco do Brasil	2013-2016
Fundação Banco do Brasil	2013-2015
Presidência da República/SDH	2014-2015
PMSP/SDTE	2014-2016
PMSP/SDTE	2015-2016
Fundação Banco do Brasil	2015-2017
Fundação Banco do Brasil	2015-2017
Fundação Banco do Brasil	2015-2018
Governo da Bahia/CAR	2015-2019
Governo da Bahia/SDR/BAIHATER	2015-2019
Cooperativa Chico Mendes	2016-2017
Presidência da República/SDH	2017-2018
MTb/SENAES	2017-2021
MAPA/SMC	2018-2021
MTb/SENAES	2018-2021
MTb/SENAES	2018-2021

MC/SEDES/SENISP/DESOL	2019-2021
MAPA/SMC	2020-2022

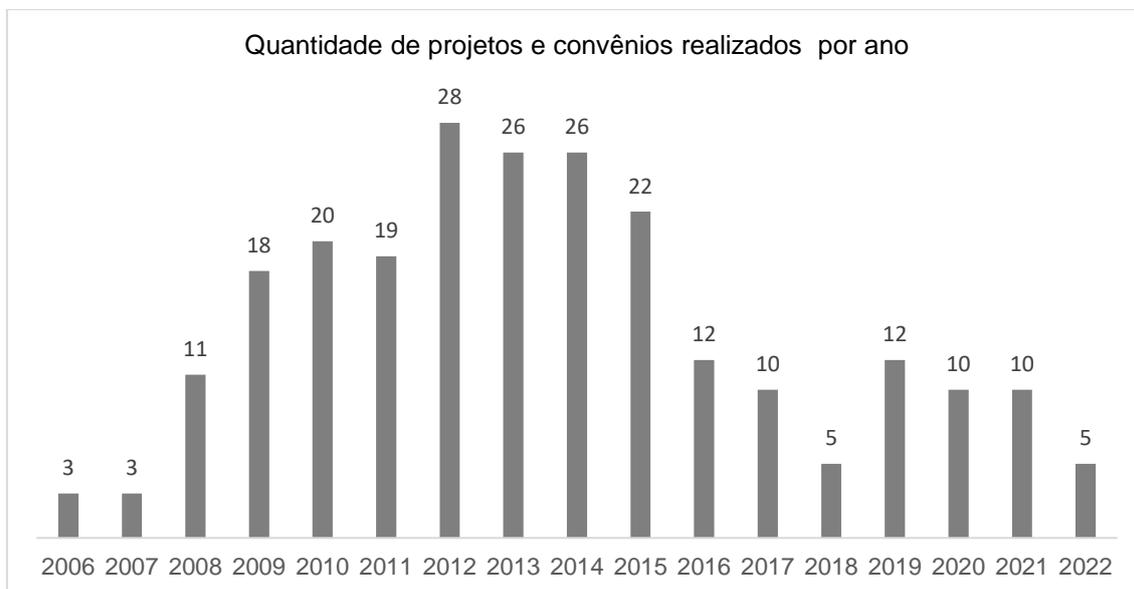
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 1 - Quantidade de Projeto por Instituição Parceira.



Fonte: Elaborado pela Autora.

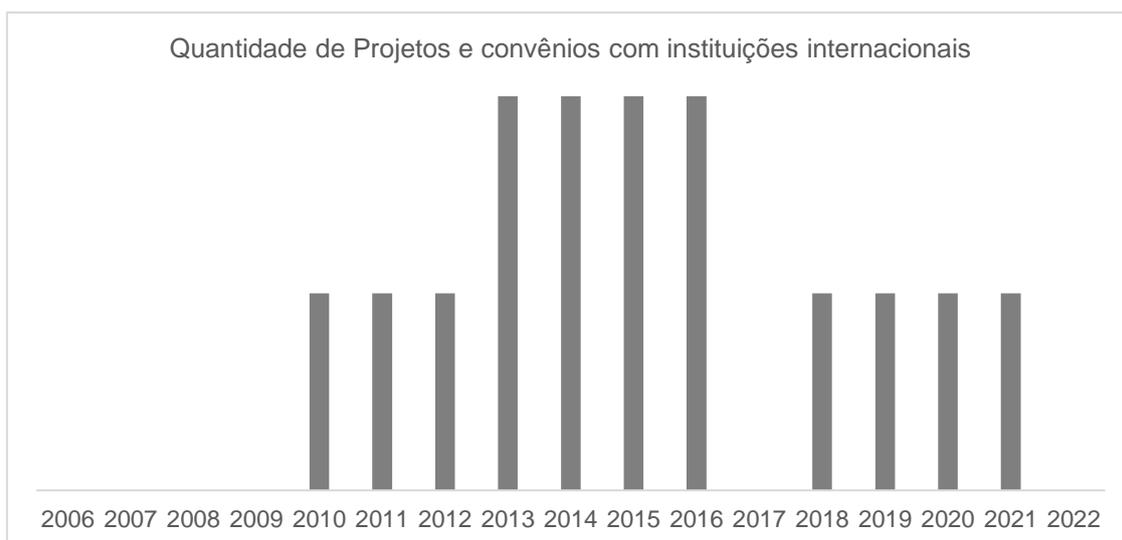
No período analisado a UNISOL BRASIL teve a maior quantidade de projetos em execução 2012 a 2015, em menos de uma década da sua fundação. Esta situação demonstra a consolidação da instituição no cenário nacional da economia solidária, em que mesmo ocorrendo uma redução dos recursos públicos disponíveis para apoio e fomento de iniciativas de economia solidária, após 2016, a UNISOL BRASIL permanece atuando no campo da economia solidária e se articulando com outros campos, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Quantidade de projetos e convênios realizados por ano

Fonte: Elaborado pela Autora

No terceiro e último gráfico, percebe-se, mesmo com uma pequena defasagem temporal, que as relações internacionais coincidiram com o seu ápice na atuação nacional, enquanto o pico nacional se deu em 2012 a 2015, a maior intensidade de execução de convênios internacionais deu-se de 2013-2016, o que pode significar que a captação e execução de projetos nacionais, potencializou a captação de recursos internacionais.

Gráfico 3 - Quantidade de projetos e convênios com instituições internacionais



Fonte: Elaborado pela Autora

4.2 UNISOL/RS: Ação sindical e Economia Solidária no Sul do Brasil

No subcapítulo anterior foi apresentado a instituição que deu origem a UNISOL/RS, apontando seus projetos e parcerias, alguns deles apoiando empreendimentos do Rio Grande do Sul desde seu início, como é o caso da Cooperativa Justa Trama e da Cooperativa de Educação Nova Geração. Neste capítulo, aborda-se o tema central da tese que é a UNISOL/RS, a partir de sua federalização, que ocorreu em 2012.

Destaca-se que, antes da federalização, a estrutura e organização da UNISOL BRASIL no Rio Grande do Sul, estava restrita a uma coordenação estadual composta por dirigentes de cooperativas e associações gaúchas filiadas à entidade nacional, bem como a contratação de assessorias específicas. Após a federalização amplia-se a sua estrutura física, bem como sua equipe administrativa e, atualmente, conta com uma equipe de referência trabalhando nas regiões do Estado.

Esta pesquisa tem como foco a UNISOL/RS na medida em que se constata que a entidade vem se tornando um ator dominante no campo da economia solidária no Rio Grande do Sul, mesmo perdendo a mão do Estado com o findar dos governos petistas estadual (Governo Tarso) e federal (Governos Lula e Dilma).

Desse modo, este capítulo dedica-se a apresentação e análise da UNISOL/RS, seus projetos e convênios, o papel da liderança, identificando as habilidades da atriz social aqui reconhecida como uma protagonista para a consolidação da UNISOL/RS no Estado.

Para buscar compreender as estratégias da UNISOL/RS foram entrevistadas quatro pessoas que foram e/ou ainda são da coordenação da UNISOL/RS e oito dirigentes de empreendimentos filiados a mesma. Para fins dessa pesquisa, não se trata de uma análise detalhada de cada empreendimento, uma vez que o objetivo é identificar a capacidade de atuação direta da UNISOL/RS e das habilidades sociais de seus atores junto a esses grupos.⁶²

⁶² Cabe ressaltar que a profundidade da análise apresenta diferentes graus no que tange aos oito empreendimentos em que entrevistei seus dirigentes. Isso se deve ao fato de que estive envolvida por conta da minha atuação nos empreendimentos da região metropolitana em especial com os empreendimentos do território da Vila Nossa Senhora Aparecida (Bairro Sarandi). Além disso, a partir de 2021, quando

Entrementes, fez-se a opção de, no primeiro subcapítulo, fazer uma breve apresentação da atriz social hábil para apreender melhor sobre os fios condutores que levam a expressividade da UNISOL/RS, uma vez que sua atuação na economia solidária precede à constituição da entidade e é uma referência importante, inclusive, na constituição da UNISOL nacional.

4.2.1 UNISOL/RS: ampliação da base e dos territórios

Oficialmente a UNISOL/RS foi fundada no dia 29 de outubro de 2013, sendo o primeiro coordenador-geral Antonio Prado, sociólogo, presidente da COOPSOL. De lá para cá, foram realizadas 6 assembleias gerais da entidade, 4 delas com eleição para a gestão da coordenação da UNISOL/RS, sendo que, após Antonio Prado (gestão 2012-2015), Nelsa Nespolo foi eleita presidente da UNISOL nas demais gestões (2015-2018; 2018-2021 e; 2021-2024).⁶³

Atualmente a entidade conta com 66 empreendimentos filiados⁶⁴. As informações foram obtidas através da equipe administrativa da entidade, cujos dados serão aqui detalhados e referenciados para análise. Os principais dados analisados são a quantidade de filiações, o tipo de formalização e a não formalização dos EES, os municípios abrangentes e os segmentos representativos.

No que se refere aos segmentos, a escolha por categorias foi feita da seguinte maneira: i) Artesanato; ii) Reciclagem; iii) Alimentação; iv) costura/confecção; v) Prestação de Serviços (EES que prestam assessoria técnica, educação – creche comunitária, Serviços de Saúde e Cultura); vi) Comercialização/consumo (lojas de artesanato e produtos agroecológicos); vii) Limpeza/cosméticos (produção de sabão e produtos de higiene e estética); viii) Saúde Mental e; ix) Banco Comunitário.

gradativamente foram retomados os encontros presenciais pude participar de reuniões, seminários e encontros da economia solidária na região metropolitana. Bem como em virtude do meu trabalho que me possibilitou assessorar por cinco meses os empreendimentos do referido território.

⁶³ A composição dos cargos de todas as gestões da UNISOL/RS encontra-se no Anexo deste trabalho.

⁶⁴ Os dados utilizados e analisados para esta pesquisa são datados até dezembro de 2021, fornecidos pela equipe administrativa da UNISOL/RS. No entanto, de acordo com a própria equipe, o número de EES se ampliou, em 2022, marcado em especial, pelas filiações ocorridas no Encontro Estadual da UNISOL/RS, em 19 de novembro de 2022. O encontro contou com a presença da Deputada Federal reeleita em 2022 Maria do Rosário.

Para contribuir na visualização e análise destes dados, fez-se a elaboração de tabelas, gráficos e um mapa territorial que demonstra a abrangência da UNISOL/RS no Estado.

A tabela 1 apresenta a distribuição do EES filiados por município, que permite visualizar a quantidade de EES, bem como o número de formalizados e não formalizados.

Tabela 1 - Quantidade de EES filiados à UNISOL/RS por município

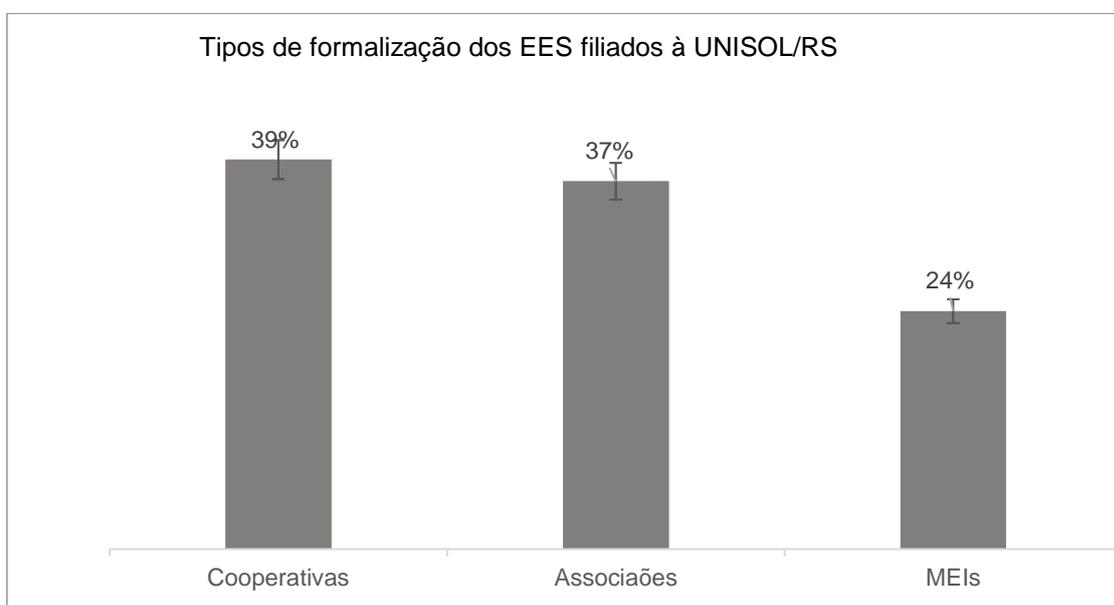
MUNICÍPIO	FORMAL	INFORMAL	TOTAL
Porto Alegre	16	11	27
Viamão	2	0	2
Canoas	4	0	4
São Leopoldo	3	0	3
Novo Hamburgo	5	0	5
Caxias do Sul	3	1	5
Flores da Cunha	1	0	1
Torres	1	0	1
Três Cachoeiras	1	0	1
Passo Fundo	1	1	2
Canguçu	1	0	1
Pelotas	2	1	3
Rio Grande	0	4	4
Sant'Ana do Livramento	5	2	7
Uruguaiana	1	0	1
TOTAL	46	20	66

Fonte: Equipe Administrativa UNISOL/RS

No entanto, cabe destacar que, 46 EES são formalizados e 20 ainda não tem regulamentação jurídica. A não formalização é um gargalo da economia solidária, pois impossibilita o acesso direto a recursos financeiros e materiais. Estar filiado a UNISOL/RS torna-se um ponto fulcral pois, por intermédio da entidade, os EES acessam capacitações e formação, além de poder estar junto com outros EES na comercialização e feiras.

No que se refere aos tipos de empreendimentos, 18 são juridicamente formalizados como cooperativas, 17 como associações e 11 MEIs, conforme o Gráfico abaixo. A aceitação jurídica sob forma de MEI é uma deliberação da UNISOL BRASIL, pois às vezes, é o caminho menos burocrático para a constituição jurídica e é um ponto emblemático dentro do campo da economia solidária, pautado no capítulo anterior. Além disso, internamente, apenas tem direito a voto nas assembleias da UNISOL aqueles que são formalizados.

Gráfico 4 - Tipos de Formalização dos EES filiados à UNISOL/RS



Fonte: Elaborado pela Autora

Esse gráfico, apontando a porcentagem significativa de MEIs (24%) lança luz para a Tabela 2 apresentada abaixo, em que se tem a distribuição dos 66 EES (formais e informais) por segmento, o que possibilita fazer conexão com a tabela anterior no que concerne à informalidade dos EES, com destaque para o artesanato.

Tabela 2- Segmentos dos EES filiados à UNISOL/RS

Segmento dos EES	Quantidade	Percentual
Artesanato	35	53%
Reciclagem	11	17%
Alimentação	6	9%
Costura/confecção	4	6%

Prestação de serviços	4	6%
Comercialização/consumo	2	3%
limpeza/cosméticos	2	3%
saúde mental	1	2%
banco comunitário	1	2%
TOTAL	66	100%

Fonte: Equipe Administrativa UNISOL/RS

O primeiro dado importante a ser analisado é que o artesanato contempla mais da metade dos segmentos filiados à UNISOL/RS (53%), sendo esse o segmento que acaba por estar mais envolvido nos processos de comercialização, por meio das Casas de economia solidária e das feiras estaduais. Dos 15 municípios que tem EES filiados a UNISOL/RS (Tabela 1), 6 deles têm EES não formalizados. No entanto, o que salta aos olhos é que, como mostra o quadro 6 abaixo, 95% dos EES informais são do segmento de artesanato: Porto Alegre (11); Rio Grande (4); Pelotas (1); Santana do Livramento (1); Caxias do Sul (1) e Passo Fundo (1), ou seja, dos 20 EES informais, 19 são do artesanato, o outro é prestação de serviços, em Santana do Livramento.

Quadro 6 – Segmentos informais por município

MUNICÍPIO	SEGMENTO
Porto Alegre	Artesanato
Rio Grande	Artesanato
Pelotas	Artesanato

Santana do Livramento	Prestação de serviços
Santana do Livramento	Artesanato
Caxias do Sul	Artesanato
Passo Fundo	Artesanato

Fonte: Elaborado pela Autora

O artesanato, como uma atividade produtiva é, predominantemente, individual que, como já dito, dá-se na forma de MEI simples e adequada à sua formalização. Neste sentido, a formalização para o artesanato é algo emblemático para a economia solidária, que propõe organizar empreendimentos coletivos e autogestionários. No entanto, a UNISOL/RS tem por deliberação aceitar MEIs, vez que sua maioria de EES filiados são do artesanato, bem como é o mesmo segmento que tem mais dificuldade de formalização. Assim, a UNISOL/RS atua de forma a criar condições de competitividade (por meio de cursos técnicos) e oportunidades para a comercialização, compra coletiva de máquinas, ferramentas, insumos e matéria prima, bem como na racionalização da logística de transporte.

Esta informação vai ao encontro da entrevistada realizada com a presidente da Associação Bell Rob⁶⁵, de Caxias do Sul, que existe desde 2000 e se formaliza apenas em 2016.⁶⁶

A Associação não chegou a acessar recursos diretos da SENAES, apenas por meio de entidades de apoio, como a Cáritas e, em especial, a UNISOL/RS que operavam os recursos oriundos da SENAES. Filiaram-se à UNISOL/RS em 2017 e contam com apoio para ir às feiras, viagens para reuniões e encontros, cursos de formação e capacitação, conforme coloca Ilda:

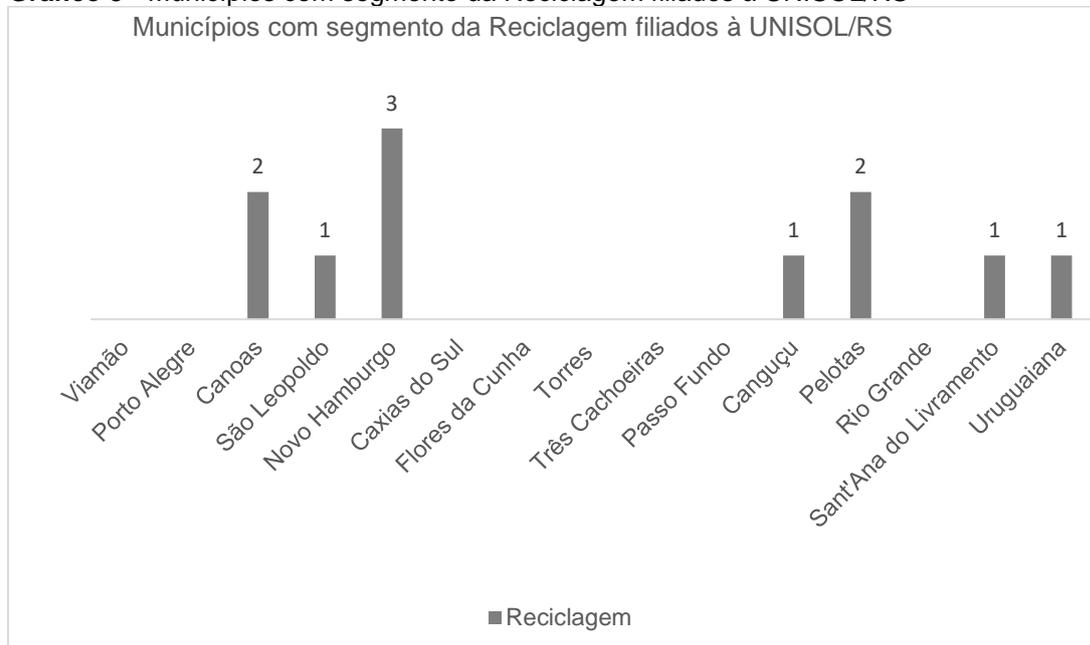
⁶⁵ A Associação surge no início dos anos de 2000, e tem como produção principal a confecção de roupinhas para bebê e enfeites para festa. À época, obtiveram apoio do governo estadual, na gestão do Olívio Dutra, por meio da assessoria na região da Serra, com recursos para participação nas feiras do Gasômetro e de Santa Maria. O empreendimento foi regulamentado em 2016 e é formalmente denominado de Associação Bell Rob. Atualmente o empreendimento conta com 9 associadas e cada uma realiza seu trabalho separadamente, em suas casas.

⁶⁶ No que diz respeito à participação nos fóruns de economia solidária, a Associação é bastante atuante e se articula politicamente nesses espaços, para além da participação para a comercialização. Sua representante esteve junto nas Conferências Estadual e Nacional de Economia Solidária. Chama a atenção que, diferente da Reciclagem, por exemplo, a participação das/os artesãs/os nos fóruns é bem significativa, sendo obviamente um espaço que viabiliza a comercialização coletiva, mas também proporciona o debate político e conjuntural do país e da economia solidária dentro deste contexto.

Já faz uns três a quatro anos que nós somos associadas da UNISOL. Tivemos o apoio para ir nas feiras, algumas viagens a Porto Alegre, reuniões, encontros. A UNISOL nos dá muito conhecimento e formação. A gente é muito grata a UNISOL, porque a gente aprende muito. Nós tivemos alguns encontros de formação do trabalho, que foi ali no prédio da UNISOL [em Porto Alegre]. Fomos eu e mais umas colegas lá fazer umas aulas, tem também as reuniões, os encaminhamentos. É muito bom pra gente se organizar. (Entrevista realizada com Ilda Ilda Spiandorello, realizada via *on line*, em 29 de setembro de 2020).

Assim, voltando aos dados analisados, percebe-se que a Reciclagem também tem uma boa filiação na UNISOL/RS (17%), que pode ser aferida ao Projeto Cataforte I e II, sendo o segundo contemplado pela UNISOL BRASIL e executado pela UNISOL/RS, bem como sua expansão na região sul e fronteira, regiões de políticas públicas relacionadas a Cadeia Binacional do PET⁶⁷ que, como vimos no subcapítulo anterior, foi uma política carro-chefe da DIFESOL, a política pública realizada pela DIFESOL, e que tinha como uma das prioridades os catadores (NESPOLO, 2020). O gráfico x abaixo ajuda nessa visualização.

Gráfico 5 - Municípios com segmento da Reciclagem filiados à UNISOL/RS



Fonte: Elaborado pela Autora

⁶⁷ Cadeia Binacional do PET – através da articulação do RS com Uruguai e Minas Gerais para produzir flake, fibra, fio e tecido, a partir de garrafas PETs. De acordo com Nespolo (2020, p. 102), o PROJETO ESTRATÉGICO CADEIA SOLIDÁRIA BINACIONAL DO PET também contou com a parceria da Nexus da CGL, da Itália, para a realização de estudos de valores justos, e da SEBRAE, para estudos de viabilidade. Tanto Nexus e SEBRAE, são parceiros históricos da UNISOL BRASIL.

Para esta pesquisa foi entrevistado um dirigente da COOARLAS,⁶⁸ situada em Canoas, que também esteve na coordenação da UNISOL/RS no seu início e que discorre sobre a atuação da Cooperativa junto com a UNISOL/RS. Atualmente a Cooperativa conta com 41 sócios diretos.⁶⁹

Sobre a atuação da UNISOL junto à Cooarlas, é importante destacar que as parcerias já existiam com a UNISOL BRASIL antes mesmo da criação da UNISOL/RS e Clovis Eduardo foi secretário da setorial de Reciclagem da UNISOL BRASIL de 2010 a 2014. A UNISOL assessorou a cooperativa na construção de projetos e captação de recursos, bem como na capacitação de seus dirigentes a acessar os editais. Neste sentido, vale considerar que o entrevistado também atuou na direção da UNISOL/RS, o que possibilitou atuar também como gestor de uma entidade de representação de empreendimento, “vestindo a camiseta da entidade”, que se evidencia na fala que segue:

A UNISOL já tinha uma trajetória desde lá no início, da época da minha mãe. A UNISOL é uma entidade que batalhou bastante, batalhou muito. E era difícil porque sem recursos você não consegue querer ser uma instituição de empreendimento, porque a gente sabe que os recursos são essenciais para a gente poder ajudar os outros empreendimentos, capacitar. A UNISOL, sempre que possível, teve com a gente, desde o projeto Cataforte, por exemplo, a gente teve recurso para reciclagem, mas sempre com a parceria da UNISOL BRASIL e depois UNISOL/RS e boa parte destes recursos a gente não fazia mais com as outras entidades e fazia só com a UNISOL, para que a entidade pudesse se manter. As pessoas ajudando não só nós, como as pessoas que são sócias da UNISOL. (Entrevista com Clovis Eduardo Aguiar, ex-presidente da

⁶⁸ A Cooarlas é uma cooperativa de reciclagem e está localizada no Bairro Guajuviras, em Canoas, município da região metropolitana. Inicialmente surge como uma associação, em 1999 - Associação de Reciclagem de Lixo Amigas Solidárias (ARLAS) - formada apenas por mulheres, vinculadas à Pastoral da Igreja Católica. Para sua constituição, a associação contou com recursos do FAT e, posteriormente, com o apoio do Governo Estadual, na gestão do Olívio Dutra, através da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), em 2002, quando construíram um galpão.

⁶⁹ De acordo com o entrevistado, entre 2010 e 2011, a cooperativa cresceu exponencialmente com os contratos via Prefeitura Municipal e o Projeto Cataforte I e II. Entre 2012 e 2013, a cooperativa recebeu 5 caminhões, via financiamento do BNDES. Naquele tempo, receberam também 6 a 7 milhões para ampliação da cooperativa e para reforma. Atualmente está com 2000m quadrado. Em 2017, já com o declínio das políticas públicas para este segmento, a cooperativa angariou mais de R\$ 1.000.000,00, através de uma parceria com entes privados que investem em cooperativas, por meio da logística reversa. ⁶⁹A logística reversa é integrada na PNRS e consta no seu artigo 3º como “[...] instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada” (BRASIL, 2010, p. 2), que possibilita a realização de contratos entre os entes privados e as associações e cooperativas de catadoras/es. (ZEELAND, p. 92, 2016).

COOARLAS, realizada via *on line*, em 08 de dezembro de 2020).⁷⁰

Sobre os demais segmentos, eles concentram-se, sobretudo na região metropolitana do Estado, onde a atuação da UNISOL/RS é predominante, e onde conta-se com EES ligados a alimentação (produção de pães, doces, salgados, “quentinhas”) de grupos atuantes historicamente no movimento da economia solidária.⁷¹

Para uma melhor visualização dos segmentos contemplados neste subcapítulo, tem-se abaixo a tabela 3 por quantidade de segmentos por municípios e, logo após, um mapa territorial que possibilita dar a dimensão da atuação da UNISOL/RS no Estado.

Tabela 3 - Quantidade de segmentos por municípios

	Arte.	Rec.	Alim.	Cost.	Com.	Prest.	Limp.	Saud.	B.C.
Viamão			2					1	1
Porto Alegre	19			4		2			
Canoas	1	2	1						
São Leopoldo		1	1				1		
Novo Hamburgo	1	3	0			1			
Caxias do Sul	3						1		
Flores da Cunha	1								
Torres					1				

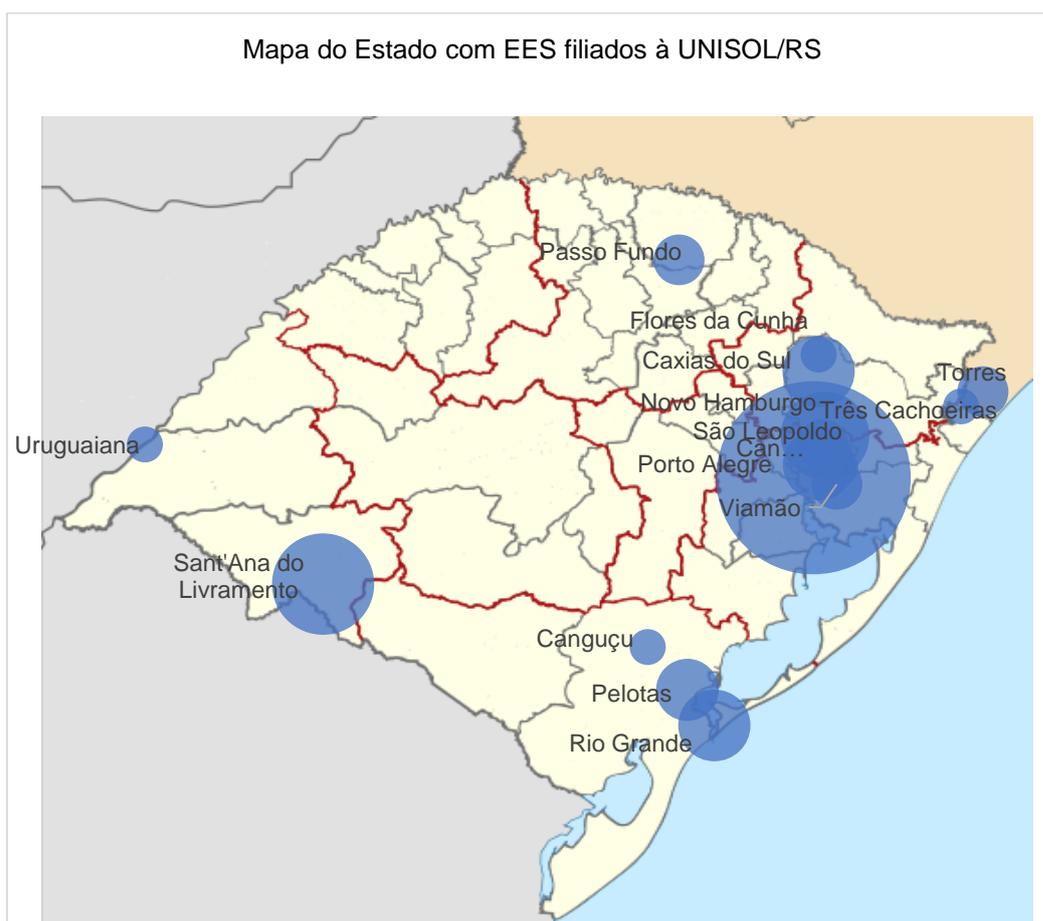
⁷⁰ A UNISOL segue assessorando a Cooarlas, em especial com formação e apoio jurídico. Clovis Eduardo saiu da direção da UNISOL em 2014. Em 2020, foi candidato a vereador do município de Canoas com a alcunha “Eduardo da Reciclagem”, pelo PSD (Partido Social Democrático), mesmo partido do prefeito eleito Jairo Jorge⁷⁰. Clovis Eduardo não conseguiu se eleger, logrando um total de 182 votos. No que diz respeito ao acesso às políticas públicas, Clovis Eduardo destaca a grande importância da SENAES, que teve como marco a PNRS (a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), numa importante mobilização da sociedade civil, em especial o MNCR (Movimento Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis). A Cooarlas, com a assessoria da UNISOL, acessou os projetos Cataforte I e II (que teve como parceiros a SENAES, a Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o MNCR), que viabilizaram o crescimento da cooperativa.

⁷¹ Como exemplos podemos citar a Cooperativa Alimento Saudável, de Canoas e a Cooperativa CooperBom, de Viamão.

Três			1							
Cachoeiras										
Passo	1			1						
Fundo										
Canguçu			1							
Pelotas	1		2							
Rio Grande	4									
Sant'Ana do	4	1			1	1				
Livramento										
Uruguaiana			1							
TOTAL	35	11	6	4	2	4	2	1	1	1

Fonte: Elaborado pela Autora.

Figura 2 – Mapa do Estado do RS com EES filiados à UNISOL/RS



Fonte: Elaborado pela Autora.

4.2.2 A liderança na UNISOL/RS: habilidades sociais e multiposicionalidades

Nelsa Nespolo é oriunda de uma família de pequenos agricultores da cidade Nova Pádua no Rio Grande do Sul. Teve sua juventude marcada pela militância no movimento Juventude Operária Católica (JOC) em Pelotas e seguiu sua trajetória de militante orgânica indo morar em São Paulo e, posteriormente no Ceará. Quando retorna ao Rio Grande do Sul,⁷² atuou no Sindicato da Alimentação de Porto Alegre e no movimento comunitário, tendo sido delegada e conselheira do Orçamento Participativo.

É a partir dessa trajetória que ela começa a desenvolver suas habilidades de atuação na economia solidária, fundando, juntamente com outras mulheres, em 1996, a cooperativa UNIVENS, com recursos do Orçamento Participativo e, posteriormente, da Prefeitura Municipal e outras entidades. Esta atuação nos movimentos comunitários e no OP garantiu uma visibilidade política que, por sua vez, foi o que proporcionou acessar diversos apoios para a fundação e incubação da cooperativa. Nelsa esteve à frente na construção do Fórum Gaúcho de Economia Solidária, bem como participou da coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Em 2005, articulando-se com outros atores sociais da economia solidária e com a SENAES, Nelsa ajuda a fundar a COOPERATIVA CENTRAL JUSTA TRAMA. Em 2007, ela esteve à frente da criação da Escola de Educação Infantil Nova Geração, cuja sede foi uma doação da UNISOL/BRASIL.

De 2011 a 2014, assume a diretoria da economia solidária de Estado do Rio Grande do Sul, que estava alocada na Secretaria Estadual de Economia Solidária de Apoio à Micro e Pequena Empresa (DIFESOL/SESAMPE).

Embora não sendo filiada a nenhum partido político, sua trajetória é vinculada tanto política quanto nos vínculos pessoais ao Partido dos Trabalhadores. Uma constatação disso é sua participação na gestão do Governo Tarso em um cargo de confiança e de grande expressividade como a coordenação de um departamento, mesmo não podendo participar das decisões

⁷² Nesta época, já casada com Claudir Nespolo, também militante deste movimento, e que tem sua trajetória marcada pelo sindicalismo cutista, que, como já vimos, é a base da construção da UNISOL,

internas do partido. Em suas palavras, Nelsa narra como integrou a equipe no governo estadual:

Quando teve o período da eleição, a gente teve uma atuação muito forte na campanha do Tarso Genro, ele teve aqui na Cooperativa, fez filmagens aqui. Foi aqui que ele disse que ia criar um espaço para o cooperativismo, anunciou isso. Eu tenho recorte até hoje da Zero Hora. A UNISOL teve uma participação muito ativa, nós fizemos o encontro estadual, naquela parte debaixo da Casa da Economia Solidária, que a UNISOL já tava lá antes. A gente trouxe o pessoal de todo o Estado, fizemos uma conversa com ele. Ele saiu de lá com um pala que ele comprou das meninas lá da região sul. Então, teve uma aproximação muito grande e foi num período, Dani, que a gente conseguiu trazer todo mundo para que a política pública de economia solidária entrasse pro governo do Estado. Todas as organizações que você imagina, pessoas, empreendimentos. A gente fez um documento e entregou para ele sobre a estratégia, ele recebeu e assinou. Aí ele desistiu da Secretaria Estadual de Economia Solidária, e lógico também que já tava meio com um desenho com o PTB, e eu acho que ele colocou como condição que eu estivesse, praticamente eu pude escolher o que eu queria ser dentro da Secretaria [...]e eu queria fazer a política de economia solidária. (Entrevista realizada via *on line*, em 05 de fevereiro de 2021).

Após sua atuação no governo estadual, Nelsa, em parceria com o NEGA/UFRGS, inicia o processo de organização da comunidade para implantação do Banco Comunitário e, em 2016, o Banco Comunitário Justa Troca se constitui oficialmente. O Banco inicia suas atividades já com recursos advindos da Nexus, da Itália, fruto da articulação da Nelsa com a UNISOL BRASIL, o que possibilitou a emissão da moeda social Justo e a contratação de agentes comunitários.

Nelsa tem dois livros lançados sobre economia solidária, o primeiro, “Tramando Certezas e Esperanças”, de 2014, onde conta a história de organização da comunidade e a construção da UNIVENS; e o segundo, “As Tramas da Esperança: a História não para”, de 2020, no qual narra a história da Justa Trama, da política pública de economia solidária do Rio Grande do Sul, no qual participou como gestora e do Banco Comunitário Justa Troca. Ambos os livros são fontes de conteúdo empírico desta pesquisa.

Apenas com esta breve descrição biográfica já se pode perceber a capacidade que essa atriz social possui de articular organizações e movimentos

sociais, iniciando no ambiente religioso para depois seguir para o sindical, com partidos políticos e com entidades governamentais e não governamentais que retinam na ampliação da UNISOL/RS no Estado.

Diante desta constatação, os subcapítulos seguintes são dedicados a fazer uma explanação e análise da atuação da UNISOL/RS e suas estratégias de ampliação, evidenciadas nos depoimentos dos entrevistados, na apresentação dos principais EES que conformam o território da atriz social hábil e dos dados apresentados sobre seu corpo de filiados.

4.2.3 Habilidades em cena: uma mão na gestão e a outra na comunidade

Em 2012, quando a UNISOL/RS se federaliza e passa a ter seu CNPJ próprio, é também um momento em que a entidade estadual se consolida de mãos dadas com o Estado, tendo ações ligadas à SENAES e demais parcerias nacionais, por meio da UNISOL BRASIL, bem como ações ligadas ao governo estadual, por meio da DIFESOL.⁷³

No processo de sua consolidação, a UNISOL/RS acessou políticas do governo petista de Tarso Genro, tais como a Casa da Economia Solidária, cujo espaço físico até hoje é a sede da UNISOL/RS em Porto Alegre, sendo que todos os empreendimentos que atualmente comercializam seus produtos na Casa são filiados à UNISOL/RS, além de ser a sede administrativa da entidade.⁷⁴

Ter uma atriz social hábil na coordenação de um departamento de economia solidária permitiu, segundo a interpretação dessa tese, que a UNISOL/RS tivesse acesso a vários empreendimentos em todo Estado, tornando vários desses empreendimentos filiados a ela. Tendo essa base, quando o governo petista acaba, e os recursos governamentais minguam, a UNISOL/RS torna-se um apoio fundamental para a manutenção desses empreendimentos.

⁷³ A Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado do Rio Grande do Sul foi instituída através da Lei nº 13.531 de 20/10/2010, publicada no DOAL nº 9868 de 21/10/2010. O DIFESOL - Departamento e Incentivo e Fomento à Economia Solidária-, ficou alocado na SESAMPE - Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

⁷⁴ As Casas de Economia Solidária são espaços públicos cedidos pela União, estados ou Municípios para se constituir fisicamente como um local de referência e comercialização de produtos, bem como capacitação e formação. O objetivo era implementar 6 casas de economia solidária em todo o Estado nas seguintes cidades: Porto Alegre, Pelotas, Santana do Livramento, Sapucaia do Sul, Santa Maria e Alegrete, sendo, a mais expressiva a Casa de Porto Alegre, localizada na rua Vigário José Inácio, 303, no centro histórico da capital, que conta além da loja dos artesanatos, com o Armazém da terra, loja que comercializa produtos oriundos da agricultura familiar e grupos urbanos de alimentação.

Como exemplo disso, temos o caso da EcoTorres⁷⁵ (cooperativa de consumidores de produtos agroecológicos fundada em 1999, cujo ponto de comercialização está localizado em Torres) que, durante a gestão do Governo Tarso, solicitou apoio da DIFESOL com o intuito de adquirir recursos para sua sede própria. Nesse contexto, ele conhece Nelsa:

A gente conheceu a Nelsa por essas coisas da vida. E eu como coordenador havia colocado e discutido com o pessoal que nós precisávamos ter uma sede própria. Uma vereadora do PT que era e é associada à cooperativa. conseguiu uma audiência com duas pessoas importantes de porto alegre, uma pessoa do Banrisul e uma pessoa da economia solidária, a diretora do departamento de economia solidária do governo do tarso genro. E nós fomos a porto alegre falar com eles para ver se a gente consegue uma verba pra comprar uma sala pra ecotorres ter uma sede própria. Um sonho. Até hoje a gente não tem a sede própria mas achamos que não é mais necessário. Aí fomos a Porto Alegre, fomos no Banrisul, e foi ridículo, não tinha a mínima condição. Aí fomos procurar a pessoa da economia solidária, que era a Nelsa.. A Nelsa nos ouviu e por fim ela falou: nós não temos dinheiro, mas nós temos isso e isso e isso, e aí ela falou do trabalho dela como diretora deste departamento e das cadeias solidárias, de economia solidária que tinha no Estado. [...] Isso foi em 2012, era a Difisol. Teve então o seminário, com cooperativas e empreendimentos de economia solidária. Aí ela veio aqui como representante do governo e fizemos esse seminário e começou esse envolvimento nosso com a economia solidária, com esse departamento. Metemos a cara na produção de frutas nativas e foi 1 sequência da conversa, e tivemos outro seminário em 2014. (Entrevista com Beto Johann, diretor da EcoTorres e coordenador da UNISOL/RS, realizada via *on line*, em 29 de novembro de 2020)

Através desse depoimento afere-se, em primeiro lugar, a relevância das políticas públicas para empreendimento de pequeno e médio porte, e a dificuldade de se obter esses recursos, a exemplo do que o entrevistado citou sobre o Banrisul. E, o que é mais relevante para o nosso estudo, a importância da atriz social, que, na ocasião, desempenhava o papel de gestora pública, que

⁷⁵ A EcoTorres é uma cooperativa de consumidores de produtos agroecológicos, localizada em Torres, litoral norte, fundada em 1999, por um grupo de aproximadamente 70 pessoas. Desde seu início conta com o assessoramento do Centro Ecológico, uma ONG que desde 1985 atua nos processos de desenvolvimento da produção agroecológica, em especial, nas regiões de Campo de Cima da Serra e Litoral Norte.

mesmo sem atender a demanda, apontou o acesso a uma política pública, nesse caso, a da Cadeia Solidária de Frutas Nativas.⁷⁶

Outro exemplo importante, é a relação política estabelecida do governo do Estado do Rio Grande do Sul com o governo do Uruguai que, à época, tinha Pepe Mujica como presidente do país.

Ana Ines, entrevistada para esta pesquisa, sócia da Cooperativa Caminos⁷⁷, é uruguaia e mora há 11 anos na cidade de Santana do Livramento, onde trabalha para a Caminos nas cidades da fronteira. De acordo com Ana Ines, a Caminos já estava ligada a economia solidária em Montevideo, fazendo parte também da Federacion de Cooperativa de Produccion de Uruguay. Com o trabalho iniciado em Rivera, teve-se a aproximação com a economia solidária do Brasil, em um contexto político favorável, conforme narra:

Eu estou aqui na fronteira já faz onze anos e eu conheci a Nelsa, acho que há uns doze, treze anos atrás. Foi o momento de transição do nosso governo, do Tabaré Vázquez para o Pepe Mujica e, nessa transição, a cooperativa do Uruguai começou a ter uma força importante e a Nelsa era diretora do Governo do Estado e o Mujica presidente do Uruguai. Esse conjunto foi aqui para Livramento muito bom. Conseguimos repasse e foi onde a casa da economia solidária se consolidou. A Justa Trama conseguiu colocar suas roupas aqui no mercado da fronteira. Foi o momento em que os dois governos estavam paralelos, ajudando. Esse foi o melhor momento para a cooperativa e para a economia solidária no Rio Grande do Sul e no Uruguai... Depois o Mujica terminou seu mandato, e ficou essa boa relação. Nós continuamos participando da feira de Santa Maria, da Feira Estadual de Porto Alegre, por exemplo. (Entrevista com Ana Inês de Castro, sócio Cooperativa Caminos e coordenadora da Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento, realizada via *on line*, em 01 de outubro de 2020.)

Atualmente, Ana Ines está como coordenadora da Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento que conta com recursos da UNISOL/RS e,

⁷⁶ Segundo Nespolo (2020, p. 99): “essa cadeia foi a soma de várias iniciativas e organizações que estavam no foco dessa ação junto às Frutas Nativas. O novo foi desenvolver outros produtos, como o sorvete e o picolé, para agregar valor, além da integração no fluxo das feiras no estado. Aconteceram muitos encontros, formação e intercâmbios, inclusive em Cuba, Itália e Espanha, além da aquisição de equipamentos para a produção e para o deslocamento.

⁷⁷ Caminos é uma cooperativa sobre cuidados que atende crianças, adultos e idosos. Sua casa matriz é em Montevideo-Uruguai e teve o Sindicato da Saúde como principal apoiador para a organização. A cooperativa se formou em 2002 e foi fundada, majoritariamente, por mulheres que haviam sido demitidas do trabalho convencional do sistema de saúde. Atualmente, a cooperativa tem 90 associadas e tem apenas 3 homens.

além de seu trabalho administrativo junto à cooperativa, atua na articulação e assessoria com os demais empreendimentos de economia solidária da fronteira. Segundo Ana Ines, a UNISOL/RS ganhou força na região após o arrefecimento das políticas públicas de ambos os países voltadas para a economia solidária e, em 2017, a Caminos filia-se à UNISOL/RS:

A UNISOL, eu conheci depois desta saída destes governos de esquerda e da extinção da SENAES. Foi aí que a UNISOL se aproximou. Eu não me lembro da UNISOL durante a Secretaria Nacional da economia solidária. Me lembro da FLD. E foi a UNISOL quem nos procurou para continuar esse trabalho, que antigamente era feito pela DIFESOL. Na verdade, eu acho que é a UNISOL, o Camp, a FLD que vêm fazendo esse trabalho agora.

Nós nos filiamos a UNISOL em 2017 e fomos com um encontro de mulheres em Porto Alegre. Com a Caminos, a possibilidade da UNISOL é de formação para a cooperativa. Acho que o papel da UNISOL é continuar essa parceria de formação dentro do Brasil. Eu como sou uma das coordenadoras da Casa da Economia Solidária, eu consegui através da UNISOL apoio econômico para compra de material, máquina de costura, teares, insumos e formação em cooperativas. Também foi muito importante o apoio econômico para e as feiras de Santa Maria e Porto Alegre, através da emenda parlamentar da Maria do Rosário. (Entrevista com Ana Inês de Castro, sócio Cooperativa Caminos e coordenadora da Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento, realizada via *on line*, em 01 de outubro de 2020.)

Neste sentido, vale destacar que a Caminhos não teve acesso a recursos diretos da SENAES e que a grande articulação se deu entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Presidência do Uruguai, fruto dos projetos binacionais ambicionados por essas duas gestões. Assim como na Casa de Economia solidária de Porto Alegre, a Casa de Santana do Livramento passou a ter uma estreita relação com a UNISOL/RS e que parece ser a principal herança de política pública na região.⁷⁸

Embora tendo um cargo importante no governo do Estado, Nelsa não deixou de manter as ligações com as ações dos EES do território onde mora, organizando seu horário e as agendas enquanto gestora pública e continuou

⁷⁸ Destaca-se também que a Caminos, muito por conta da atuação de Ana Ines na Casa de Economia Solidária, tem uma atuação bastante presente nos fóruns, municipal, regional e estadual de economia solidária, ou seja, está integrada ao movimento de economia solidária e se articula com os processos políticos do movimento.

mantendo sua presença física nos EES, com atuações desde administrativas até práticas. Nas palavras de Beta, que trabalhou com Nelsa no Governo do Estado e que agora trabalha com ela na UNISOL/RS, “a Nelsa nunca arredou o pé da cooperativa, toda manhã antes dela ir para o Centro Administrativo, ela passava na UNIVENS para olhar o trabalho das associadas e muitas vezes até costurava e fazia moldes” (Entrevista com Isabeta Ody, coordenação Geral e Organização Financeira da UNISOL/RS, realizada presencialmente no escritório da UNISOL/RS, em Porto Alegre, em 06 de janeiro de 2022).

A partir de 2015, com o fim do governo petista no Estado, percebe-se, notadamente, que a habilidade de Nelsa de transitar para além do campo político e sindical se faz necessária, para manter e ampliar a UNISOL/RS.

Um importante exemplo a ser destacado é o processo de criação e constituição do Banco Comunitário Justa Troca feita em parceria com uma universidade federal, junto com o Núcleo de Estudos de Gestão Alternativa (NEGA) da Escola de Administração da UFRGS para a implementação do Banco. Um empreendimento que ainda contou com recursos financeiros da SENAES⁷⁹. Nas palavras de Nelsa: “o banco surge com esse resto de recurso que o NEGA tinha da SENAES, e veio bem num período em que a SENAES foi morrendo aos poucos” (Entrevista realizada via *on line*, em 05 de fevereiro de 2021)

Para fazer uma descrição e análise do Banco, apresenta-se, logo após, os outros 3 EES que se localizam no Bairro Sarandi e que se configuram, além de carros-chefes da UNISOL/RS, uma espécie de complexo (hub) que contempla 4 segmentos de economia solidária que tem o protagonismo direto da que aqui chamamos atriz social hábil.

O processo de constituição do banco comunitário iniciou em 2014 com a realização de reuniões e encontros de sensibilização e mobilização. Em 2015 foi realizado um mapeamento da produção e consumo local e foi o início da

⁷⁹O NEGA - Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa - da Faculdade de Administração da UFRGS é um programa de extensão que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão ligadas a experiências/organizações alternativas de geração de trabalho e renda, em especial aquelas que se identificam com o campo da Economia Solidária. O trabalho consiste em apoiar e refletir sobre processos e experiências econômicas distintas dos modelos organizacionais hegemônicos, cujos projetos recebem recursos do CNPq, do Ministério da Educação, das Pró-Reitoria de Pesquisa e de Extensão da UFRGS, como também da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE, por meio do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares). Como informado na introdução desta tese, atuei de 2014 a 2016 neste Projeto.

concepção da moeda social Justo. Dentre as principais atividades o banco faz as operações financeiras, via microcrédito, realiza cursos e capacitações, além de organizar feiras comunitárias e atividades socioassistenciais.

O banco desde o seu início teve uma forte ligação com a UNISOL/RS, embora formalmente se filiou a esta apenas em 2021. Através desta ligação ele conseguiu recursos do CONSUD, que depois se juntou a CERAI (NESPOLO, 2020, p.142-143), uma entidade da Catalunha/Espanha, que possibilitou ter o lastro e a impressão da moeda social. Atualmente conta com recursos da Nexus, entidade italiana, cujo projeto garante a remuneração da agente de crédito e da agente comunitária.

O espaço físico do Banco é uma sala que fica no prédio da Justa Trama, que foi um recurso intermediado pela UNISOL BRASIL. Neste terreno, então, concentram-se 3 empreendimentos que realizam suas ações, muitas vezes de forma conjunta. Vale mencionar que o banco se ampara juridicamente e é administrado pela Associação Comunitária Nossa Vila Aparecida – ACONVI, cujo corpo de associadas/os tem moradoras que trabalham na UNIVENS, na Justa Trama e na Cooperativa de Trabalho Nova Geração.

Este foi um processo no qual participei ativamente e pude constatar a capacidade envolvimento ao longo do tempo. Cito uma desconfiança relatada em conversa privada por uma costureira da UNIVENS (associada da cooperativa desde muito tempo), após o término de uma reunião: “isso não vai dar certo, um banco não vai funcionar aqui na comunidade as pessoas não acreditam nisso, se eu fosse vocês eu desistia”. Confiança, portanto, foi um fator relevante na constituição do banco ausente num primeiro momento, mesmo entre associadas antigas, mas que, por atuação e insistência da Nelsa foi sendo dirimida na medida que ela soube usar as experiências realizadas como uma demonstração de como o trabalho cooperado pode dar resultados positivos o que se concretizou durante a pandemia quando conseguiu articular parcerias para dar assistência aos moradores. Em suas palavras:

O banco foi um dos que mais se relacionou com outras entidades nesse período [da pandemia de COVID-19]. Lógico que o banco, ele vem agarrado junto com a UNIVENS, junto com a Justa Trama, junto com a Nova geração. Ele foi privilegiado de vir com essas entidades todas protetoras à sua volta. Ele carrega essa história, tanto que às vezes é uma confusão, sabe, é banco?, é

Justa Trama? É UNIVENS?, a gente chega nos lugares e: ah vocês são da UNIVENS, do banco comunitário, eu acho que ele ajudou muito a dar essa confiança, eu acho que como um banco se ele tivesse surgido num lugar que não tivesse a UNIVENS, ele teria muito mais dificuldade de ser compreendido dentro da comunidade, e ele teve muito isso, de poder estar com essas entidades a sua volta, e também, lógico, ele vem com as entidades que a própria Justa Trama e a UNIVENS já tinham, a Nexus que ajudou com recursos, depois a CERAI ajudou com recursos, muito disso vem vindo de um processo, do que é a UNIVENS e aí vai transferindo. Entrevista realizada via *on line*, em 05 de fevereiro de 2021)

O banco Justa Troca tornou-se uma referência para a UNISOL/BRASIL no seguimento das finanças solidárias e, por meio das pessoas que fazem parte da ACONVI e, em especial, da agente de crédito e da agente comunitária, tem atuação nas atividades que a UNISOL realiza, auxiliando na realização dos cursos que ocorrem na Justa Trama e dos cursos de formação realizados pela UNISOL/RS.

O banco interage com os estabelecimentos comerciais do território por meio da moeda social Justo e tem sido bastante procurado por outras entidades e organizações sociais a fim de selar parcerias para a realização de ações locais de melhorias na comunidade, como revitalização de espaços públicos e desenvolvimento de uma horta comunitária, bem como ações socioassistenciais, dentre elas, distribuição de cestas básicas e oficinas de autocuidado.

Para essa investigação, é importante dizer que grande parte das atividades do banco ocorreram após o impeachment, onde já aparecem as estratégias desenvolvidas pela UNISOL para se manter atuante mesmo sem a mão do Estado, dentre essas estratégias se encontram a busca por recursos internacionais, algo obtido também através das habilidades de estabelecer relações e manter vínculos com instituições não governamentais:

De acordo com Eni, agente de crédito do banco comunitário, não há recursos de governos:

Como grande parceria nós temos a Nexus, que é uma entidade italiana, que fez essa cooperação internacional e que repassou o recurso para nos contratar e tem o fundo do banco também. A gente tem diversos parceiros. Vem de muitos locais porque eles vêm que faz diferença estar aqui junto com a UNIVENS e a Justa Trama. Com a credibilidade do trabalho delas, conseguem recursos e nós, do banco, organizamos as ações. São entidades

do Terceiro Setor, não é o recurso público, não.(Entrevista com Eni Vargas, agente de crédito, realizada via *on line*, em 28 de setembro de 2020).

A Nexus é uma entidade italiana ligada ao movimento sindical, que tem como objetivo financiar associações e cooperativas de outros lugares do mundo. Acessar esse tipo de entidade é uma estratégia da UNISOL BRASIL e da RS para buscar recursos e manter os EES sem apoio governamental. O que também está exemplificada através do modo como se constituiu a UNIVENS.

A UNIVENS surgiu em 1996, fruto das demandas de geração de trabalho e renda na comunidade via Orçamento Participativo. Até conquistar sua sede própria, em 2005, ocupou, desde 1998, um dos espaços da Incubadora Popular Zona Norte, projeto vinculado à Supervisão de Economia Popular da Prefeitura de Porto Alegre. No seu início, além do apoio da Prefeitura Municipal, a Cooperativa, também teve o apoio do Camp, da Cáritas Regional e da Fundação Luterana, além da Fundação IOCHPE.

Atualmente têm 23 mulheres associadas da comunidade e produz vestuário como uniformes, bolsas, camisetas e personaliza com serigrafia e bordados e, com a pandemia de COVID-19, passou também a confecção de máscaras.

A Cooperativa é filiada à UNISOL desde o início da criação da UNISOL BRASIL, em 2004, e da UNISOL/RS, em 2012. De acordo com a Nelsa, a UNISOL possibilitou toda a articulação aos parceiros internacionais, em especial organizações da Espanha, que viabilizaram a infraestrutura e o prédio. São elas sucessivamente, ACSUR, CONOSUD e CERAI. No entanto, afirma que desde 2005 a Cooperativa não acessa recursos nem de políticas públicas, nem de entidades de apoio e de representação.

A UNIVENS desde 2005, ela não tem recurso de ninguém, ela é totalmente autônoma do ponto de vista financeiro, onde foi pra construir a sede, ela faz as suas finanças, faz as suas reformas e tal. A Justa Trama é diferente, então a UNIVENS, ela tem parceiros do ponto de vista político, da construção da política, da construção das lutas dos trabalhadores. Entrevista realizada via *on line*, em 05 de fevereiro de 2021)

Entrementes, vale mencionar que em 2021 a UNIVENS passou também a ser assessorada pela UNISOL/RS por meio de um projeto de emenda

parlamentar, em que, além das articulações políticas, também lograram a aquisição de equipamentos.

Ressalta-se que a UNIVENS, de forma direta, não acessou recursos da SENAES, apenas via Justa Trama, onde é uma das cooperativas da cadeia produtiva. De acordo com Nelsa (2021, informação verbal)

Pra UNIVENS, ela não sentiu tanto a SENAES, porque era mais distante. A UNIVENS é mais local, muito mais foi de estar participando das atividades, mas que não necessariamente alterou a vida, no dia a dia, mas realmente foi de poder participar das atividades que teve e a gente poder se articular junto com outros empreendimentos e entidades. Entrevista realizada via *on line*, em 05 de fevereiro de 2021)

Já no que se trata de atuação no movimento de economia solidária e participação nos Fóruns, Nelsa coloca que atualmente a atuação da UNIVENS é menos expressiva que nos anos anteriores e que foi mais forte entre os anos de 2006 e 2008. No entanto, enfatiza que vivenciaram momentos de tensão e disputa:

Eu acho que a nível nacional a gente teve uma participação muito mais ativa e aqui, no estado do Rio Grande do Sul, a gente tinha uma participação muito forte, quando tinha muito conflito interno, dentro do Fórum. Você não faz ideia, assim, tudo era uma disputa, e eu nem sei do quê, nós éramos dois blocos de atuação, então, tudo era uma articulação, tudo era forte, quando acabou de existir isso eu acho que o fórum perdeu a sua força que ele tinha aqui no estado do RS, isso em 2006, 2007, 2008, era umas disputas muito acirradas, de tudo, na hora de tirar os delegados para as conferências, na hora de tomar as decisões e aí eu acho que quando foi perdendo essa coisa, o fórum foi perdendo, também, eu acho que tem que deixar espaços pra outros, então, como a filiada da Justa Trama é a UNIVENS, quer dizer, ou ela tá sempre lá, ou então ela deixa de ter uma atuação pra que outros também tenham, então a gente deu essa recuada, tocamos mais com a UNISOL, também como ela é entidade a gente se sentia mais representado, a gente deu essa recuada para que a UNISOL represente os seus filiados. Entrevista realizada via *on line*, em 05 de fevereiro de 2021)

Como um caso paradigmático de um EES que surge pela mão do Estado e que depois consegue se manter quando o Estado solta mão é a Justa Trama.

A Justa Trama tem a sua concepção numa política petista de criação de cadeia de economia solidária. Ela se constituiu formalmente em 2005, como uma

cadeia do algodão orgânico, envolvendo agricultores que cultivavam o plantio de algodão cru e na cor marrom. Organizados na ADEC (Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá/CE) e, posteriormente no assentamento Itamarati, associados à AEFAF (Associação da Escola família Agrícola da Fronteira com o algodão nas cores rubi e verde), o algodão ruma para a cidade de Pará de Minas, em Minas Gerais, onde a COOPERTÊXTIL (Cooperativa Têxtil de Pará de Minas) produz o fio e o tecido. De lá segue para Porto Alegre para a confecção de roupas pela UNIVENS (Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos). Em Rondônia são produzidos os botões provenientes do coco e do tucumã pela Cooperativa AÇAI (Cooperativa de Trabalho dos Artesãos de Rondônia), bem como a confecção de bonecas de retalhos de tecidos. Também em Rondônia são produzidos bichos com os tecidos pelo coletivo Inovarte. A cadeia da Justa Trama envolve 451 trabalhadoras/es cooperadas/os (NESPOLO, 2020).

A Justa Trama tem como ponto de partida a aspiração dos complexos cooperativos propostos pela ADS/CUT, que visava constituir cadeias e redes oriundos de cooperativas da economia solidária, ou seja, ter um produto que, em todas as suas etapas de produção, fossem realizadas pelas mãos das/os cooperativadas/os.

A cadeia do algodão agroecológico, nesses 16 anos de funcionamento, vem sendo referência para economia solidária no Brasil e no exterior, ganhando destaques e prêmios, inclusive, internacionais. Em 2016, por exemplo foi reconhecida pela FAO, como a melhor metodologia de enfrentamento à pobreza e a miséria na América Latina (NESPOLO,2020), com repercussão significativa nas mídias e como estudo de caso para trabalhos acadêmicos de diversas áreas.

Por sua abrangência nacional e seu surgimento junto com o fortalecimento da SENAES, da UNISOL BRASIL, do FBES, a Justa Trama, dos empreendimentos selecionados, é a que mais se articula em parcerias institucionais. De acordo com Nelsa, a Justa Trama acessou recursos da SENAES e do BNDES para financiamento na compra do algodão (garantir renda aos agricultores antes da primeira safra), Petrobrás e acessou recursos da SENAES também via UNISOL BRASIL e Fundação Banco do Brasil. Além desses, conta com parcerias internacionais como ConoSud e Garraf Coopera, ambas da Espanha e Nexus-Emilia Romagna, da Itália (também por intermédio

da UNISOL BRASIL) e com parcerias da FLD, ONU Mulheres, Instituto Renner⁸⁰ e Instituto C&A.

A Justa Trama, além disso a gente tá só com o recursos do Redes⁸¹. A gente tem também apoio do Instituto Renner e também teve apoio do Instituto C&A. Apoio financeiro. O Instituto Renner nos ajudou a fazer toda a construção do 2º piso da Justa Trama, foi com equipamentos, e agora com a possibilidade que eles querem muito que a gente possa fazer produções pra Renner e, pra isso, a gente tem que estar em conformidade com uma série de questões de trabalho, desde ter o PPCI, estação de tratamento da água da serigrafia, cadeiras ergométricas, então eles estão nos ajudando nessa parte de poder, regulamentar e adaptar a essas questões importantes do mundo do trabalho e que a gente tá achando ótimo, né, isso é muito bom. (Entrevista realizada via *on line*, em 05 de fevereiro de 2021)

Chama a atenção que a rede de parcerias da Justa Trama contempla entidades privadas, organizações não-governamentais e governamentais, que vão desde grandes corporações como Renner e C&A até entidades sindicais, bem como a parceria com o governo federal, mesmo no governo da gestão do Bolsonaro, via Projeto Redes.

Por fim, ainda na Vila Nossa Senhora Aparecida, tem-se a Cooperativa de Trabalho Nova Geração, fundada em 2008. Em 2009 a “escolinha” iniciou o convênio com a Prefeitura. No início eram algumas mulheres que se juntaram para cuidar das crianças e o prédio não tinha tanta estrutura. Algumas mães se organizaram e umas cuidavam dos filhos das outras. No seu surgimento não era uma escola de educação infantil e a prioridade eram as costureiras que trabalhavam na UNIVENS e o pessoal que morava na rua Chimarrão⁸².

Depois do convênio com Prefeitura de Porto Alegre, a cooperativa passou a se configurar, estrutural e juridicamente como uma escola de educação infantil. O convênio paga os salários das professoras e parte da alimentação. Depois disso, teve-se melhorias na estrutura do prédio e na formação das professoras.

⁸⁰ Ver em: <https://justatrama.com.br/parceiros/>.

⁸¹ Edital de Chamada Pública/SENAES nº 001/2017: Projeto Fomento e Fortalecimento de Redes de Cooperação constituídas por empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas visando ao adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários. Importante destacar que esse foi o último Projeto de acesso às entidades de apoio e de representação da economia solidária via SENAES.

⁸² Um beco junto ao Arroio do bairro, com habitações bastantes precarizadas.

Atualmente, contempla 53 crianças (NESPOLO, 2020), abrangendo pessoas de outras localidades próximas da Escola.⁸³ Algumas crianças ainda têm parentesco com as mulheres que trabalham ou já trabalharam na UNIVENS.

Quanto ao papel da UNISOL na Cooperativa, Elis, entrevistada para esta pesquisa, afirma que a entidade sempre teve uma atuação de grande relevância, mesmo antes da federalização da UNISOL/RS, uma vez que o próprio terreno e o prédio da escola foram cedidos pela UNISOL BRASIL, bem como tem a participação de cooperadas como delegadas na própria UNISOL, conforme narrado no trecho abaixo:

A gente faz parte da UNISOL desde sempre porque esse prédio aqui é cedido pela UNISOL BRASIL, Então, se não fosse a UNISOL a gente não teria esse espaço aqui, o prédio é deles e eles deixam a gente trabalhar aqui, eles nos cederam o terreno. A gente participa de todos os congressos que têm da UNISOL. A Nelsa é a presidente também, eu acho. E ela é daqui também. Eu sou uma das delegadas da UNISOL. A gente também participa das reuniões quando tem da economia solidária, a gente tá sempre presente também. Tá sempre eu, a Nelsa e mais outra cooperada. Então a gente tá sempre se atualizando. (Entrevista com Elisângela Alves, coordenadora pedagógica da Cooperativa Nova Geração, via *on line*, em 11 de dezembro de 2020)

De fato, a grande parceria da Cooperativa é a UNISOL⁸⁴ que, muito por conta da atuação da Nelsa e suas redes, conseguiu materializar uma cooperativa de educação na comunidade, também via recursos das já mencionadas entidades da Espanha (CONOSUD – CERAI). Nas palavras de Elis:

A Nelsa praticamente ergueu essa escolinha sozinha, ela conseguiu um recurso com o pessoal da Espanha, com o Henrique e o Gabriel. Eles ajudaram a reformar e construir o outro prédio lá, fizeram as salas de aula, onde tem o maternal 1 e o maternal 2, o Jardim A e o Jardim B. tem também lá a sala pedagógica e sala de educação física. Ela foi atrás e conseguiu

⁸³ Na mesma seara referente a participação dos fóruns e do movimento de economia solidária que a UNIVENS, Banco Justa Troca e Justa Trama, Elis destaca a questão da não assiduidade e da referência a comercialização: “a gente participa pouco dos fóruns, quando a gente é solicitado a gente vai, eu fui num em São Paulo e outro em Santa Maria. Os fóruns são mais para pensar em comercialização”. (Entrevista com Elisângela Alves, coordenadora pedagógica da Cooperativa Nova Geração, via *on line*, em 11 de dezembro de 2020), o que evidencia a estratégia de afastamento da Nelsa Nespolo dos Fóruns, direcionando sua atuação na economia solidária referendada na UNISOL/RS.

⁸⁴ No que diz respeito aos apoios para além dos intermediados pela UNISOL, a escola teve um Ponto de Cultura, recurso do governo federal, via Ministério da Cultura e do Ministério da Saúde entre 2010 e 2012.

essa parceria para fazer esse projeto. (Entrevista com Elisângela Alves, coordenadora pedagógica da Cooperativa Nova Geração, via *on line*, em 11 de dezembro de 2020)

Destaca-se também, que a UNIVENS é importante parceira da Cooperativa, pois é o empreendimento que confecciona o uniforme da escola, sendo, portanto, um dos elos da Cooperativa com a Economia Solidária. Elis narra:

A gente acredita que uma coisa puxa a outra, são elas, por exemplo, que fazem os nossos uniformes. Os brinquedos que as crianças usam vêm de um pessoal da economia solidária e elas vieram aqui e fizeram o curso de artesanato, e elas fizeram uns brinquedos com eles, e outros brinquedos que fizeram lá e trouxeram para nós, fantoches, perna de pau, bonequinhas. A gente sempre tá tentando ligar a economia solidária, ligar o útil ao agradável, para também se dar as mãos. O alimento também a gente comprava ali, suco, cucas, pão...ali na Vigário, na Casa de Economia Solidária e antigamente vinha 30% da verba que vinha do alimento a gente comprava da economia solidária [Lei nº 13.922, de 17 de janeiro de 2012], uma mão puxa a outra para não deixar morrer a economia solidária. (Entrevista com Elisângela Alves, coordenadora pedagógica da Cooperativa Nova Geração, via *on line*, em 11 de dezembro de 2020)

As falas de Elis vão ao encontro da minha experiência como assessora da entidade, em que vivenciei, nos processos de monitoramento e formação junto à escola, situações em que ficava claro a circulação da moeda Justo, como forma de pagamento de serviços feitos na escola, bem como as próprias educadoras consumindo na comunidade e pagando na mesma moeda.

4.3 Estratégias e resistências: segurando na mão do legislativo

A UNISOL/RS se constitui como uma entidade de representação dos empreendimentos econômicos solidários, mas também atua como uma entidade de apoio e fomento e esteve de forma direta nos processos de disputas por recursos (FORTE, 2019). Este subcapítulo, que busca fazer um fechamento analítico sobre as estratégias da UNISOL/RS no campo da economia solidária, traz os processos de consolidação da entidade e suas articulações para disputar recursos, sem a mão do Estado.

Cronologicamente, pode-se dizer que a primeira perda ao acesso aos recursos governamentais foi com a derrota do Governo Tarso, em 2014. No entanto, já se tem aí um fortalecimento da UNISOL/RS que, já federalizada passa a constituir uma equipe administrativa e técnica para captar recursos e estar junto aos empreendimentos. Destaca-se que, até 2015, a contratação de pessoas para trabalhar na entidade era feita pela UNISOL BRASIL.

Dito isso, considera-se uma conquista dos atores da economia solidária, a inauguração da Casa de Economia Solidária, em Porto Alegre, em 2014, em que a SESAMPE esteve à frente em parceria com o Fórum Gaúcho de Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária. Bete, entrevistada para esta pesquisa e atual tesoureira da UNISOL/RS, aborda o papel da UNISOL/RS na intermediação dos mercados aos seus filiados, aqui em especial, ao artesanato. Em suas palavras:

A loja foi uma conquista da Nelsa e da Vera Bertolini [do FGEPS]. No início eu só ajudava nas feiras, mas foi preciso alguém do administrativo, foi aí que entrei. Até 2015 eu só trabalhava com o empreendimento.

Eu conheci a UNISOL quando eu entrei na loja,

Nós temos os filiados que são os empreendimentos, com o valor da mensalidade de R\$10,00 por mês, mas se o empreendimento é maior eles pagam mais, e todo esse dinheiro é para reverter para dentro da UNISOL, para sua organização. Todo empreendimento para estar na Loja tem que estar filiado na UNISOL e a gente procurar auxiliar os empreendimentos ver o que falta para os empreendimentos, ir atrás de recurso para viabilizar os projetos. Agora estamos com uma emenda da Maria do Rosário, fizemos um mapeamento para ver os equipamentos que os empreendimentos mais precisam. A UNISOL tá bem forte agora aqui no RS. Nosso maior potencial é o artesanato, mas temos alimentação, e hortifrúti que são as frutas nativas lá de Torres. Eu assumi como tesoureira no lugar do Prado [ex-coordenador da UNISOL/RS e da COPSSOL], e aí também surgiu o Armazém da Terra⁸⁵ ali na Casa. (Entrevista com Elisabete Souza, atual tesoureira da UNISOL/RS, realizada via *on line*, em 09 de setembro de 2020.

⁸⁵ O Armazém da Terra se localiza ao lado da Loja de Artesanato na Casa de Economia Solidária e é um espaço de comercialização dedicado aos grupos de alimentação da economia solidária e de produtos da agricultura familiar, em parceria com a FETRAF/RS (Federação dos trabalhadores na Agricultura Familiar do rio Grande do Sul).

Outro projeto importante que possibilitou a UNISOL/RS manter-se, a partir de 2017 foi o Projeto Redes, Projeto que contemplou mais de 15 EAF ainda com recursos da SENAES. Além deste Projeto, a partir de 2017, entra em cena um ator que vai ser de muita relevância para dar condições à UNISOL/RS de se fortalecer e dar apoio e assessoria aos EES, a saber, as Emendas Parlamentares.

De acordo com Beta⁸⁶, entrevistada para esta tese, da equipe administrativa da UNISOL/RS, foram os Projetos Redes e o início da parceria com a Deputada Maria do Rosario, que possibilitou a entidade atuar em espaços que haviam ficados vazios com o fim dos recursos governamentais. Disse ela:

O Redes tinha que ter uma rede e não tínhamos rede, então, vamos criar uma rede. Eu me lembro que tinha duas lojas. Então, vamos criar uma rede com o foco na comercialização, que vai ser um ator que vai reunir essa galera toda, os empreendimentos e o que der pra fazer coletivamente, nós vamos trabalhar. E aí a UNISOL foi buscando parcerias e fazendo ações conforme tinha as pernas. [...] E aos poucos a gente foi construindo as parcerias, veio a primeira emenda parlamentar, em 2017. A [Maria do] Rosário veio conhecendo, muito pela experiência da Nelsa, e conhecia aquela organização e se encantou e tal e botou uma emenda de 100 mil e a gente fez encontros regionais e aquele encontro estadual, fizemos as atividades regionais com os recursos da emenda, fizemos o encontro estadual, que eu acho que ficou na história, que eu acho que foi o grande marco de consolidação da UNISOL no RS foi aquele encontro estadual de 2017.

E eu, tipo assim, embora eu já tinha ido para as regiões e tal, mas eu fui ver que, a gente não tinha mais aquela política de certificação que o pessoal tanto esperava não tinha mais, não tinha mais o Conselho, não tinha mais uma secretaria e foi naquele momento que eu que os empreendimentos estavam soltos, ninguém mais olhava, ninguém mais dava apoio nenhum, e aquilo era muita gente, era umas 200 pessoas que a gente reuniu e aí, quem é que olha e eu acho que também aquele encontro [Encontro Estadual da UNISOL/RS, EM 2017] também foi muito importante das parcerias verem o trabalho da gente e o trabalho das pessoas e entenderem que, bom, não tem mais política pública... Mas se não tivesse o Redes não teria recurso para fazer ação depois e foi o que deu um gás pra uns dois anos. (Entrevista com Isabeta Ody, coordenação Geral e Organização Financeira da UNISOL/RS, realizada presencialmente no escritório da UNISOL/RS, em Porto Alegre, em 06 de janeiro de 2022).

⁸⁶ Beta também atuou na DIFESOL.

Esses recursos, somados ao fortalecimento da equipe técnica de responder às demandas operacionais, administrativas, bem como dos empreendimentos deu destaque a UNISOL/RS no âmbito estadual e nacional, fazendo com que a entidade conseguisse se articular e apoiar os EES, as feiras e realizar encontros. Beta, novamente, enfatiza as emendas parlamentares como principal forma de acessar recursos e dar autonomia à entidade. Em suas palavras:

Até 2019, as emendas iam pra UNISOL BRASIL, e a gente percebeu que a gente tinha outro ritmo aqui e tava muito complicado a gente ter que se adequar. O Redes também tá na Brasil ainda, e aí a gente decidiu, que a gente já tinha mais experiência e tal, a Nelsa também tava mais confiante porque ela tocou lá, por 3 anos como diretora, e disse: “acho que dá pra gente assumir aqui, vamos nos organizar e tocar por aqui”. Aí a gente começou a apresentar os projetos enquanto UNISOL/RS. Agora é emendas parlamentares, porque editais não existem mais, e buscas por parceiros externos. Essa parceria da emenda cobre o Estado todo e a equipe tá toda servida. Enquanto representação, essas emendas têm uma importância muito grande porque foram elas que deram possibilidade da gente estar operando e a estratégia de redes e cadeias eu acho que tem que ser lembrada que, embora no nosso ouvido já soa uma pauta antiga, mas na prática ela é a mais difícil de fazer, mas é a grande sacada pro desenvolvimento da classe, e aí ainda tem muito o que fazer pela frente. (Entrevista com Isabeta Ody, coordenação Geral e Organização Financeira da UNISOL/RS, realizada presencialmente no escritório da UNISOL/RS, em Porto Alegre, em 06 de janeiro de 2022).

À medida que a UNISOL/RS vai se consolidando como uma entidade robusta que, técnica e juridicamente, consegue acessar Projetos, ela também passou a ser procurada por outras organizações, não só organizações sociais, mas também, entidades privadas que a requerem para desenvolvimento de trabalhos e projetos sociais, sendo também apoio para projetos que são realizados pelos EES, como a Justa Trama, por exemplo, que foi contemplada para projeto pela FBB para doações de cestas, e o Banco Justa Troca que tem parceria com o Sicredi, para melhorias na comunidade.

Para uma melhor apreensão dos projetos executados pela UNISOL/RS, apresenta-se o quadro 7 com seus proponentes, instituições parceiras, duração

e objetivos que dá um panorama das estratégias da Entidade, bem como seus principais parceiros, em especial, quando o Estado (executivo) solta a mão:

.

Quadro 7 - Projetos e Convênios executados pela UNISOL/RS

NOME	INTITUIÇÃO PARCEIRA	DURAÇÃO	OBJETIVOS
1.CATAFORTE III (Proponente UNISOL BRASIL)	Fundação Banco do Brasil	2015-2017	Potencializar as ações da Cadeia Solidária Binacional do Pet e da cadeia do Plástico Mole além de ampliá-las para outras regiões do Estado visando a melhoria da qualidade de vida na autogestão dos catadores protagonizando-os na cadeia produtiva dos materiais recicláveis. Elaboração e implementação do Plano de Negócios Sustentável da REDE. (Projeto COOPETSINOS).
	Fundação Banco do Brasil	2015-2018	Potencializar as ações da Cadeia Solidária Binacional do Pet e da cadeia do Plástico Mole além de ampliá-las para outras regiões do Estado visando a melhoria da qualidade de vida na autogestão dos catadores protagonizando-os na cadeia produtiva dos materiais recicláveis. (Projeto COOPERCAN)
2.Fortalecimento dos EES filiados à UNISOL BRASIL do Rio Grande do Sul (Proponente UNISOL BRASIL)	Emenda Parlamentar Dep. Maria do Rosário	2017-2018	Por meio da disseminação e atualização do conhecimento da economia solidária (seus conceitos, formatos e modelos operacionais e legais), empreendimentos e trabalhadores terão a possibilidade de melhorar sua capacidade organizativa, unir e agregar maior participação de trabalhadores, e identificar novas oportunidades comerciais, propiciando maior geração de trabalho e renda.
3.Dê a mão para o futuro	HABIPEC	2016 – 2019	Programa de Capacitação e Assistência Técnica para Cooperativas/Associações de catadores de materiais recicláveis no Estado do Rio Grande do Sul: Coarlas-Cooperativa de trabalho Amigas e Amigos Solidários; Coopermag- Cooperativa de Coleta seletiva e reciclagem União Faz a Força de Canoas; Cooperativa de Reciclagem Renascer e Cooperativa de Trabalho dos Catadores Mãos Dadas
4.REDES DA UNISOL BRASIL	Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES / Ministério do Trabalho - MTb	2017-2021	Promover a eficácia econômica e organizativa das 17 Redes de Cooperação Solidária, visando seu fortalecimento e a sua organização, alinhados com o desenvolvimento territorial sustentável e autonomia econômica das mulheres, como estratégia de promoção da igualdade de gênero, protagonismo das mulheres e o pleno exercício de cidadania da mulher. (Com este projeto foram apoiadas duas redes no RS – JUSTA TRAMA e ELLOS SOLIDÁRIOS

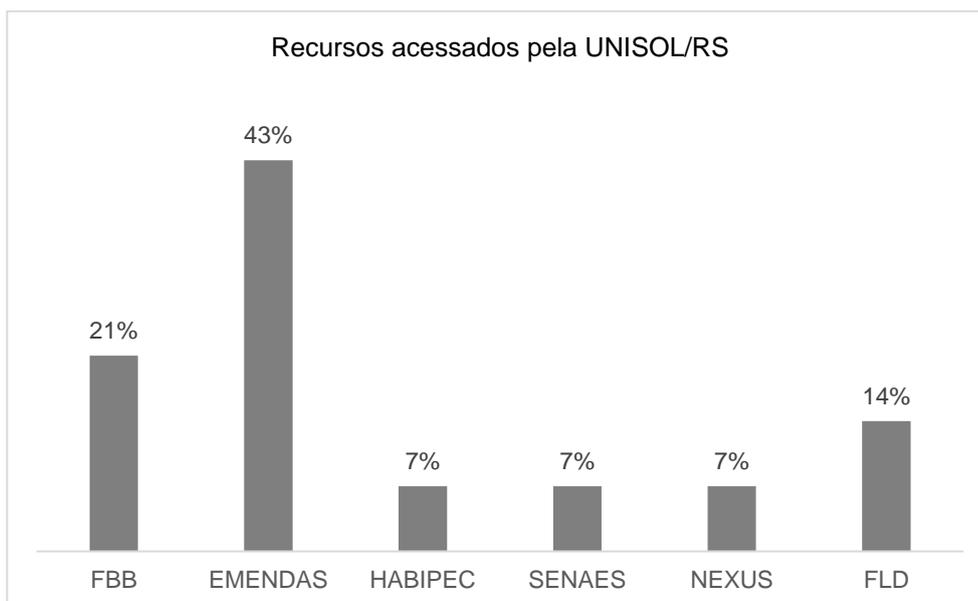
5.Fomento a Finanças Solidárias – Banco Comunitário Justa Troca (Proponente UNISOL BRASIL)	Nexus	2016-2017	Fomentar intercâmbios de experiências e propiciar debate sobre Economia Solidária e o novo papel que o sindicalismo pode ter neste setor; unir as estratégias gerais da UNISOL BRASIL com as estratégias para Mulheres (federalização, fortalecimento dos estados/regiões, articulação nacional); fortalecimento da organização local para a construção das UNISOL estaduais e a maior participação das mulheres nesses processos. Criar um Programa de Finanças Solidárias que tenha esses referenciais e que possa ser implementado e multiplicado em outras regiões do país
6.Fortalecimento da Economia Solidária do Rio Grande do Sul, por meio de ações de formação que qualifiquem a gestão, a produção e o processo de comercialização de produtos dos empreendimentos solidários	Emenda Parlamentar Dep. Maria do Rosário	2018-2019	Fortalecer os empreendimentos do RS por meio do desenvolvimento de processos formativos, de forma a possibilitar melhor qualificação produtiva, jurídica e potencializar a comercialização dos produtos para os empreendimentos.
7.Juntos Somos Mais	FLD	2019	Atuar junto a empreendimentos no sentido de mobilizar e organizá-los entre si, oferecendo processos de formação, qualificação e assessoria buscando reduzir a desigualdades entre eles
8.Termo de Compromisso: Ações Combate ao Covid-19	Fundação Banco do Brasil	2020	Elaboração e doação de 1.240 cestas básicas compostas pelo: Kit alimentos da AF Kit de higiene e limpeza Doadas a famílias em vulnerabilidade social
9.Juntos Somos Mais	Emenda Parlamentar Dep. Maria do Rosário	2019-2022	Fortalecer os Empreendimentos Econômicos Solidários, oferecendo-lhes máquinas e equipamentos para qualificar os processos de Gestão, produção e comercialização, aumentando a geração de trabalho e renda.
10.Comercialização Solidária	Emenda Parlamentar Dep. Paulo Pimenta	2020-2022	Fortalecer os Empreendimentos Econômicos Solidários do Estado do Rio Grande do Sul e incentivar o aumento da comercialização de seus produtos
11.Fortalecer a Economia e Promover Inclusão Social	Emenda Parlamentar Dep. Maria do Rosário	2021-2022	Promover o fortalecimento da Economia Solidária, por meio de melhoria das condições de trabalho e Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social.

12.Desenvolvimento Econômico E Social De 40 EES do Estado Rio Grande do Sul	Emenda Parlamentar Dep. Maria do Rosário	2021-2022	Fortalecer os coletivos de economia solidária para a superação da crise econômica, por meio de ações de formações e investimentos que aprimorem suas capacidades produtivas e a geração de trabalho e renda, fomentando o empreendedorismo local e o estímulo a criação de cadeias de cooperação solidárias.
13.Termo de Doação e Compromisso Brasileiros Pelo Brasil	Fundação Banco do Brasil	2021-2022	Elaboração e doação de 3.150 cestas básicas compostas pelo: Kit alimentos da AF Kit de higiene e limpeza Vale gás Doadas a famílias em vulnerabilidade social
14.Termo de Colaboração	FLD	2022	TERMO DE COLABORAÇÃO que celebram FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA - FLD e Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Rio Grande do Sul – UNISOL/RS, no âmbito do Programa de Pequenos Projetos da FLD, Projeto n. 6175/2022 - Rumo a VI Plenária: Rearticulando e Fortalecendo a Economia Solidária RS.

Fonte: Equipe Administrativa da UNISOL/RS.

Conforme mostra o quadro 7, as emendas parlamentares representam os principais projetos firmados e/ou executado pela UNISOL/RS. Se colocarmos em porcentagem, conforme mostra o gráfico 7 abaixo, isso representa 43% dos projetos realizados⁸⁷ e se iniciam a partir de 2018.

Gráfico 6 – Recursos acessados pela UNISOL/RS



Fonte: Elaborado pela Autora.

Desse feito, merece destaque abordar a questão das emendas parlamentares. As emendas parlamentares são um instrumento que o Congresso Nacional (deputados e senadores) possui para participar da elaboração do orçamento anual. Através das emendas os deputados e senadores podem acrescentar novas programações orçamentárias, a fim de atender as demandas de interesses dos setores sociais (bases de apoio do Parlamentar), partidários ou eleitorais.

Elas podem ser de quatro tipos: individual, de Bancada, de Comissão, ou Relator.

⁸⁷ Nesta pesquisa, não foi possível acessar os valores de cada Projeto, mas sabe-se que, de forma geral, em especial com a Deputada Maria do Rosário, esses valores são superiores às emendas dela própria ou de outros deputados para as outras entidades ligadas à economia solidária, como exemplo, tem-se o Projeto que atuei por 4 meses que era de um pouco mais de um milhão de reais.

As emendas individuais (que é a maioria das emendas logradas pelos atores sociais da economia solidária) são propostas feitas por cada Deputado ou Senador para o orçamento da união para ser executado no ano subseqüente, o que permite a cada um/a designar recursos públicos para custear projetos não contemplados pela proposta orçamentária originária do Poder Executivo.

As emendas de Bancada, são apresentadas pelo conjunto de parlamentares eleitos por cada unidade da federação que, via de regra, atendem projetos de interesse de cada Estado, normalmente negociadas com os governos estaduais e as respectivas assembleias legislativas.

As emendas de Relator é prerrogativa do Parlamentar designado como o Relator da proposta orçamentária a ser votada pelo Congresso Nacional (PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual).⁸⁸

As emendas de Comissão é uma emenda coletiva apresentada por comissões temáticas formadas por parlamentares indicados pelos partidos políticos como, por exemplo, a Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania, Comissão de Educação, Comissão de Finanças e Tributação. Atualmente tem-se 25 comissões temáticas da Câmara e do Senado.

As emendas parlamentares, portanto, passa a ser uma ferramenta de locação de recursos públicos para as necessidades de setores sociais. Destas, a mais acessível aos setores da sociedade com menos poder político são as individuais porque o contato desses setores ou seus representantes diretamente com um deputado ou senador podem definir o conteúdo de cada emenda.

A UNISOL/RS, por sua compreensão e visualização dos espaços políticos a serem ocupados por organizações sociais na busca no atendimento de suas reivindicações e necessidade, utiliza essa alternativa de acesso aos recursos públicos, sendo uma estratégia de atuação nesse campo de disputa política pelo orçamento público. No momento em que o Poder Executivo não tem identidade

⁸⁸ Oficialmente, são propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) feitas pelo relator do orçamento, mas, na prática, qualquer parlamentar (deputado ou senador) pode pedi-las por intermédio do relator. Seus valores foram aumentados significativamente desde 2020. Isto propiciou uma relação promíscua entre o Governo Federal e o Congresso Nacional. Isto é, o Governo só executaria as emendas se os parlamentares proponentes, desconhecidos do público, mas não do Governo, votassem matérias de interesse do Executivo ou do próprio Presidente. Quanto maior o interesse, maior a quantidade de recursos executados e, portanto, de parlamentares (desconhecidos) atendidos. O desconhecimento dos signatários/beneficiários, além das negociações e reais interesses envolvidos na liberação desses recursos, permitiu sua adjetivação de “Orçamento Secreto”.

com as demandas da economia solidaria, este mecanismo adquire maior importância e estende sua mão aos seus pares.

4.4 As habilidades alinhavadas da UNISOL/RS

Fligstein; McAdam (2012) afirmam que "parte do que cria e sustenta os campos é o uso contínuo da habilidade social por parte de seus atores"(p.46). No percurso teórico-metodológico desta tese constatou-se a importância crucial de uma atriz do campo da economia solidária para a constituição e manutenção do campo da UNISOL/RS dentro do campo da economia solidária brasileira.⁸⁹ O conceito de habilidade social, por força das evidências, tornou-se central na análise da UNISOL/RS, na medida em que a liderança da atriz social hábil Nelsa Nespolo foi fundamental na constituição da UNISOL/RS e na superação da crise causada pela perda de apoio do campo estatal.

A pesquisa documental e as entrevistas realizadas permitiram identificar as principais habilidades sociais que fazem de Nelsa uma atriz social hábil não apenas no campo da UNISOL/RS como no campo nacional da economia solidária. Essas habilidades identificadas serão aqui enumeradas, sem que isso signifique uma hierarquia ou prioridade dentre estas.

A primeira é a habilidade de *dialogar com a gestão pública (executivo e legislativo), a esfera privada e organismos internacionais*.

A capacidade de dialogar com a gestão pública tanto no executivo quanto legislativo ocorre pela participação histórica no Partido dos Trabalhadores e pelas suas relações pessoais com lideranças deste. A interação da Nelsa com o PT se dá desde as primeiras gestões municipais em Porto Alegre lideradas pelo partido, uma vez que, como liderança comunitária, teve uma forte atuação no Orçamento Participativo, o que possibilitou uma interação junto aos órgãos públicos, em especial a SMIC, logrando a instalação de uma incubadora popular, que forneceu a estrutura para a criação da UNIVENS. Essa interação com o PT contribuiu para que a UNIVENS tivesse visibilidade para acessar mercados ligados ao partido, como a CUT e ONGs e movimentos sociais, além de órgãos públicos, confeccionando uniformes, bolsas e camisetas.

⁸⁹ As interações intra-campos e entre os atores da economia solidária também podem ser empreendidas a partir da metáfora das bonecas russas utilizadas pelos autores.

O sucesso da UNIVENS, sua permanência no mercado ao longo das três últimas décadas projetou Nelsa como uma liderança do campo da Economia Solidária estadual e nacional. Essa liderança possibilitou que ela assumisse o cargo mais importante dentro do Governo Tarso no que diz respeito ao posto dado à economia solidária naquela gestão: o cargo de confiança como diretora da DIFESOL, mesmo não sendo oficialmente filiada ao PT. Do ponto de vista da projeção nacional, Nelsa foi convidada pela SENAES para contribuir na criação da Justa Trama e ter a UNIVENS como um dos EES na cadeia produtiva. É importante ressaltar que, tanto a UNIVENS quanto a Justa Trama, se configuraram como EES estratégicos que dão visibilidade e contribuem na projeção da UNISOL/RS.

A habilidade de dialogar com membros do Legislativo, por sua vez, permitiu que Nelsa superasse a crise de apoio governamental através da obtenção de recursos para a UNISOL/RS via Emendas Parlamentares (as emendas individuais). Na medida em que esses recursos são limitados, gerando uma disputa entre entidades que apoiam os EES, foi fundamental para a UNISOL/RS que Nelsa, através de suas alianças políticas, obtivesse uma fatia vultuosa desses recursos. Ao obter mais recursos, a entidade tem capacidade de oferecer cursos, financiar feiras, adquirir equipamentos, possibilitando manter e atrair EES para a sua estrutura de atuação. Esse processo é uma via mão dupla, pois também, ao mesmo tempo, dá visibilidade às ações das/os deputadas/os nos territórios. O interesse em garantir essa visibilidade, mantém o apoio dessas/es deputadas/os à UNISOL/RS.

Outra habilidade que ajudou a superar a crise foi a capacidade de interagir com entidades privadas, algumas de renome no mercado como Instituto Renner e Instituto C&A que, movidos pelo interesse de mostrar responsabilidade social em suas atuações, firmaram parcerias com EES vinculado à UNISOL/RS, a Justa Trama; bem como parcerias com outras entidades privadas para atuação na comunidade através do Banco Justa Troca.

A habilidade de dialogar com organismos internacionais, que ela desenvolve desde a sua atuação na Unisol/Brasil, também foi outro fator crucial para superar a crise, uma vez que continuou obtendo recursos para os EES vinculados à Unisol, em especial o Banco Justa Troca, que firmou parcerias com a Nexus, o que lhe permitiu ser muito atuante na comunidade durante a

pandemia. Além de recursos materiais, tal diálogo permite a troca de experiências com atores de EES de outros países.

De acordo com Fligstein; McAdam (2012) o ator social hábil possui a capacidade de mobilizar pessoas a serviço de concepções mais amplas do mundo (17), o que conduz à segunda habilidade elencada: *a capacidade de influir nas pessoas, poder de convencimento*. Essa habilidade permitiu que a esperada desconfiança, por exemplo, com relação ao uso de uma moeda social fosse superada propiciando a construção do banco comunitário Justa Troca. Nesse processo, também usando essa habilidade, ela convenceu os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida a constituir uma associação de moradores a fim de dar amparo legal à criação do referido banco. É importante destacar que, não basta para um EES possuir recursos se ele não tiver a capacidade de engajamento da comunidade aos processos socioeconômicos. No entanto, esse engajamento não se dá apenas na ordem econômica (de produção e consumo), mas também de uma visão de mundo mais ampla, acenando para a comunidade outras formas de agir economicamente, bem como agir politicamente, mobilizando para as lutas e reivindicações populares.

A terceira habilidade é a *atuação permanente na base dos EES congregados pela UNISOL/RS no território*. Essa vinculação permanente foi atestada em falas recorrentes dos entrevistados, bem como em minha observação de campo. Um exemplo disso é o fato de que durante o tempo em que ocupou o cargo de diretora no Governo do Estado esteve atuando e “costurando” na UNIVENS/JUSTA TRAMA. Outro exemplo a ser citado diz respeito à sua atuação na linha de frente da distribuição das cestas básicas na comunidade, estando junto no descarregamento das cestas e em sua organização e distribuição. Essa habilidade cria um senso de identidade da liderança com as demais associadas do EES, bem como moradores do bairro, estreitando os vínculos e fortalecendo a ideia de pertencimento, o que ajuda a dar visibilidade à UNISOL/RS.

A quarta habilidade é a *percepção das demandas sociais dos participantes do campo*. Fligstein; McAdam (2012, p. 46) afirmam que atores sociais habilidosos tem a capacidade de se relacionar de forma empática com as situações de outras pessoas e, desse modo, são capazes de fornecer a essas pessoas motivos para cooperar. Em outra passagem, os autores explicam que

essa empatia permite descobrir o que os outros precisam e querem e de usar essa informação para atingir os fins desejados (Fligstein; McAdam, 2012, p. 178).

Percebe-se claramente essa habilidade em algumas situações. A primeira a ser destacada é a criação da escolinha Nova Geração no território onde ela habita, que foi construída para responder as demandas das costureiras que não tinham onde deixar os seus filhos quando trabalhavam. A segunda a ser destacada, mais recente, uma vez que ocorreu durante a pandemia, foi perceber a carestia dos moradores e se articular com organizações e movimentos sociais, em especial da agricultura familiar, a fim de fornecer cestas básicas à comunidade. Essas ações criam um à cooperação, algo que pôde ser absorvido pela UNISOL/RS, ampliando a sua atuação no território .

A quinta habilidade é *compreender a economia solidária em sua totalidade permitindo a criação de cadeias produtivas, bem como a realização de formação técnica.*

Um exemplo dessa compreensão abrangente da economia solidária é a Justa Trama, uma cadeia de produção de algodão agroecológico que congrega agricultores do Ceará a uma cooperativa têxtil de Minas Gerais, passando por uma cooperativa de artesões rondonienses, que produzem botões feitos de coco e tucumã, para chegar a uma cooperativa de costureiras em Porto Alegre. Cabe destacar que a referida atriz hábil também participou da constituição de cadeia produtiva internacional envolvendo o Brasil e o Uruguai, a Cadeia Binacional do PET, visando a produção de fibra, fio e tecido a partir de garrafas PETs.

A percepção mais geral do processo produtivo da economia solidária a leva a identificar necessidades de formação dos trabalhadores, o que pode ser constatado pelo fato de que, conforme mostra o subcapítulo anterior, dos 13 projetos da UNISOL/RS, 9 envolvem capacitação. Essa habilidade permite, por um lado, a ampliação do campo de atuação da UNISOL/RS, na medida em que supre carências recorrentes ao EES, no que tange a capacitação, por outro lado, mostra a competência da UNISOL/RS em sua capacidade de integrar vários EES, o que fornece boas razões para EES se filiarem a ela.

A efetividade dessas habilidades ocorre quando combinadas para alinhar uma trama que tece a atuação da UNISOL/RS no Estado e, desse modo, defende-se que não há uma hierarquia entre elas, pois a menos sofisticada, como a quarta habilidade, a capacidade de perceber as demandas

da comunidade e dos atores do campo, em especial os EES, é tão necessária quanto a primeira habilidade, que é a capacidade de captar recursos e dialogar com entidades estatais e societais.

Outro aspecto a ser considerado e que envolve a segunda e a terceira habilidade juntamente com a primeira é ilustrado pelo depoimento de Joaquim Melo⁹⁰, fundador do Banco Comunitário Palmas: “são poucas e poucos líderes no Brasil que têm a capacidade de se conectar nacional e internacionalmente sem se afastar do trabalho de base, do dia a dia das comunidades, gerenciando os conflitos e fazendo a gestão da pobreza local” (NESPOLO, 2020, p.174). A habilidade de transitar nas esferas do executivo, legislativo e organizações internacionais e se manter presente e atuante na sua base permite que Nelsa mobilize recursos e pessoas.

Esse conjunto de habilidade foi o que permitiu que ela conduzisse a UNISOL/RS no período de crise, inclusive, ampliando sua esfera de atuação, pois na disputa por recursos entre as entidades do campo no estado, a UNISOL/RS acabou sendo dominante, na medida que soube manter e cooptar mais EES.

⁹⁰ Joaquim Melo é o responsável pela criação do Banco Palmas e se tornou referência para economia solidária nos processos de financeirização dos territórios. Ele esteve presente algumas vezes em Porto Alegre durante os processos de implementação dos bancos comunitários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese surgiu das inquietações e incertezas que começaram a ser aventadas nos trabalhos realizados no campo da economia solidária e que se materializa coletivamente em 2015, na Feira de Santa Maria. Ao atuar junto à economia solidária a ideia inicial era identificar os atores sociais que estavam à frente dos processos de reorganização do campo, após a mudança de governo em 2016, diante de um contexto desfavorável de oportunidade política e de fraca inserção no campo político-institucional,

Assim, o objetivo foi analisar uma entidade-membro atuante no campo da economia solidária no estado do Rio Grande do Sul, cujas habilidades sociais e estratégias a manteve operante após 2016 junto aos empreendimentos e em diálogo com outros atores sociais estatais e não estatais, a UNISOL/RS.

O problema central da tese foi apreender as reconfigurações produzidas no campo da economia solidária em face das reconfigurações no campo político-institucional, visando identificar quais as estratégias e habilidades sociais manejadas por seus atores sociais para superar a crise instalada no campo da economia solidária frente ao arrefecimento de sua atuação no campo estatal.

A fim de analisar as estratégias e habilidades da UNISOL/RS que lhe permitiram superar a crise, foi traçado um estudo desde a sua origem com o surgimento da UNISOL/BRASIL. Brevemente descreveu-se a constituição da UNISOL/BRASIL, desde o seu início no ABC Paulista até a sua federalização em 2012, tendo elencado três características principais da entidade: aceitação de filiações de EES tanto de cooperativas quanto de associações com atividades produtivas econômicas; interação com outros atores do mundo do trabalho (micro, médias e grandes empresas, e parcerias com o Sistema 5S); e atuação nas instâncias participativas, com atuação na área da saúde, direitos humanos e desenvolvimento social.

Identificou-se como estratégia para manter-se atuante no campo da economia solidária, bem como nos processos de incidência política a criação da UNICOPAS, que é a junção da UNISOL/BRASIL com outras três entidades de representação de empreendimentos, a UNICAFES, a CONCRAB, e a UNICATADORES, com o foco no cooperativismo solidário.

Com o intuito de sistematizar as informações coletadas, elaborou-se gráficos, e tabelas demonstrando as parcerias da UNISOL/BRASIL com entidades governamentais, não-governamentais e internacionais. Cabe ressaltar, que o caminho percorrido pela UNISOL/BRASIL serviu de modelo para a atuação da UNISOL/RS.

Feito isso, a pesquisa centrou-se em descrever e analisar a atuação da UNISOL/RS. Num primeiro momento foi feita uma coleta e análise de dados da quantidade de filiações, tipo de formalização destas, municípios abrangidos e os principais segmentos de EES. Para melhor visualização desses dados foram elaboradas tabelas, gráficos, bem como um mapa mostrando a abrangência da entidade no estado.

Dos achados e reflexões deste trabalho, defende-se, em primeiro lugar, a partir da contextualização histórica e da teoria dos Campos de Ação Estratégica, que a economia solidária se conforma como um campo de ação estratégica na medida em que é constituída por organizações e entidades que defendem e reivindicam a pauta da economia solidária como um projeto de sociedade, tendo como escopo de atuação a emancipação do trabalho e do trabalhador.

Em segundo lugar, a sua consolidação enquanto campo foi fortemente marcada pela interação com o campo estatal; sendo que essa interação no campo estatal ocorre através do Partido dos Trabalhadores, inclusive em virtude do fato de que grande parte dos atores históricos da economia solidária tem, na sua militância múltipla, a atuação neste partido.

Em terceiro lugar, as fronteiras do campo da economia solidária foram delineadas de forma mais concreta através de eventos que reúnem esses atores, como os Encontros, Feiras, Plenárias, Conferências, etc., que se configuraram também como arenas de disputa tanto no campo conceitual quanto político, sobre o próprio significado da economia solidária e suas estratégias de ação.

Como resultado dessas disputas, identificou-se que a economia solidária, por ser uma rede de redes politicamente heterogênea, teve dificuldade de construir a sua coalização política, tendo de um lado o FBES, com o protagonismo do campo religioso e com suas bases mais direcionadas à economia popular e ao combate à pobreza, e tendo de outro lado, as entidades de representação, com o protagonismo do campo sindical, com suas bases mais direcionadas ao cooperativismo solidário.

A respeito do objeto central dessa pesquisa, a UNISOL/RS, no percurso da investigação, especialmente nas informações obtidas através das entrevistas, tornou-se evidente que as estratégias que levaram a UNISOL/RS não apenas a superar a crise, como a aumentar a sua atuação nesse período dependeram diretamente da atuação da sua liderança. Em razão disso, a investigação centrou-se na identificação das habilidades sociais da atriz social hábil que mantiveram e ampliaram o papel central da UNISOL/RS no estado.

As cinco habilidades elencadas foram: i) habilidade de dialogar com a gestão pública (executivo e legislativo), a esfera privada e organismos internacionais; ii) capacidade de influir nas pessoas, poder de convencimento; iii) atuação permanente na base; iv) capacidade de perceber as demandas sociais dos participantes do campo e; v) capacidade de compreender a economia solidária em sua totalidade permitindo a criação de cadeias produtivas. Estas habilidades articuladas conjuntamente foram imprescindíveis para a criação e implementação das estratégias que permitiram a UNISOL/RS galgar um protagonismo no campo da economia solidária no estado.

Resumidamente, pode-se dizer que, no bojo deste protagonismo, estão as habilidades estratégicas dessa atriz, por meio do manejo de uma série de recursos materiais e discursivos para promover a cooperação, fruto de contatos pré-estabelecidos com organizações, movimentos sociais e sindicatos, bem como a capacidade de conhecer os trâmites burocráticos para acessar os recursos estatais.

"Voltar às bases" foi o lema que retornou nos encontros dos movimentos sociais assim que o golpe estava a caminho. Era comum nos seminários e encontros de análise de conjuntura a frase "voltar as bases" ser a resposta imediata à pergunta "o que fazer?". Isso se deve à avaliação de que a subida do PT ao poder ocasionou um distanciamento dos atores sociais em relação às bases causado, inclusive, pela ida desses militantes para Brasília.

A atriz social da UNISOL/RS, mesmo bem articulada em várias instâncias nacionais, não se afastou de seu território, mantendo sempre contato com as suas bases. Como exemplo temos o fato de quando tinha um cargo relevante no governo estadual sempre disponibilizava as primeiras horas do dia para estar na cooperativa UNIVENS, na qual inclusive atuava no ofício da costura.

Do mesmo modo, a constituição do banco comunitário no bairro Sarandi, em 2016, e a parceria com a UNISOL BRASIL na captação de recursos internacionais, foram importantes para “fomentar a base” e direcionar as ações no território, que ganhou bastante destaque nas atividades comunitárias realizadas na pandemia.

No que diz respeito às políticas públicas em âmbito nacional, identificou-se que a SENAES impulsionou, de forma direta ou transversal, apenas as cooperativas e associações, ou seja, empreendimentos formalizados, na medida em que estas eram legalmente oficializadas e atuavam e ainda atuam nos mercados, como é o caso da Justa Trama e da COOARLAS.

Outros EES destacam a importância da SENAES, não no sentido de apoio econômico direto, mas por viabilizar cursos formativos, encontros como as Conferências e Plenárias, reuniões dos fóruns e apoio para a participação nas feiras de economia solidária.

Afere-se, portanto, que a articulação feita com a SENAES foi importante para os EES, mas que ocorreu, sobremaneira, via as entidades. No caso, da UNISOL/RS, a atriz social hábil teve um papel fundamental por sua capacidade de articulação com os atores sociais da economia solidária que também atuavam no governo federal, bem como por já estar avalizada pela UNISOL/BRASIL.

Por outro lado, em âmbito estadual, alguns EES puderam ter acesso a outros fomentos, a exemplo da EcoTorres que passou a integrar a cadeia de frutas nativas, e da Caminos, EES uruguaio que passou a atuar no Brasil, destacando o papel da atriz hábil como articuladora e gestora.

Convém destacar que, embora a tese assumia a centralidade do papel da atriz hábil na condução da UNISOL/RS, existem outros atores sociais coadjuvantes, que atuam na entidade e nos EES e que também conduzem os enredos das tramas.

O resultado principal dessa investigação é o de que, no campo da economia solidária, as entidades que têm mais destaque de atuação não abrem mão dos recursos públicos, e, uma vez perdido o apoio governamental, a estratégia de manutenção do campo migrou para o legislativo através das emendas parlamentares, mantendo a relação com o mesmo ator político, o Partido dos Trabalhadores.

Essa situação leva a refletir sobre alguns pontos. As identidades compartilhadas no campo da economia solidária foram forjadas, a partir da multiposicionalidade dos seus atores (individuais e coletivos), mas com uma ampla maioria vinculada a um único partido. Essa vinculação a um único partido limita a capilaridade da economia solidária no Brasil, uma vez que pessoas não identificadas de forma orgânica a esse partido acabam não tendo espaço de atuação no campo.

A centralidade da liderança, por sua vez, oblitera a visibilidade de outros atores que não conseguiram ou não querem desenvolver suas habilidades sociais no mesmo grau de intensidade, mas que são necessários para a realização das ações no campo da economia solidária.

No momento em que se finaliza esse trabalho o Partido dos Trabalhadores voltou ao poder, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, assumindo pela terceira vez a gestão federal. Ainda que pese, ser muito recente, apreender sobre como se conformará a interação do campo da economia solidária com o campo estatal, algumas considerações merecem ser feitas.

A VI Plenária Nacional de Economia Solidária finalmente ocorreu entre os dias 06 e 09 de dezembro de 2022, já com o resultado dado das eleições, e teve como lema “A economia solidária como estratégia de resistência e alternativa à crise do capitalismo, na luta pela radicalização da democracia”. O encontro ocorreu em Brasília/DF e foi organizado pelo FBES, tendo cerca de 220 representantes de EES, entidades, gestores públicos e militantes e, dentre as pautas, teve-se a inclusão da UNICOPAS no FBES como entidade de representação do cooperativismo solidário⁹¹.

A economia solidária volta a ter uma Secretaria Nacional, com a mesma sigla – SENAES –, mas com a denominação de Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, novamente alocada no mesmo ministério das gestões petistas anteriores – o Ministério do Trabalho e Emprego -, que tem como ministro o Luiz Marinho, que é considerado “padrinho de honra” da UNISOL BRASIL, pois teve sua trajetória forjada como sindicalista cutista, atuação e liderança no Sindicato do Metalúrgicos do ABC Paulista, tendo sido o primeiro ministro do trabalho da primeira gestão do Lula, de 2005 a 2007.

⁹¹ Informação retirada do site do FBES. Disponível em [VI Plenária da Economia Solidária: resistência e radicalização da democracia | FBES](#), acesso em 28 de dezembro de 2022.

Sobre a estrutura e composição dos cargos a SENAES, a pasta ficou com uma estrutura bem mais enxuta do que as gestões anteriores, com os cargos de secretário nacional, e dois Departamentos, o Departamento de Parcerias e o Departamento de Projetos. Gilberto Carvalho, militante histórico do PT e articulador político nas gestões petistas foi designado como o Secretário Nacional e, mesmo não sendo um ator social do campo da economia solidária, logrou o cargo máximo enquanto gestor público. Sua origem vem da Igreja Católica, com forte atuação à Pastoral Operária e foi um dos fundadores do Partido.

Embora o FBES tenha feito uma série de articulações com indicações de nomes para angariar um cargo na SENAES, assumiram as diretorias dos Departamentos Ari Vital, indicado pela UNICAFES, como Diretor do Departamento de Parcerias e Renata Pinho Studart, indicada pela UNISOL do Distrito Federal, como Diretora do Departamento de Projetos. Ou seja, quem galgou cargos na “nova” SENAES foram os atores do campo da UNICOPAS, que direciona o foco de atenção para o cooperativismo solidário como protagonista no campo estatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. Repertório segundo Charles Tilly: História de um conceito. In: *Sociologia & Antropologia*, v. 02, n. 03. p.21-41, 2012.

ALONSO, A. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, 76, p.49-86, 2009.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, n.2. Rio de Janeiro, 2014.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, n.28, p. 52-84. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

AMARO, R. et al. *Economia Solidária: apresentação do conceito*. Edições Almedina, Revista de Economia Solidária, 2009

ANDRADA, C.; ESTEVES, E. Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho. In RASERA, E. F.; PEREIRA, M. S.; GALINDO, D. (Orgs.) *Democracia Participativa, Estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012.

AVRITZER, L. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BARCELOS M.; PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. *BIB*, São Paulo, n. 82, p. 13-40, 2017.

BARROS, A.; SILVA, L. A. F. A trajetória da economia solidária como política pública em Porto Alegre. In: BARROS, A. (Org.). *Fios e tramas na economia solidária*. Porto Alegre: IPPOA, 2005.

CARLEIAL, L. M. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, v.29, n.85. São Paulo: set./dez. 2015.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v.19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

CARLOS, E. *Movimentos sociais e Estado: interações socioestatais em perspectiva comparada no Espírito Santo*. Trabalho apresentado no GT de IX Encontro da ABCP, Brasília/DF, 2012.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. Os movimentos sociais afetam as políticas públicas? Respostas (não) encontradas nas principais abordagens. *Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Belo Horizonte, 30 de ago. a 2 de set., 2016. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/movimentos-sociais-afetam-politicas-publicas-respostas-nao.pdf>.

CARRASCAL, I. *A construção do mercado solidário brasileiro: contribuições das redes de economia solidária*. Dissertação de Mestrado: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2011.

CARRASCAL, I. *Movimentos sociais na construção social de mercados: uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador*. Tese de Doutorado: Centro de Pós-graduação e Pesquisa sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2017.

CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CNES. *Documento-base nacional sistematizado da II Conaes*. Brasília: CNES/MTE, 2010.

COSTA, B.; JESUS, P. A Economia Solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social? *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, São Paulo, v.2, n. 2, p.241-264, 2017.

CORAGGIO, J. L. *Economia urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho: In: KRAYCHETTE, G. et. al. (Orgs.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/UCSal., 2000.

CORAGGIO, J. L. América Latina: necesidad y posibilidades de otra economia. In: *Otra Economía*, v. 2, n. 2, p. 8-10, 2008.

CORAGGIO, J. L. Otra política, otra economía, otras izquierdas. In: CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J. L. *Reinventar la izquierda en el siglo XXI : hacia un dialogo norte-sur*. 1ª ed. - Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014.

CUNHA, G. A construção da rede de políticas públicas de economia solidária no governo federal: notas de pesquisa. In: *Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. Vol. 2. p. 45-79. 1ª Edição. Outras Expressões. São Paulo. 2012.

- CUNHA, G. *Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária* (2003-2010). Tese de Doutorado: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2012.
- CUNHA, G. Conferências Nacionais de Economia Solidária: acúmulos e desafios no planejamento participativo de políticas públicas de economia solidária. *Mercado de Trabalho/IPEA*, 57, p. 83-94, 2014.
- CRUZ, A. *Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária*. Campinas: Unicamp, 2002. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/nesic/contribuicaocriticapolpublicas.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.
- DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs.) *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M.. *Social Movements: an introduction*. Second Edition. Malden: Blackwell, 2006.
- DIANI, M.. The concept of social movement. *The Sociological Review*, v. 40, n.1, 1992.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, ANPOCS, Relume-Dumará. 1985.
- DOWBOR, M. *A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-graduação de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2012.
- EMIRBAYER, M.. Manifesto for a relational sociology. *The American Journal of Sociology*, v.103, n.2, pp.281-282, September, 1997.
- FARIA, M. S.; SANCHEZ, F. A Economia Solidária no Governo Federal: intersetorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: *Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. Vol. 1. 1ª Edição. Outras Expressões. São Paulo. 2011.
- FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2015), disponível no sitio: www.fbes.org.br. Acesso em 10 de setembro de 2016.
- FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. *Contemporaneidade e Educação*. Ano VI, nº 9, 1º sem/2001b, p. 26-55.
- FLIGSTEIN, N. Habilidades sociais e Teoria dos Campos. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 47, n. 2, 2007.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. *Sociological Theory*, Washington, v.29, n.1, 2011.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. *Theory of Fields*. New York: Oxford University Press, 2012.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. A sociologia dos mercados. *Caderno CRH*, Salvador, v.25, n.66, p.481-504, set./dez. 2012b. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19426>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

FORTE, J. P. Interações entre movimento social e estado no processo de institucionalização da economia solidária no Brasil. *Anais do II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*. Campinas, abril 2015.

FORTE, J. P. *Ao embalo da rede: o processo sociopolítico de regulação da Economia Solidária no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2019.

FORTE, J. P. A "outra economia" e a institucionalidade: análise do processo de regulação da economia solidária no Brasil. *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2014.

FRANÇA FILHO, G. *et al.* (Org.). *Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed da UFRGS, P, 201-206, 2006.

FRANÇA FILHO, G. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan.-jun., 2007.

GAIGER, L. I. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária. *BIB*, São Paulo, nº 73, p. 5-20, 2012.

GAIGER L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. V. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, 2018.

GENDRON, C.; BISAILLON, V.; RANCE, A. The institutionalization of Fair Trade. *Journal of Business Ethics*, v. 86, p. 63-79, 2006.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GOLDSTONE, J. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relations fields. *Theory and Society*, 33, 333-365, 2004.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun., 2007.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J. L. (Orgs.). *Dicionário de la outra economia*. P.169-178. Buenos Aires: Altamira. 2009.

LAVILLE, J. L. Mudança Social e a teoria da economia solidária: uma perspectiva maussiana. *Sociologias*, n. 36, p. 60-73. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

LAVILLE, J. L. (Org.). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LEBOUTTE, P.R. *Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira no rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, ITCP, COPPE, 2003.

LECHAT, N.; RITTER, C; LEMES, F.; SCHIRMER Tiago. Gestão de empreendimentos econômicos solidários na região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, jan-jun, 2007.

LECHAT, N. *Trajetórias de intelectuais e o campo de economia solidária no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2004.

MARQUES, E. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.21, n.60, p.15-41, fev., 2006.

MARQUES, E. *Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MARQUES, E. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.14, n.41, p.45-67, out., 1999.

MOTTA, E. S. *A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a economia solidária*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MOTTA, E. S. *Trajetórias e transformações no mundo da economia solidária*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

NAGEM, F.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

NASCIMENTO, C. Experimentação autogestionária: autogestão de pedagogia e pedagogia da autogestão. In: BATISTA, E.; NOVAES, H. *Trabalho, educação*

e *reprodução social*: as contradições do capital no século XXI”. Editorial Práxis/Ret. Bauru, 2013.

NIEDERLE, P. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. *Século XXI, Revista das Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, 162-189, 2014.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G.F. W. Atores sociais, mercados e reciprocidade: convergências entre a Nova Sociologia Econômica e o “Paradigma da Dádiva”. *Teoria & Sociedade*, v.4 no.se Belo Horizonte, 2008.

OGANDO, C. B. A economia solidária sob a ótica da Nova Sociologia Econômica. *Otra Economía*, vol. 6, n. 11, julio-diciembre, 2012.

OLIVEIRA, G. *Permeabilidade e trânsito institucional: a relação entre Sociedade Civil e Estado a partir das trajetórias de militantes-gestores nas políticas de economia solidária no Rio Grande do Sul – os casos de Porto Alegre (1996-2004) e do Governo estadual (1999-2002)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS, 2011.

PENNA, C. *Conexões e controvérsias no INCRA de Marabá: o Estado como um ator heterogêneo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

PEREIRA, M.; SILVA, C. Ação contenciosa: repertórios, táticas e performances. In: *18º Congresso Brasileira de Sociologia*. Brasília/DF, 2017.

PIRES, A. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. *et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. *et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PICOLOTTO, E.L. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. *Otra Economía*, v. 2, p. 74-92, 2008.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política & Sociedade*, v. 8, p. 199-224, 2009.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da Sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista de Sociologia e Política* nº 21: 71-82, nov, 2003.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, A. M. Sobre os atores do movimento de economia solidária no Brasil: qual o sujeito? qual reconhecimento? qual lugar? *XI Congresso Luso Afrobrasileiro de Ciências Sociais*. Salvador/BA, 2011.

SANTOS, A. M. Outras economias frente as novas institucionalidades do Estado brasileiro: os casos da economia solidária e da agricultura familiar. In: SANTOS; Boaventura; CUNHA, T. (eds). *Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: Aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul*, 2015.

SANTOS, A. M. Paul Singer: uma vida por outra economia. In: *Otra Economía*, v. 11, n. 20, p. 40-73, jul- dic, 2018. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/issue/view/702>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

SANTOS, A. M. *Sob o fio da navalha: relações estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós colonialismo na América Latina. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abr, 2010.

SARRIA ICAZA, A. M. Políticas Públicas e Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de (Org.) et al. *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

SARRIA ICAZA, A. M. Movimento social. In: CATTANI, A. D. et al. (Coords.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas e Economia Solidária - breve trajetória e desafios. In: *Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. Vol. 1, p. 443-452. 1ª Edição. Outras Expressões. São Paulo. 2011.

SCHIOCHET, V. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. In: *Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. Vol. 2, p.17-44. 1ª Edição. Outras Expressões. São Paulo. 2012.

SENAES. *Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal – 2003/2010*. Brasília: MTE, 2012.

SECCO-OLIVEIRA, L. D.P.; SCOPINHO, R. A. Teorizações em economia solidária: uma revisão narrativa. *Anais do CIRIEC -1st World Conference in Latin America: economia social e solidária como modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente em um mundo pós-covid-19*. Salvador: EDUNEB, 2022.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA G. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, n.28, p. 86-124. Porto Alegre: UFRGS. 2011.

SILVA, M. K. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação de movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, Lígia. H. H. (Eds.). *Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

SILVA, M. K. *Contribuições da Teoria dos Campos ao estudo das relações entre movimentos sociais e políticas públicas*. 2018 - Texto não publicado.

SILVA, R. M. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, São Paulo, v.1, n.1, p.8-34, 2017.

SILVA, S. P. O campo de pesquisa em economia solidária no Brasil: histórico abordagens metodológicas e dimensões analíticas. In: SILVA, S. P. *Dinâmicas da economia solidária do Brasil: organizações econômicas representações sociais e políticas*. Brasília: Ipea, 2020.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER; P. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, p. 116-125, 2003.

SOUZA, A. L. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. *Mercado de Trabalho/IPEA*, 52, p.63-70. 2012.

SOUZA, D. N. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2008.

TARROW, S. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, C. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

WELLEN, H. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. *Rev. Katál.* Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.

WELLEN, H. *Para a crítica da economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do “Mercado”. In: MARQUES, F.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

V Plenária de Economia Solidária. *Documento-Síntese*. Brasília/DF, 2012. Disponível em: <http://caritas.org.br/documento-sintese-da-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/12602>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

ANEXO 1 - Nominata das coordenações de gestões UNISOL/RS (2012 a 2024)

Gestão da coordenação da UNISOL/RS 2012 a 2015

Coordenadora Geral: Antônio Ides Antunes do Prado

Vice-Coordenador Geral: Clebes A. Ferreira

Secretário Geral: Anna Simão

Vice-secretário Geral: Fabiana Domingues Silveira,

Tesoureira Geral: Lilian Margareth Pintos Wiltgen.

Vice-tesoureiro: Maria Gouveia

Conselho Fiscal:

João Marques

Eder Lazarrotto

Janete Rodrigues

Suplentes:

Tania Oliveira

Clovis Eduardo Aguiar

Gladis Francisco Moreira Carvalho

Gestão da coordenação da UNISOL/RS 2015 a 2018

Coordenadora Geral: Nelsa Ines Fabian Nespolo

Vice-Coordenador: Geral: André Mattos

Secretário Geral: Antônio Ides Antunes do Prado

Tesoureira Geral: Elizabeth Souza da Silveira

Diretora de Relações Institucionais e Movimentos Sociais: Isabeta Carla Ody

Diretor de Redes e Cadeias Solidárias: Mário Souza

Diretora de Ações para as Mulheres: Carmen Regina Vaz Dias

Conselho Fiscal:

Lilian Margareth Pintos Wiltgen.

Leidi Rosa Tonillo da Silva

Marisa Vilanova da Luz dos Santos

Suplentes:

Ilda Cardoso Ribeiro Spiandorello

Fabiana Domingues Silveira,
Fabrizio Silva

Gestão da coordenação da UNISOL/RS 2018 a 2021

Coordenadora Geral: Nelsa Ines Fabian Nespolo

Vice-Coordenador Geral: José Alberto Johann

Secretário Geral: Antônio Ides Antunes do Prado

Vice-secretário Geral: Fabiana Domingues Silveira,

Tesoureira Geral: Elizabeth Souza da Silveira

Vice-tesoureiro: Gladis Francisco Moreira Carvalho

Diretora de Relações Institucionais e Movimentos Sociais: Solange Muller

Diretor de Redes e Cadeias Solidárias: Lucas Fettermann Campos

Diretora de Ações para as Mulheres: Carmen Regina Vaz Dias

Conselho Fiscal:

Lilian Margareth Pintos Wiltgen.

Elizângela Alves Sabino,

Leidi Rosa Toniolo

Suplentes:

Gislaine Silveira Martinez,

Marisa Vilanova da Luz dos Santos

Ilda Cardoso Ribeiro Spiandorello

Gestão da coordenação da UNISOL/RS 2021 a 2024

Presidente: Nelsa Inês Fabian Nespolo

Secretária: Gislaine da Rosa Avilas Clavijo

Tesoureira: Elizabeth Souza da Silveira, brasileira,

Diretor de Redes e Cadeias Solidárias: José Alberto Johann

Diretora de Políticas e Sções para as Mulheres: Lilian Margareth Pintos

Conselheira Fiscal Titular: Leidi Rosa Toniolo

Conselheira Fiscal Titular: Maria Tugira da Silva Cardoso

Conselheira Fiscal Titular: Galdis Francisco Moreira Carvalho,

Conselheira Fiscal Suplente: Ester Olga Sotelo de Vargas,

Conselheira Fiscal Suplente: Ilda Cardoso Ribeiro Spiandorello

Conselheira Fiscal Suplente: Cacilda Rodrigues Barcelos

Em 2021, em assembleia, a Direção Geral da UNISO RS delibera pela nomeação da COORDENAÇÃO AMPLIADA

Coordenação de Relações Institucionais e Movimentos Sociais: Éder Lazarotto tendo como Suplente Rogério Leal

Coordenação Comercialização – Ana Ines tendo como suplente Solange Muller

Coordenação Geral e Organização Financeira – Isabeta Carla Ody

Coordenação de Formação: Bernadete Lovatel tendo como Suplente Cristiane Miranda

Fonte: **Coordenação Geral e Organização Financeira** – Isabeta Carla Ody

APÊNDICE A – Entrevistas realizadas

Atores do Estado		
14/07/2018	Roberto Marinho	Secretário Adjunto da SENAES
14/09/2020	Haroldo Mendonça	Diretor de Finanças Solidárias
Atores da Unisol		
13/07/2019 e 12/01/2022	Leo Pinho	Diretor Unisol Nacional
29/09/2020 e 01/10/2020	Arildo Lopes	Ex-Diretor Unisol Nacional
08/09/2020	Antônio Prado	Ex-Diretor Unisol/RS
09/09/2020	Elizabete Souza da Silveira	Tesoureira Unisol/RS
05/02/2021	Nelsa Nespolo	Ex-Diretora Nacional e atual Diretora Estadual
06/01/2022	Isabeta Ody	coordenação Geral e Organização Financeira da UNISOL/RS,
08/02/2022 14/02/2022	Wendel	Gerente de projetos Unisol Brasil
Atores dos Empreendimentos		
28/09/2020	Eni Vargas Batista	Banco Comunitário Justa Troca
29/09/2020	Ilda Spiandorello	Artesanato – Bell Rob – Caxias do Sul
29/09/2020	Carlos Alberto	Cadeia de Ecosol - EcoTorres
01/10/2020	Ana Inês de Castro	Cuidado – Cooperativa Caminos
08/12/2020	Clovis Eduardo	Reciclagem -Cooarlas Cooperativa
11/12/2020	Elisângela	Educação – Escolinha Nova Geração
05/02/2021	Nelsa	Cadeia solidária - Justa Trama
05/02/2021	Nelsa	Produção/confecção - Univens

OBSERVAÇÕES DE CAMPO – Feira de Santa Maria 2018 e 2019**ENTREVISTAS PRÉVIAS**

Atores do Movimento de Ecosol		
13/07/2018	Adriana Cardoso	FBES
10/07/2018	Claudio Nascimento	Assessor CUT
15/07/2018	Renata	Cáritas
13/10/2021	Tatiana Valente	FBES

**APÊNDICE B - Projetos e convênios executados pela UNISOL BRASIL
(2008-2022)**

Instituição	Duração	Objetivos
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT	2008-2014	Fortalecer os EES nos territórios rurais, por meio do desenvolvimento de assessoria técnica, consultorias pontuais e realização de Planos de Negócios e Planejamento Estratégico.
	2009-2015	Instalar e operacionalizar 13 BSC (Bases de Serviço de Apoio à comercialização); realizar diagnósticos setoriais; promover seminários estaduais e nacionais voltados para a economia solidária, de feiras e eventos, intercâmbios entre empreendimentos; desenvolver assessorias e consultorias técnicas; e processos de formação e/ou capacitação.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo	2018-2021	Estruturar e fortalecer as práticas de gestão, inclusão socioprodutiva e comercialização de 16 empreendimentos da agricultura familiar, com base na organização para o beneficiamento dos produtos, na melhoria das condições de participação econômica e social, no aprimoramento das técnicas de gestão, bem como no acesso ao mercado e consolidação de redes de cooperação, nos territórios do Baixo Sul e Vale do Jequiriça no Estado da Bahia.
	2020-2022	Adquirir bens para facilitar a inserção de produtos nos mercados institucionais. Promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo com foco na inserção de seus produtos em mercados institucionais e mercados privados. Apoiar agricultores familiares e suas organizações para o escoamento da produção. Estruturar espaços de comercialização da produção.
Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES / Ministério do Trabalho - MTb	2008-2012	Constituir e fortalecer redes de cooperação; consolidar as redes setoriais e cadeias produtivas; desenvolver consultorias e assessorias técnicas junto aos EES; e realizar um seminário.
	2010-2016	Fortalecer empresas recuperadas (ER) por meio do desenvolvimento de consultorias e assessorias técnicas; realizar encontros e seminários;

		desenvolver processos de inovação produtiva, gerencial e novos produtos.
	2009-2013	Promover o desenvolvimento local e fortalecimento de EES da região Sudeste por meio da disponibilização de assessores técnicos e agentes locais; realização de seminários e participação em eventos
	2012-2016	Implementar ações de apoio às Redes de Cooperação Solidária nos processos de gestão, planejamento e controle social, buscando ampliar e qualificar a estratégia de desenvolvimento territorial com foco na dinâmica do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal.
	2017-2021	Promover a eficácia econômica e organizativa das 17 Redes de Cooperação Solidária, visando seu fortalecimento e a sua organização, alinhados com o desenvolvimento territorial sustentável e autonomia econômica das mulheres, como estratégia de promoção da igualdade de gênero, protagonismo das mulheres e o pleno exercício de cidadania da mulher.
	2018-2021	Disseminar os conceitos e princípios da economia solidária, como forma de contribuir e estimular a melhor organização de grupos produtivos e aprimorar a gestão dos empreendimentos autogestionários existentes, realizando capacitações e fornecendo informações atualizadas sobre a nova Lei do Cooperativismo e dos programas e políticas públicas de apoio. Ao mesmo tempo, apoiar iniciativas que facilitam a inserção social de grupos com especificidades próprias, promovendo o desenvolvimento de novas técnicas e produtos, num sistema cooperativo e produtivo.
	2018-2021	Qualificar os empreendimentos na adequação e melhoria de produtos, qualificar os processos jurídicos compreendendo os aspectos contábil e financeiros, e potencializar o fortalecimento dos empreendimentos economia solidários através da comercialização apoiando a Feira Estadual de Economia Solidária de 2018.
Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana da Secretaria Especial do Desenvolvimento	2019-2021	Objeto: Promover e assistir os empreendimentos e os conceitos da economia solidária, de forma a proporcionar melhor capacidade de

Social – MC/SEDES/SENISP/DESOL		gerenciamento produtivo e comercial, dinamizando a economia local na perspectiva de geração de renda e trabalho.
Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR / Secretária Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	2020-2022	Fortalecer o cooperativismo e associativismo através de cursos, palestras, capacitações, oficinas, workshop, treinamentos e dias de campo. Análise de mercado e estratégias comerciais: plano de negócio, estudo de mercado, estudo de viabilidade técnico, econômico, financeira e ambiental, identificação geográfica – IG e denominação de origem no Vale do Ribeira/SP
	2020-2022	Fortalecer o cooperativismo e associativismo através de cursos, palestras, capacitações, oficinas, workshop, treinamentos e dias de campo. Análise de mercado e estratégias comerciais: plano de negócio, estudo de mercado, estudo de viabilidade técnico, econômico, financeira e ambiental, identificação geográfica – IG e denominação de origem em Campinas/SP
	2020-2022	Fortalecer o cooperativismo e associativismo através de cursos, palestras, capacitações, oficinas, workshop, treinamentos e dias de campo. Análise de mercado e estratégias comerciais: plano de negócio, estudo de mercado, estudo de viabilidade técnico, econômico, financeira e ambiental, identificação geográfica – IG e denominação de origem no setor da Agricultura Orgânica no estado de São Paulo
Fundação Banco do Brasil	2006-2009	Constituir e fortalecer a cadeia de biojóias por meio do desenvolvimento de consultorias e assessorias técnicas; investimento em equipamentos de trabalho; e processos de capacitação técnica.
	2006-2009	Fortalecer a cadeia produtiva Justa Trama por meio do desenvolvimento de consultorias e assessoria técnica; investimento em equipamentos de trabalho; e processos de capacitação técnica.
	2006-2009	Fortalecer empresas recuperadas (ER) por meio do desenvolvimento de consultorias e assessorias técnicas; e realização de encontros e seminários.

	2009-2010	Desenvolver assessorias e consultorias técnicas e aquisição de equipamentos para empreendimentos das UF: SP, PE, RS e RS.
	2009-2012	Desenvolver apostilas voltadas para 10 temas da economia solidária.
	2011-2012	Desenvolvimento Guia Referencial Brasileiro de Análise de EES, em conjunto com o DIEESE.
	2011-2015	Fortalecer COOPASUB, CENTCOOP e COPACAJU por meio de assessorias e consultorias técnicas
	2009-2012	Formar, capacitar lideranças. Assessoria e consultoria técnica e elaboração de planos de logística para os empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Catarina, beneficiando mais de 200 trabalhadores e trabalhadoras (Projeto CATAFORTE)
	2009-2012	Formar, capacitar lideranças. Assessoria e consultoria técnica e elaboração de planos de logística para os empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Paulo, beneficiando mais de 1.000 trabalhadores e trabalhadoras (Projeto CATAFORTE)
	2011-2013	Constituir infraestrutura para o acompanhamento técnico das diversas políticas públicas, a fim de inseri-los nos programas de incentivo, apoio e fortalecimento da economia.
	2013-2015	Aplicar o referencial Brasileiro para análise de Empreendimentos de Economia Solidária e estruturação da rede do leite do Paraná.
	2013-2015	Acompanhar, propor e articular junto ao poder público federal e demais parceiros, ações e projetos que visem o fortalecimento e crescimento da economia solidária. Da mesma forma, acompanhar os trâmites, encaminhamentos e articular projetos de lei no Congresso Nacional que sejam de interesse do cooperativismo, associativismo e empreendedorismo autogestionário.
	2013-2015	Organizar e estruturar o de escritório de assessoria a empreendimentos da Economia Solidária, voltado para projetos de estruturação de plano de negócios e de apoio a captação de recursos junto a entidades financiadoras

		e apoiadoras. Estruturadora Brasileira de Projetos Sociais – EBPS
	2015-2017	Constituir uma Base de Serviços a partir dos objetivos do Cataforte III para atender a Rede COOPERHORIZONTE, rede constituída por 21 empreendimentos, abrangendo 11 municípios em Santa Catarina, tendo por objetivo a estruturação da rede de modo a possibilitar avanços na cadeia de valor e inserção no mercado da reciclagem, o fortalecimento de sua autogestão e vitalidade associativa, atuando na lógica de negócio sustentável e solidário e em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com o Programa Pró-catador. Elaboração e implementação do Plano de Negócios Sustentável da REDE.
	2015-2017	Potencializar as ações da Cadeia Solidária Binacional do Pet e da cadeia do Plástico Mole além de ampliá-las para outras regiões do Estado visando a melhoria da qualidade de vida na autogestão dos catadores protagonizando-os na cadeia produtiva dos materiais recicláveis. Elaboração e implementação do Plano de Negócios Sustentável da REDE. (Projeto COOPETSINOS).
	2015-2018	Potencializar as ações da Cadeia Solidária Binacional do Pet e da cadeia do Plástico Mole além de ampliá-las para outras regiões do Estado visando a melhoria da qualidade de vida na autogestão dos catadores protagonizando-os na cadeia produtiva dos materiais recicláveis. (Projeto COOPERCAN)
SEBRAE Nacional	2008-2011	Fortalecer empreendimentos autogestionários, em âmbito nacional, por meio de assessorias e consultorias técnicas especializadas; realização de seminários e encontros; e participação em feiras e eventos.
	2012-2016	Estimular e promover a organização, o desenvolvimento e a sustentabilidade de micro e pequenos empreendimentos autogestionários por meio do aprimoramento da gestão, da otimização e inovação do processo produtivo e da aplicação de novas estratégias de acesso ao mercado, visando o desenvolvimento social e econômico
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República-SDH/PR	2014-2015	Ampliar os Direitos dos Usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) a partir da reflexão sobre as possibilidades

		abertas de acesso a direitos com a aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ampliar o conhecimento dos técnicos, usuários, familiares e entidades de apoio, representação e fomento acerca da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).
Ministério dos Direitos Humanos da Presidência da República-MDH/PR	2017-2018	Fomentar os direitos para população em situação de rua, promovendo os direitos econômicos e sociais. Sob essa perspectiva, as ações do projeto giram em torno de: 1) qualificação para o fomento da geração de emprego e renda; e, 2) formação de multiplicadores de Direitos Humanos. Todas as atividades serão realizadas no espaço CISARTE – Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação, espaço cedido pela Prefeitura de São Paulo para o Movimento Nacional de População em Situação de Rua – MNPR.
Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura Municipal de São Paulo – SDTE/PMSP	2014-2016	Fomentar o empreendedorismo solidário como instrumento de inserção e desenvolvimento social, gerador de renda e trabalho, desenvolvendo atividades de mobilização, sensibilização, incubação, formação em cooperativismo e associativismo, assessoria e consultoria técnica para a constituição de empreendimentos, cadeias e redes solidárias no Município de São Paulo.
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo – SMADS/CUT/PMSP	2015-2016	Executar o Projeto de Ações Integradas visando promover o desenvolvimento local e o empoderamento da população em situação de rua, vulnerabilidade social e suscetíveis a utilização abusiva de psicoativos, a partir da inclusão socioeconômica desses grupos, com base nos princípios da economia solidária.
Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR	2015-2019	Fomentar a qualificação da comercialização de 60 empreendimentos coletivos da Agricultura familiar, a inserção de 25 empreendimentos nas compras públicas, a ampliação mínima de 50% dos volumes de vendas públicas de 25 empreendimentos, a formalização de 04 Redes de Economia Solidária e a constituição de 03 organizações de controle Social do Sistema Participativo de Garantia – SPG.

Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR/BAIHATER	2015-2019	Disponibilizar assistência técnica e extensão rural destinados a estruturação produtiva e articulação de políticas públicas para promoção da sustentabilidade das Unidades Produtivas Familiares (UPFs).
Cooperativa Chico Mendes	2016-2017	Viabilizar por meio de consultoria técnica, acompanhamento, avaliação e análise de ações que contribuam para a melhoria no processo de gestão e do beneficiamento da amêndoa.

Parcerias e convênios internacionais

Instituição	Duração	Objetivos
Red de Cooperativas Del Sur	2011-2014	Promover o desenvolvimento e a cooperação solidária de empreendimentos da Economia Solidária do Mercosul.
Nexus - CGIL (Emilia Romagna)	2014-2015	Realizar formação política de lideranças da Economia solidária para o fortalecimento do cooperativismo.
	2016-2017	Fomentar intercâmbios de experiências e propiciar debate sobre Economia Solidária e o novo papel que o sindicalismo pode ter neste setor; unir as estratégias gerais da UNISOL BRASIL com as estratégias para Mulheres (federalização, fortalecimento dos estados/regiões, articulação nacional); fortalecimento da organização local para a construção das UNISOL estaduais e a maior participação das mulheres nesses processos. Promover a inclusão social e econômica das pessoas em situação de desvantagem social (pessoas com deficiência ou problemas mentais, libertados da prisão, consumidores de álcool e drogas, jovens com dificuldades de acesso ao emprego, pessoas sem abrigo), através da cooperação social e Trabalho decente; Criar um Programa de Finanças Solidárias que tenha esses referenciais e que possa ser implementado e multiplicado em outras regiões do país; Dispor de serviços técnicos para o fomento e fortalecimento dos empreendimentos; e Apoiar reuniões institucionais da

		diretoria executiva e ampliada da UNISOL BRASIL.
Agência Brasileira de Cooperação – Ministério das Relações Exteriores	2011-2014	Criar e desenvolver a reciclagem em Cabo Verde, África, por meio de processos formativos e elaboração de estudos de viabilidade.
	2014-2015	Proporcionar reintegração de jovens e adultos que estão em situação de risco extremo de vulnerabilidade social e de saúde, que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas na região central de São Paulo. Essas pessoas estão inseridas no Programa Municipal "DE BRAÇOS ABERTOS". O projeto tem como objetivo, viabilizar a construção da cidadania por meio de oficinas e atividades que promovam a redução de danos culturais, como estratégia de atenção. (Fase I)
	2016-2017	Proporcionar reintegração de jovens e adultos que estão em situação de risco extremo de vulnerabilidade social e de saúde, que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas na região central de São Paulo. Essas pessoas estão inseridas no Programa Municipal "DE BRAÇOS ABERTOS". O projeto tem como objetivo, viabilizar a construção da cidadania por meio de oficinas e atividades que promovam a redução de danos culturais, como estratégia de atenção. (Fase II)
Comissão Europeia Organizações da Sociedade Civil –EuropeAid	2019-2022	Estimular a participação das OSC no debate público sobre a elaboração, implementação e controle social de políticas públicas locais, regionais ou nacionais, com ênfase na Agenda 2030 e nos ODS. Fortalecimento da Rede UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias- Advocacy.
	2022-2025	Contribuir para a melhoria das capacidades de atuação democrática e sustentável e da incidência no debate público, das organizações da sociedade civil brasileira. Contribuir para a promoção de um comércio mais justo e sustentável, com protagonismo feminino e participação política nos debates internacionais. Fortalecer as organizações da sociedade civil na capacidade organizacional e operacional, e na atuação no debate público, nas temáticas do desenvolvimento equitativo, sustentável

		e inclusivo, com específica atenção à economia solidária e à implementação dos pertinentes acordos internacionais assinados pelo Brasil e pela UE, especialmente o Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia, o Acordo de Paris e a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC).
--	--	---

